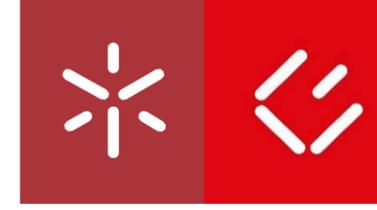




O papel da Faixa e Rota no quadro da reemergência  
chinesa: entre *status quo* e revisionismo

Amélia Tavares

UMinho | 2023



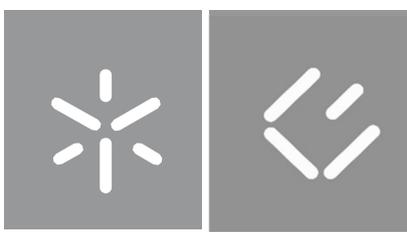
**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Amélia de Fátima Campos Dourado Tavares

**O papel da Faixa e Rota no quadro da  
reemergência chinesa : entre *status quo*  
e revisionismo**

junho de 2023





**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Amélia de Fátima Campos Dourado Tavares

**O papel da Faixa e Rota no quadro da reemergência chinesa: entre *status quo* e revisionismo**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política

**Trabalho efetuado sob a orientação do  
Professor Doutor José António de  
Passos Palmeira  
Professor Doutor Paulo Afonso B.  
Duarte**

## **Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição**

**CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## **Agradecimentos**

Aos meus orientadores e professores do Mestrado em Ciência Política da Universidade do Minho, pela oportunidade que me deram de concretizar esta dissertação. Não posso deixar de me sentir privilegiada por ter tido o apoio especialmente do Professor Paulo Duarte que esteve presente em todas as ocasiões, com total dedicação.

Agradeço, também, ao Domingos que me incentivou nos momentos mais difíceis e à minha filha Iolanda que é, antes de tudo, a minha fonte de inspiração.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## O papel da Faixa e Rota no quadro da reemergência chinesa: entre *status quo* e revisionismo

### Resumo:

Desde o fim da Guerra Fria que os Estados Unidos da América são o estado hegemónico. Num contexto em que a hegemonia dos estados não é eterna, surge um ator que se destaca face aos demais na nova ordem global: a China. Pequim tem demonstrado que pretende desempenhar um papel preponderante na governação mundial, com base na construção de um *soft power* que projete a imagem de uma potência pacífica. Desde que foi lançada em 2013, a Faixa e Rota Chinesa (FRC) constitui um instrumento privilegiado para impulsionar a reemergência do Império do Meio. Servindo-se da magnitude económica, política, militar e cultural da FRC, Pequim invoca um passado imperial, promovendo um desenvolvimento harmonioso e, simultaneamente, a cooperação com os restantes países. Dito isto, a presente investigação propõe-se avaliar o impacto que a FRC é suscetível de exercer na chamada Comunidade de Destino Comum em alternativa a uma visão tradicionalmente ocidentalizada das Relações Internacionais. Em concreto, pretende-se colmatar uma lacuna nos diversos estudos sobre a FRC, no sentido de entender o alcance disruptivo e/ou revisionista inerente a tal iniciativa. Através das lentes conceituais do neorrealismo, procuraremos responder à seguinte questão de investigação: Em que medida é a FRC reflexo de uma China revisionista ou, ao invés, do *status quo*?

**Palavras-chave:** China. Comunidade de Destino Comum. Faixa e Rota. Revisionismo. *Status quo*.

## **The Role of the Belt and Road in China's Re-emergence: Between Status Quo and Revisionism**

### **Abstract:**

Since the end of the Cold War, the United States of America has been the hegemonic state. In a context in which the hegemony of states is not eternal, an actor is emerging in the new global order that stands out from the others: China. Beijing has demonstrated that it intends to play a leading role in global governance, based on the development of soft power that projects the image of a peaceful power. Since its launch in 2013, the Belt and Road Initiative (BRI) has been a privileged instrument for promoting the re-emergence of the Middle Kingdom. Relying on the economic, political, military, and cultural scale of the BRI, Beijing invokes an imperial past, promoting harmonious development while encouraging cooperation with other countries. Against this backdrop, the present study proposes to assess the impact of the BRI on the so-called Community of Common Destiny as an alternative to the traditional Western vision of international relations. Specifically, it seeks to fill a gap in the various studies of the BRI to understand the disruptive and/or revisionist scope inherent in such an initiative. Through the conceptual lens of neorealism, we will attempt to answer the following research question: To what extent is the BRI a reflection of a revisionist China or, on the contrary, of the status quo?

**Keywords:** China. Community of common destiny. Belt and Road Initiative. Revisionism. Status quo.

## Índice

Lista de Acrónimos .....	10
1.Introdução .....	11
2. Os Contornos da Política Externa Chinesa .....	16
2.1. Revisionismo <i>versus Status Quo</i> .....	16
2.1.1. A Perspetiva Ocidental .....	19
2.1.2. Narrativas Alternativas: a Escola Chinesa .....	22
2.1.2.1. Teorias Nacionalistas: Sinocentrismo e Excepcionalismo .....	23
2.1.2.2. Valores Tradicionais: Confucionismo e Tianxia .....	26
2.2. As dimensões do poder .....	31
2.3. As diferentes lideranças e narrativas: De Mao Tsé-tung a Xi Jinping ....	35
2.3.1. Mao Tsé-Tung (1949-1976) - Recuperar um Século de Humilhações .....	37
2.3.2. Deng Xiaoping (1978-1992) - O perfil discreto .....	39
2.3.3. Jiang Zemin (1993 - 2003) - A entrada na OMC.....	43
2.3.4. Hu Jintao (2003-2013) - O Desenvolvimento Científico .....	44
2.3.5. Xi Jinping (2013- a decorrer)- Comunidade de Destino Comum. ....	46
Conclusão Parcial.....	49
3. A Faixa e Rota como instrumento da nova Política Externa Chinesa .....	51
3.1. A Arquitetura da Faixa e Rota .....	52
3.1.1. Os Corredores Convencionais.....	53
3.1.1.1. Corredores Terrestres .....	53
3.1.1.2. Corredores Marítimos.....	54
3.1.2. Os Corredores mais recentes .....	56
3.1.2.1. Corredores Digitais.....	56
3.1.2.2. Health Silk Road.....	62
3.2. A Influência da Faixa e Rota em Círculos Concêntricos .....	65
3.2.1. A importância da periferia e da ASEAN para a construção da CDC.....	67
3.2.2. O papel da plataforma (16+1) na construção da CDC .....	72
3.2.3. Cooperação Sul-Sul .....	76
3.2.4. Regiões Polares .....	79
Conclusão Parcial.....	84
4. A China atual: entre <i>status quo</i> e revisionismo .....	87
Conclusão Parcial.....	99
5. Conclusão .....	101
Bibliografia .....	106

## **Lista de Acrónimos**

ASEN-Associação das Nações do Sudeste Asiático

BAI- Banco Asiático de Investimento e Infraestruturas

CA - Conselho do Ártico

CDC -Comunidade de Destino Comum

ECO- Europa Central e Oriental

ECRI- Escola Chinesa de Relações Internacionais

EUA- Estados Unidos da América

FMI- Fundo Monetário Internacional

FRC- Faixa e Rota Chinesa

NATO- Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCX- Organização de Cooperação de Xangai

OMC -Organização Mundial do Comercio.

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PCC- Partido Comunista Chinês

PLA - Exército de Libertação do Povo

RI-Relações Internacionais

RPC- República Popular da China

RSD- Rota da Seda Digital

SCS- Sistema de Crédito Social

UE- União Europeia

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE -Zonas Económicas Especiais

## 1. Introdução

Desde o fim da Guerra Fria que os Estados Unidos da América (EUA) têm sido a única superpotência num sistema unipolar. Contudo, como nenhum Estado ocupa uma posição hegemónica *ad aeternum*, conforme advoga Kennedy (1989), a China apresenta-se como um ator que se destaca na nova ordem global.

Fazendo a apologia da rejeição dos modelos ocidentais de desenvolvimento económico e político, o Consenso de Pequim defende uma economia dirigida pelo mercado, embora não imponha a adoção de um regime democrático. Por sua vez, o Consenso de Washington, combina liberalização económica, política e financeira e de respeito pelos direitos humanos (Stiglitz, 2003). O tempo demonstrou que o modelo utilizado no Consenso de Washington, que viabiliza a ajuda aos países em desenvolvimento, por meio de agências internacionais (tais como Fundo Monetário Internacional-FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA), tem efeitos perniciosos (Weaber, 2008), pelo que a alternativa apresentada por Pequim constituiu uma vitória do “charme” chinês (Duarte, 2012: 514; Williamson, 2012).

Deste modo, o Consenso de Pequim representa a solidariedade para com os países menos desenvolvidos (Ramo 2004; Ilhéu, 2020; Mendes 2020). Por este motivo, a estratégia Sul-Sul eleva a China a um país que oferece cooperação sem impor condições e evoca a importância da igualdade e da não-interferência. A China aproveitou os erros da política de Washington (Kurlantzick, 2007; Hung. Ho-fung, 2017) defendendo uma filosofia *win-win*, que oficialmente significa estimular a cooperação estratégica num contexto de economia de mercado e de respeito mútuo no plano político (China Diplomacy, 2019). A cobrança dos países do Sul aos países desenvolvidos do Norte pela responsabilidade de um passado de exploração, inclui a China no mesmo grupo de países vitimizados, construindo um elo que legitima, por um lado, a contestação e, por outro, a cooperação (Xing e Duarte, 2019; Mendes, 2020).

Pequim tem privilegiado a construção de um *soft power* de características chinesas, difundindo a imagem do desenvolvimento harmonioso de uma potência pacífica, receptiva à cooperação (Duarte, 2012). Contudo, o orgulho nacional chinês pode ser perigoso não só para a China, mas também para o mundo, fundado na convicção de uma superioridade moral que tem permitido a Xi Jinping introduzir nos seus discursos públicos a expressão Comunidade de Destino Comum (CDC) (Rolland, 2018a). O conceito sofreu alterações

desde que foi criado, pelo que existem várias categorias de comunidades de destino compartilhado: as comunidades que integram os vizinhos imediatos da China, as comunidades que incluem as regiões e continentes inteiros na periferia da China, e, mais recentemente, a expressão comunidade abarca toda a humanidade. Rolland (2018a) considera que esta perspetiva reitera a competição de Pequim a nível global com outras grandes potências não só em termos materiais, mas também a nível de ideais, o que pode induzir a um comportamento assertivo na arena internacional, em vez de incentivar a uma coexistência pacífica dentro do *status quo* (Duarte, 2014). Como referem Xing e Duarte (2019), a China tem sido uma fonte de fascínio, bem como de incertezas e perturbações para a ordem mundial, dominada pelo Ocidente. O acordar do Gigante adormecido, como Napoleão havia apelidado a China (Peyrefitte, 1973), contém, em si, um prenúncio de desocidentalização das Relações Internacionais (RI).

Apesar da República Popular da China (RPC) ter sido fundada em 1949 foi a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), no virar do século<sup>1</sup>, que lhe permitiu passar a ser a principal beneficiária da globalização (Mendes 2020). A adaptação da China ao contexto internacional – aceitando as regras estabelecidas, embora, em alguns casos, ousando desafiá-las<sup>2</sup> quando elas são prejudiciais aos seus interesses – merece ser interpretada, assim como examinados os métodos usados para esse fim.

O modelo de desenvolvimento económico chinês tem permitido ao país retirar da pobreza uma parte significativa dos seus habitantes e, simultaneamente, assegurar e expandir a classe média, lidando com as assimetrias regionais e com a falta de recursos (Xing e Duarte 2019). Num contexto em que Pequim se esforça por ultrapassar diversos obstáculos internos, a FRC estimula o desígnio coletivo de uma nação, que Xi Jinping apelidou de “Sonho Chinês”, no sentido de recuperar a face, após décadas de humilhação por parte do Ocidente (Sørensen, 2015; Xinhua, 2018 a). É inegável que a China já imprimiu a sua marca, tendo passado de país subdesenvolvido, à fábrica do mundo. Em pouco tempo, a China não só consolidou o seu desenvolvimento económico e financeiro, como tem vindo a modernizar as suas forças armadas, a fortalecer o seu papel regional, tecnológico, e

---

<sup>1</sup> A OMC institui um sistema global de regras comerciais, que norteiam os termos dos acordos negociados entre os países membros. A China aderiu a esta organização multilateral em 11 de dezembro de 2001, depois de 15 anos de negociações. A rápida expansão dos intercâmbios comerciais revelou-se fundamental para o crescimento económico da China. (<https://www.wto.org>).

<sup>2</sup> Xi Jinping declarou a intenção da China substituir a primeira potência mundial enquanto líder da globalização, no discurso de abertura no Fórum de Davos em 2017 (Xinhua, 2017a).

inclusive cultural, através do desenvolvimento de um *soft power* de características chinesas (Mendes, 2020; Carminati, 2020).

A estratégia de Pequim para suavizar o impacto que o desenvolvimento da China pode causar a nível global consiste em denominá-lo como harmonioso e pacífico perante a comunidade internacional (Duarte, 2012). Contudo, as dinâmicas inerentes à reemergência chinesa têm causado apreensão na ordem internacional estabelecida (Xing e Duarte 2019; Rolland, 2020a). Esta preocupação, que não é recente, tem sido partilhada por Buzan (2010), Kastner e Saunders (2012), Ikenberry (2014) e Xing (2019). A este respeito, Ikenberry e Xing defendem que Pequim não pretende alterar, mas reforçar sua autoridade no sistema, escolhendo parcerias numa estratégia *win-win*, desprovida de condicionalidades políticas ou ideológicas. Mais recentemente, autores como Rolland (2020a) tecem um cenário em que a China é suscetível de se transformar num misto de potência regional e global, suscetível de representar os países em desenvolvimento não-ocidentais, e opoñdo-se aos princípios democráticos liberais. Sendo a FRC recente e, por conseguinte, ainda em construção ela constitui um instrumento multifacetado, por meio do qual Pequim pode reformular a ordem internacional de pendor marcadamente ocidental. Deste modo, o seu estudo revela-se como uma mais-valia no quadro da presente investigação.

A presente análise baseia-se numa visão neorrealista com o propósito de averiguar a integração, transformação e modelação do mundo por parte da China como potência em construção. No que respeita à integração, esta foi conseguida por meio do desenvolvimento económico e militar, que refletiu uma estratégia *status quo*. Por sua vez, a pretensão de transformar e de moldar o mundo induz a uma estratégia revisionista do Império do Meio que reemerge<sup>3</sup> na Ásia reivindicando o seu estatuto imperial e invocando um passado em comum. Tal facto, é indissociável do impacto que a FRC é suscetível de exercer na designada CDC em alternativa a um universo institucional até hoje dominado por uma visão tradicionalmente ocidentalizada das RI.

Neste sentido, a presente dissertação propõe fazer um balanço sobre o efeito disruptivo e/ou revisionista que a iniciativa chinesa tem gerado, desde que foi lançada em 2013 na ordem internacional até agosto de 2022, após a visita de Nancy

---

<sup>3</sup> No âmbito da presente dissertação, concebemos a China não como uma potência emergente, mas reemergente na medida em que a China é uma potência milenar, pese embora a RPC tenha apenas algumas décadas.

Pelosi a Taiwan. A inclusão da “operação especial” encetada por Moscovo, em fevereiro de 2022 na delimitação temporal desta dissertação traz informações complementares sobre a coerência pacifista da narrativa chinesa subjacente à criação da FRC. A China, que sempre defendeu uma posição *win-win*, causa perplexidade na comunidade internacional não condenando a posição da Rússia no conflito e reconhecendo que a NATO<sup>4</sup> demonstra tendências expansionistas. Note-se que a “operação especial” na Ucrânia somente se iniciou após o fim dos Jogos de Olímpicos de Inverno que se realizaram em Pequim, com a preocupação da Rússia não ofuscar a projeção internacional do evento. A solidariedade sino-russa tinha sido firmada anteriormente através de uma parceria estratégica sem limites já que ambos os países criticam a contenção da sua influência por parte do Ocidente (Kremlin, 2022). A demonstração dessa solidariedade também está patente na condenação de Putin à visita de Nancy Pelosi a Taiwan, por esta visita atentar contra a soberania chinesa (Diário de Notícias, 2022).

Uma parceria estratégica sem limites entre a RPC e a Rússia e a demonstração de força por parte da China sem precedentes no estreito de Taiwan, em resposta à visita de Nancy Pelosi a Taipé, a 3 de agosto de 2022, abrem uma nova fase no debate sobre o revisionismo chinês. Com base nesta reflexão surge a nossa pergunta de investigação: Em que medida é a FRC reflexo de uma China revisionista ou, ao invés, do *status quo*? Para a qual apresentamos a seguinte hipótese:

Pequim tem demonstrado que pretende desempenhar um papel preponderante na governação mundial. Se, inicialmente a ordem liberal estabelecida assegurou o desenvolvimento económico da China, aquela também está na origem de crises cíclicas, que provocam convulsões sociais internas ou, mesmo, afrontas internacionais. Neste contexto, Pequim necessita de alterar as regras vigentes ousando ocupar o lugar de *hegemon* mundial para evitar o colapso do regime. O confronto de ideologias está presente na iniciativa FRC, mesmo que camuflado de exaltação dos valores ancestrais da civilização chinesa. Esta hipótese baseia-se na dinâmica do discurso que Pequim tem utilizado para justificar a implementação da FRC, de modo a recuperar a face da China contemporânea. Em virtude da sua magnitude económica, política, militar e cultural, a Faixa e Rota ajuda a uma melhor compreensão acerca da reemergência chinesa, num contexto de

---

<sup>4</sup> Por uma questão de coloquialidade, utilizamos a sigla NATO correspondente à expressão inglesa North Atlantic Treaty Organization

globalização (Swielande e Vandamme, 2020). A FRC consiste num projeto global, suscetível de revolucionar mundialmente as infraestruturas de comunicação e transporte de pessoas, bens e capital (Duarte 2019; Johnston 2019). Para o efeito, o projeto chinês compreende uma importante rede logística composta por portos, rotas marítimas, corredores terrestres e aéreos, para além de mais recentemente redes digitais com potencial para unir, com maior celeridade pessoas, mercadorias e bens (Shen, 2018; Duarte 2019). Concomitantemente a conectividade facilita a divulgação de um projeto ideológico que integra valores tradicionais e socialistas com vista à construção da CDC.

A presente investigação baseia-se numa abordagem qualitativa, apoiando-se na análise de fontes primárias (documentos oficiais, relatórios e agências noticiosas) e fontes secundárias (livros, capítulos de livros e artigos científicos). O recurso à lente neorrealista revela-se a melhor escolha para esta investigação, como justificaremos no enquadramento teórico que integra o próximo capítulo.

Em termos de estrutura a presente dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: Após a introdução, o segundo capítulo vinca os contornos da política externa chinesa agregando os conceitos estruturantes aplicados ao caso em estudo. Estes conceitos são analisados numa ótica de evolução temática das narrativas revisionistas *versus status quo*, não só na perspetiva Ocidental como também do ponto de vista alternativo da Escola Chinesa de Relações Internacionais (ECRI). Percorrido o percurso da ECRI, exploraremos as vertentes nacionalistas que acomodam o Excepcionalismo chinês e o Sinocentrismo subjacente ao Socialismo, que suportam a CDC. Incontornável na trajetória do discurso da Escola Chinesa é o conhecimento do Confucionismo enraizado nos valores tradicionais chineses bem como o conceito de *tianxia* reutilizado para representar uma ordem mundial pós-hegemónica associada a um Mundo Harmonioso. Ainda no segundo capítulo debruçar-nos-emos, igualmente, na análise de instrumentos utilizados por Pequim para reforçar a reemergência da China os quais intitulamos de “Dimensões do Poder”. Por outro lado, aprofundaremos as diversas formas de poder, nomeadamente o *soft power* e *sharp power* que caracterizam em muitos aspetos a política da China no estrangeiro. Este capítulo termina com um breve enquadramento histórico, onde são examinadas as diferentes narrativas que influenciaram política externa chinesa. Procuraremos contextualizar as diversas fases marcadas pelos cinco líderes que transformaram uma China isolada no país que se procura reerguer após décadas de

humilhação. Do Desenvolvimento Pacífico, a China evoluiu para o Desenvolvimento Harmonioso acompanhado de uma crescente assertividade para a consubstanciação do Sonho Chinês.

Por sua vez, no capítulo seguinte, analisamos os contornos da FRC enquanto principal instrumento de reemergência chinesa. Procuraremos demonstrar que esta iniciativa transcende a estrutura física que lhe é inerente acumulando projetos que evidenciam a construção gradual de uma nova ordem, em que o papel central é suscetível de ser ocupado pelo China. Neste sentido, deter-nos-emos nos círculos de influência formados pela periferia da China, Plataforma (16+1), Cooperação Sul-Sul e Regiões Polares.

Segue-se o quarto capítulo que efetua o balanço entre o pendor revisionista *versus* o pendor *status quo* da China atual. Por fim, na conclusão, faremos a síntese do que foi abordado, na tentativa de respondermos à questão de investigação.

## **2. Os Contornos da Política Externa Chinesa**

### **2.1. Revisionismo *versus* Status Quo**

O neorrealismo proporciona a análise de um cenário no qual Pequim não só tem conseguido adaptar-se ao sistema internacional, como inclusive contestar crescentemente esse mesmo sistema. Por essa razão, o realismo clássico de Hans Morgenthau foi descartado na presente análise, pois excluiria a integração da China na estrutura internacional e a forma como esta tem vindo a usufruir das vantagens da globalização.

O neorrealismo percebe o sistema internacional como anárquico, pautado pela ausência de regulamentação central (Mearsheimer, 2013; Reis, 2016). O modo como os estados agem perante esse sistema define duas correntes do neorrealismo: o defensivo ou estrutural e o ofensivo. No primeiro, o estado busca a autopreservação, utilizando o poder como um meio para assegurar a sua sobrevivência no sistema internacional, através de capacidades militares, económicas e tecnológicas (Waltz, 1990, 2000). Por sua vez, o neorrealismo ofensivo realça a capacidade de os estados obterem vantagem do sistema, através da maximização do poder e da orientação de políticas em função dos seus benefícios (Mearsheimer, 2001, 2013;

Telhami, 2002). Dito isto, o neorrealista ofensivo é assim a corrente que melhor explica o contexto da reemergência chinesa, como confirmam os factos que pretendemos expor. Com efeito, o interesse nacional chinês adaptou-se às regras internacionais vigentes, seguindo estratégias que levaram o Ocidente a acreditar que Pequim mudaria, inevitavelmente, a sua ideologia. A certeza de que o fim da URSS e o liberalismo operariam a mudança deu, na prática, a Pequim tempo para aumentar o seu poder servindo-se das instituições criadas pelo sistema internacional de pendor ocidental (Rato, 2020; Mearsheimer 2021).

Atualmente não restam dúvidas que o liberalismo não moldou a China, pelo que o comércio e a prosperidade não constituíram o motor de mudança e não trouxeram a paz permanente, como atesta a recente guerra comercial (Diário de Notícias, 2021; Kotz, 2022). Aliás, a contenda comercial é deveras ilustrativa dos postulados neorrealistas, segundo os quais a potência estabelecida (EUA) procura conter as aspirações da potência em ascensão (China). Esta situação configura aquilo que convencionalmente se chama o Dilema de Tucídides (Allison, 2019). Se durante muito tempo a China manifestou uma postura essencialmente do *status quo*, a assertividade crescente exercida pelo país começa a levantar dúvidas, não só por parte dos EUA, potência dominante, como nos estados vizinhos, sobre as suas intenções, trazendo incerteza quanto ao futuro. Neste sentido, e de acordo com a visão neorrealista, a paz perpétua é uma utopia (Mearsheimer, 2001). A natureza dos estados, como atores principais, conduz à permanente competição, mesmo que inicialmente pareçam conformados com a sua posição no sistema internacional.

Assim, a desconfiança entre estados é inerente ao neorrealismo e não se limita à avaliação bélica de cada um. Atualmente o poder que cada estado possui não é apenas fruto do seu *hard power*, mas também de outras formas de poder (Duarte, 2014). Com efeito, a base da análise do neorrealismo, que expõe a competição entre estados, reconhece um conjunto de instrumentos que não se restringem à força bélica (Telhami, 2002). Neste ponto, a China tem potenciado o seu poder e influência através de um conjunto diversificado de meios dos quais fazem parte não só o *hard power e soft power*, mas também o *sharp power* (Walker & Ludwig 2017; Mendes 2020).

Concluindo, o que permanece nuclear para o neorrealismo é sobrevivência dos estados, integridade política e territorial. Desde a sua implementação, a RPC tem deixado claro a intenção de reunir a parte do seu território que se dispersou no

passado (Mendes, 2020). Neste sentido, Hong Kong e Macau foram os primeiros a ser reintegrados, pese embora Taiwan constitua, ainda, um objetivo a alcançar. Sendo crucial para a China a integridade geográfica e não dispondo de meios para a obter teve de se socorrer de métodos diplomáticos que facilitaram a integração, como o estatuto que conferiu a Hong Kong e Macau uma autonomia conhecida por “um país dois sistemas”<sup>5</sup> (Diário de Notícias, 2020 a). No entanto, esta autonomia tem vindo a ser cada vez mais restringida, a nível da segurança e política externa, demonstrando a inviolabilidade do projeto político chinês.

A acumulação de influência e de riqueza que a China conseguiu nas últimas décadas, por via de uma postura colaborante com o sistema, levaram-na a dissimular a suas pretensões por meio de estratégias que realçaram o seu pendor pacífico (Duarte 2012). No entanto, à medida que a conjuntura internacional permitiu uma maior assertividade, Pequim procurou a hegemonia regional, reavivando tempos antigos e prósperos na Ásia, através da reconstrução da antiga Rota da Seda. Deste modo, a FRC é essencial para China uma vez que dela depende para a estabilização do crescimento económico e social. Por conseguinte, a FRC reflete a vontade chinesa de manutenção do *status quo*, ainda que possa, contudo, provocar um efeito disruptivo e revisionista no equilíbrio do poder internacional (Flint e Zhu 2019; Williams e Bouzarovski, 2019). De acordo com a conceção neorrealista, a FRC é suscetível de moldar o equilíbrio de forças internacional o que se traduz na participação de outros estados na iniciativa, de modo a sustentar a sua sobrevivência na estrutura. Os diversos acordos bilaterais e o crescente poder que a China tem alcançado junto das instituições multilaterais ocidentais demonstra um esforço de preservação e/ou adaptação face às dinâmicas do sistema internacional.

Através da lente concetual escolhida, o neorrealismo, analisaremos de que forma se manifesta a dicotomia "revisionista" *versus* "*status quo*" da China. No entanto, esta dicotomia não está isenta de controvérsia como explicaremos. Importa igualmente nas próximas subsecções distinguir a perspetiva Ocidental da narrativa formulada pelos académicos chineses a este respeito. A construção de uma teoria de Relações Internacionais (RI) de características chinesas pretende acomodar uma potência

---

<sup>5</sup> A expressão “um país dois sistemas” foi criada por Deng Xiaoping sendo destinada à integração de Taiwan na China. Como esta integração não se concretizou passou a ser aplicada a Hong Kong e Macau (Diário de Notícias, 2020 a).

reemergente e que simultaneamente se intitula como pacífica. Esta reflexão tem o intuito de avaliar os argumentos utilizados nos meios académicos, que refletem o discurso estratégico utilizado por Pequim para justificar o seu comportamento no sistema internacional. Todavia, como vamos desenvolver, esta Escola dominada pelo sinocentrismo, tem vindo a realçar a incompatibilidade entre os pensamentos Ocidental e Chinês, alimentando uma competição, que inicialmente parecia pretender evitar.

### **2.1.1. A Perspetiva Ocidental**

Inicialmente a dicotomia "revisionismo" e "*status quo*" correspondia, respetivamente à insatisfação ou satisfação dos estados relativamente à ordem internacional (Stoessinger, 1963; Schweller, 1999). No entanto, estes conceitos evoluíram para a mensuração da distribuição dos bens (território, estatuto, mercados, expansão da ideologia, e Direito internacional e das instituições), sendo que os estados revisionistas pretendem alterar essa distribuição, enquanto os estados partidários do *status quo* desejam manter a posição conquistada (Davidson, 2006). Face a tal contexto, a ascensão económica da China tem sido encarada como um alerta para um potencial ou real revisionismo, tendo-se mesmo instalado a dúvida sobre se Pequim possui, na atualidade, intenções revisionistas ou, ao invés, de manutenção do *status quo* (Johnston, 2003; Davidson, 2006; Ding, 2010; Ikenberry, 2011; 2014; Xiao, 2015; Wilson, 2017; Violante et al, 2020, Liu, 2021). Por esta razão, a distinção destes conceitos não está isenta de controvérsia, porque os estados ocidentais (ou estados aliados do Ocidente, como a Índia e o Japão), apesar de cumprirem grande parte dos critérios acima definidos por Davidson (2006) não costumam estar sujeitos a esta dicotomia (Turner e Nymalm, 2019). Efetivamente, os conceitos revisionismo e *status quo* foram sofrendo transformações ao longo do século XX, de acordo com o pensamento dominante. A narrativa que acomoda a teoria hegemónica e que se associa à teoria de transição do poder dos anos 70/80 faz depender a prosperidade da existência de um poder hegemónico (Gilpin, 1981)<sup>6</sup>. Deste modo, teoria de transição do poder enfatiza diversos critérios tais como as dimensões e/ou taxas de

---

<sup>6</sup> Exemplo da denominadas *Pax Britânica* dos séculos XVIII e XIX, bem como da *Pax Americana* que tem durado desde 1945 até hoje.

crescimento dos membros do sistema internacional, estados em ascensão (Organski e Kugler, 1980) e diferentes níveis de satisfação quanto à distribuição do poder (Lemke, 1997).

No entanto, os critérios utilizados para catalogar estados como revisionistas ou do *status quo* têm sido sobretudo pautados por uma perspectiva marcadamente ocidental. Como consequência, o termo *status quo* indica respeito pela ordem, regras e normas que favorecem o desenvolvimento e a justiça (Bukovansky, 2016). Ao invés, o termo revisionista refere-se a estados não-ocidentais (Turner, 2014). Após o fim da Guerra Fria, os critérios utilizados para a classificação de estados revisionismo ou do *status quo* colocavam a tónica numa ordem liberal, liderada pelos EUA em oposição à China, como poder autoritário em ascensão. Neste sentido, a China tem sido considerada uma ameaça para o Ocidente em virtude do crescimento económico alcançado, que lhe confere potencial capacidade para alterar o *status quo* (Lemke, 1997). A atuação de Pequim no Mar do Sul da China (Lim et al. 2017, Duarte 2019), bem como a criação do Banco Asiático de Investimento e Infraestruturas (BAII) são considerados exemplos de ameaça à ordem estabelecida e, conseqüentemente, indícios de revisionismo (Wilson, 2017; Duarte, 2019; Silva, 2020; Mendes, 2020).

Turner e Nymalm (2019) consideram que a dicotomia revisionismo/*status quo* é redutora, observando que a dúvida que se coloca sobre o potencial revisionismo da China resulta desta persistir num modelo económico orientado pelo estado contrariando, deste modo, os ideais democráticos e capitalistas. Por esta razão, a China tem sido alvo de constante escrutínio acerca das suas alegadas intenções em conservar quer paz mundial quer a ordem internacional (Ikenberry, 2008; Buzan, 2010; Mendes, 2020). Por outras palavras, a China constitui uma ameaça revisionista porque não corresponde ao que o Ocidente, mais concretamente os EUA, dela esperam:

Durante décadas, a política dos EUA esteve enraizada na crença de que o apoio à ascensão da China e à sua integração na ordem internacional pós-guerra liberalizaria a China. Ao contrário das nossas esperanças, a China expandiu seu poder à custa da soberania dos outros. (The White House, 2017)

Como à luz das narrativas realistas, o desenvolvimento está associado a ameaça, a China incluiu no seu discurso oficial o termo “desenvolvimento pacífico”

(MFA, 2004)<sup>7</sup> com o intuito de sublinhar o seu pendor para a paz. No entanto, Buzan (2010) salienta que a atuação de Pequim nas disputas em torno das questões fronteiriças diverge do discurso oficial de desenvolvimento pacífico. Com efeito, a expressão *desenvolvimento pacífico* – que junta a paz ao termo desenvolvimento – revela uma atitude defensiva da China face ao exterior (Zhang, 2012). Como a China não dispunha inicialmente de todas as ferramentas necessárias a uma plena afirmação na cena internacional, Pequim viu-se obrigado a utilizar métodos mais suaves (que a força militar, entenda-se) e, portanto, menos suscetíveis de causar um “choque frontal”, extremamente nefasto para um poder reemergente (Duarte, 2014:246).

Dito isto, importa perceber quais são os critérios que Buzan (2007) utiliza para classificar o comportamento dos estados em *status quo* ou revisionistas. O revisionismo divide-se em *revolucionário* quando indica mudança de regras e hierarquia de *status*; ou *radical* quando implica mudanças nas regras dentro da estrutura existente da sociedade internacional; ou ainda *ortodoxo* se a potência revisionista estiver, em geral, satisfeita com as regras, embora busque mudanças na distribuição de *status*. Para este autor o revisionismo chinês enquadra-se na figura do revisionismo ortodoxo, não obstante o classificar também como reformista (Buzan, 2010). A este respeito, Buzan salvaguarda que a China não exclui as regras internacionais, procurando, contudo, adaptar aquelas que não espelham com eficácia os seus interesses (*ibidem*).

Como demonstra a história a potência emergente tende a contestar a potência estabelecida na expectativa de ascender a potência dominante (Huntington, 1999; Duarte, 2014), dado que o poder hegemónico é transitório (Kennedy, 1989; Brzezinski, 2004). Para o efeito, a FRC é a grande estratégia que a China emprega com vista à materialização da sua reemergência, através da edificação de ligações logísticas (terrestres, marítimas, aéreas e digitais), complementadas pela narrativa da CDC (Wang, 2016; Xing e Duarte, 2019, Rolland, 2020a). Como examinaremos no terceiro capítulo, através da FRC a China pretende assegurar uma ligação célere entre Oriente e Ocidente, enquanto se esforça por dinamizar as suas províncias mais remotas e estabilizar a vasta periferia centro-asiática (Duarte, 2017; Da Silva, 2021). A nível marítimo, a FRC não só facilita o escoamento de produtos, por meio de uma rede portuária e de corredores marítimos (de que é ilustrativo

---

<sup>7</sup> Termo divulgado no Livro Branco sobre desenvolvimento pacífico, mas já utilizado por Hu Jintao em 24 de abril de 2004, durante a Conferência de Boao (MFA, 2004).

o chamado *Colar de Pérolas*<sup>8</sup>), bem com o desenvolvimento de uma marinha de guerra com vista à proteção destes corredores<sup>9</sup> (Duarte, 2017; Xing e Duarte, 2019; Da Silva, 2021). A FRC serve a expansão global da China, incorporando igualmente uma *Rota da Seda Digital*<sup>10</sup>, imprescindível para uma globalização inclusiva na era da aldeia global e, em grande parte, propiciadora da internacionalização da moeda chinesa (Kynge 2015; Shen 2018; Xing e Duarte, 2019). A globalização contemporânea, centrada nos EUA, foi impulsionada pelo desenvolvimento da internet (Nye e Donadue, 2000; Seoane 2019). No entanto, atualmente, a globalização digital é cada vez mais dotada de características chinesas, fomentando uma competição futura entre a China e os EUA na governação da Internet (Segal, 2018). Por todos os motivos invocados, a FRC parece ser determinante para que a China se posicione como o próximo líder da globalização<sup>11</sup>.

Para melhor percebermos que tipo de liderança caberá à China importa conhecermos a evolução da construção teórica da Escola Chinesa de Relações Internacionais (ECRI), que cada vez mais espelha uma visão do mundo alternativa à perspectiva Ocidental. Escudada em valores tradicionais, a ECRI sustenta um modelo sinocêntrico que comporta o ideal nacionalista, como analisaremos de seguida.

### **2.1.2. Narrativas Alternativas: a Escola Chinesa**

A narrativa realista que considera o crescimento económico da China uma ameaça para o Ocidente não tem sido consensual para os diversos teóricos e investigadores, inclusive do próprio Ocidente (Johnston e Ross, 2006; Shambaugh, 2006; Shirk, 2007; Johnston 2008). Todavia, os teóricos chineses têm vindo a esboçar diversas formulações alternativas à corrente realista no intuito de demonstrar que o pensamento chinês, nomeadamente através da filosofia confucionista, segue uma lógica distinta do pensamento ocidental (Zhao, 2006; Mendes, 2020). Com efeito, esta filosofia tem

---

<sup>8</sup> Linha costeira artificial que permite à China o acesso logístico a portos situados ao longo dos países litorais do oceano Índico (Hayton, 2019).

<sup>9</sup> O Relatório anual de 2020 do Departamento de Defesa (informação ao Congresso dos EUA) corrobora a sofisticação do poder militar chinês (Defense.gov, 2020).

<sup>10</sup> A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China divulgou em 2015 a construção do terceiro corredor da FRC dedicado à economia digital, que consiste fundamentalmente no armazenamento de dados derivados da computação em nuvem e na formação de cidades inteligentes. Promove o comércio eletrónico, corredores de tráfico digital, canais de informação ou cabo ótico transfronteiriço (Shen, 2018; Nihaoportugal, 2020).

<sup>11</sup> Na conferência de Davos, Xi Jinping exortou a China a ser líder da Globalização e uma Ciber-superpotência, lugar que tem sido ocupado pelos EUA (Xinhua, 2017 a; Segal, 2018).

implícita a interdependência dos membros da sociedade, que se sobrepõe ao individualismo (Da Silva, 2021) e promove uma visão do mundo inspirada no passado imperial da China (Li 1999; Dan, 2004; Rozman, 2012).

Moldados pelo ambiente intelectual, político e social da RPC, os estudos da ECRI sustentam um modelo sinocêntrico (Callahan, 2008), que revisita o termo *tianxia* (tudo debaixo do céu) (Zhao, 2006). A ênfase na *tianxia*, conceito enraizado na tradição chinesa, demonstra que a China segue uma lógica própria, que se afasta das teorias construídas no e pelo Ocidente (Thuy, 2015). Simultaneamente, a *tianxia* tem contribuído para que o debate da ECRI oscile entre o rigor teórico, a excecionalidade cultural e os interesses nacionais chineses. Apesar dos teóricos chineses concluírem pela necessidade de forjar uma teoria própria, tal não impediu que a divergência entre os caminhos a seguir levantasse questões de credibilidade (Callahan, 2008).

À medida que a comunidade de RI da China, composta de cientistas políticos e pensadores, se profissionalizou, constatou-se uma maior abertura face às teorias ocidentais (Lu, 2018). No entanto, a ECRI tem sido influenciada pelo sinocentrismo, pelo que esta limitação põe em causa a fiabilidade da construção de modelos alternativos aos desenvolvidos no Ocidente (*ibidem*). O destaque dado ao sinocentrismo não pode ser considerado um fenómeno académico apenas despoletado pela reemergência da China nos anos 90, nem motivado pela estruturação de uma teoria não-ocidental (Acharya e Buzan, 2017), pois remonta ao final da década de 1920 (Wang, 2013). Na realidade, o sinocentrismo tem impedido o avanço teórico da ECRI, bem como o seu reconhecimento universal (Qin, 2010; Wang, 2017), embora tenha agregado gerações em torno de um excecionalismo chinês, suscetível de competir com o do Ocidente (Lu, 2018). Dito isto, de seguida procuraremos aprofundar as teorias nacionalistas, que comportam o sinocentrismo e o excecionalismo chinês, com vista a conhecer o alicerce em que se funda a ECRI.

### **2.1.2.1. Teorias Nacionalistas: Sinocentrismo e Excecionalismo**

A influência do sinocentrismo na ECRI tem evoluído ao longo do tempo. Tradicionalmente, o sinocentrismo tem estado associado a uma posição ontológica em que a China se localiza no centro do mundo, rodeada de tribos bárbaras (Liang, 1994). Esta visão tradicional reflete a essência do termo *tianxia*, sustentada por uma prática

ligada a um sistema de tributo praticado na Ásia Oriental (Zhang, 2009; Zhao, 2012). O sinocentrismo tradicional persistiu até finais do século XIX, mesmo após a China ter sofrido várias derrotas infligidas pelo Ocidente (Lu, 2018). Apesar de no início do século XX, o sinocentrismo associado à cultura tradicional chinesa ter sido secundarizado pelos valores ocidentais (Schwarcz, 1990; Wang, 2005), ele viria, contudo, a ser gradualmente transformado num conceito análogo ao de excecionalismo, transversal a outras potências (Holsti, 2010; Callahan, 2012; Zhang, 2013).

O sinocentrismo moderno, do início do século XX, continuou a garantir a superioridade chinesa (Agnew, 2010; Forsby, 2011). Com efeito, a proveniência ocidental da formação dos académicos chineses (Yuan, 1961), não foi suficiente para apagar o sinocentrismo, pelo que estes permaneceram críticos face às teorias ocidentais das Relações Internacionais (Lu, 2018). O debate entre académicos, antes de 1949, tinha como objetivo encontrar a melhor forma de enaltecer a experiência chinesa (*ibidem*). Os que valorizavam a história moderna da China analisavam a interação com o Ocidente numa ótica de invasores *versus* invadidos. Por sua vez, os estudiosos que defendiam a superioridade da história da China antiga e das suas relações diplomáticas, contrapunham críticas ao demérito das práticas ocidentais (Wu, 1934; Liu, 1941).

Com a revolução, a liderança comunista impulsionou o sinocentrismo (Zhao, 2004). Mesmo que na década de 50 a preponderância da União Soviética o tenha relegado para segundo plano (Arquivo da Universidade de Pequim, 1949)<sup>12</sup>, a deterioração das relações sino-soviéticas viria a repor novamente o sinocentrismo. A ideologia do partido e o Pensamento de Mao Tsé-Tung influenciavam a formação universitária e promoviam a revolução mundial proletária, através do ensino dos movimentos revolucionários na Ásia e em África (Arquivo da Universidade de Pequim, 1965).

Com a abertura internacional da China surgiu uma nova geração de académicos chineses com interesse nas teorias ocidentais das Relações Internacionais (Ni e Xu, 1997; Wang, 1999; Yu e Chen, 1999). No entanto, o conflito geracional entre os mais novos, abertos a abordagens ocidentais, e os mais velhos, que defendiam a superioridade da experiência comunista chinesa, esvaiu-se com o endurecer das posições políticas. Com efeito, os tumultos que perturbaram Pequim, no final da década de 80, permitiram que o sinocentrismo recuperasse a sua posição de destaque nos estudos das RI (He, 1992; Liang,

---

<sup>12</sup> O Departamento de Ciência Política da Universidade de Pequim implementou em 1949 um programa marxista semelhante ao da União Soviética e dos países socialistas (Universidade de Pequim, 1949).

1994). A comunidade acadêmica cedeu no reconhecimento da importância da aprendizagem das teorias de RI ocidentais, não abdicando do marxismo na estruturação de um sistema de conhecimento, dotado de características chinesas distintas (Zhao et al, 1987).

A publicação de Huntington, *The Clash of Civilizations* (1993), estimulou o sinocentrismo, fazendo convergir as duas gerações de acadêmicos chinesas na necessidade de se oporem ao argumento de que as civilizações chinesa e ocidental entrariam, inevitavelmente, em conflito (Liu, 1994; Wang 1995). As críticas às teses de Huntington uniram gerações, como desagrado pela desvalorização Ocidental da propensão para a paz da civilização chinesa (Hu, 1994; Tang, 1994).

O sinocentrismo que emergiu no século XXI era qualitativamente distinto do anterior, pois perseguia a ambição de desenvolver uma teoria chinesa de RI (Lu, 2018). Com efeito, em meados dos anos 80, a ECRI conservava um sinocentrismo marcado pela ideologia, enquanto no início do século XXI os acadêmicos chineses fomentavam um sinocentrismo com base na cultura e experiência chinesa, quer antiga ou contemporânea (Wang, 2003). A crítica às teorias ocidentais não se baseava somente em questões ideológicas, mas principalmente na incapacidade de o Ocidente reconhecer a experiência chinesa (Mei, 2000), o que desencadeou a tentativa de construir um sistema linguístico chinês adaptado às ciências sociais (Su, 2014). Esta orientação está na origem de duas abordagens distintas face às teorias chinesas das RI, modificando os conceitos ocidentais: o realismo e o construtivismo. O realismo estrutural transformado pelo pensamento chinês antigo concebeu o realismo moral (Yan, 2014), enquanto o construtivismo justificou uma abordagem relacional da política internacional, distinta da ocidental (Qin, 2015).

Yan Xuetong (2006) criticava inicialmente a vertente sinocêntrica do pensamento da Escola Chinesa. No entanto, a sua investigação evoluiu no sentido de comprovar a superioridade da liderança global da China em relação aos EUA (Yan, 2009). Este modelo invoca a experiência imperial chinesa, pelo que foi considerado precursor do "realismo moral" ou "realismo confucionista". A competição entre a China e os EUA não excluía a força material, mas centrava-se principalmente numa autoridade baseada na moralidade (Yan, 2011).

Qin Vaqing (2005) defendeu a continuidade da ascensão pacífica da China, baseando-se num modo distinto de pensar e agir, que excluía a propensão para o conflito.

Contrariamente a Yan Xuetong, Qin Yaqing privilegia o construtivismo em relação ao realismo para assegurar a continuidade da trajetória pacífica da China. A complementaridade das teorias chinesas (governança relacional) e ocidentais (governança baseada em regras)<sup>13</sup> não ilude um discurso focado na superioridade civilizacional do Império do Meio que, contrariamente ao Ocidente, promove a cooperação harmoniosa (Ren, 2000; Qin, 2016).

O sinocentrismo subjacente à ECRI revelou-se a escolha epistemológica dominante nas RI chinesas (Callahan, 2012; Lu 2018). Por esta razão, as críticas ideológicas entre o capitalismo e o socialismo foram transformadas num confronto de experiências históricas e culturais entre o Ocidente e a China. Pequim soube explorar os valores tradicionais chineses, com o intuito de reforçar o *soft power* associado à construção de um Mundo Harmonioso, com base no confucionismo e na *tianxia*. Como explicaremos a seguir, o discurso oficial chinês, que inicialmente parece sublinhar uma tendência para o *status quo*, segue, contudo, uma trajetória de confronto com os valores ocidentais, ao mesmo tempo que concebe uma organização do mundo qualitativamente superior.

### **2.1.2.2. Valores Tradicionais: Confucionismo e Tianxia**

Em meados dos anos 80, as perspetivas dominantes tanto na Escola da Ásia Oriental<sup>14</sup>, como na Escola Universal<sup>15</sup> ou Escola Excepcionalista Chinesa<sup>16</sup> baseavam-se no confucionismo (Rozman, 2012). A escola da Ásia Oriental partilhava a identidade histórica, cujas práticas tinham proporcionado estabilidade na região (Chung, 2009; Rozman, 2012). Por sua vez, a Escola Universal considerava que o valores liberais subjacentes ao confucionismo sustinham o *status quo* da China (Bary, 1983). Por fim, a Escola Excepcionalista, representante da China Imperial, explicava as relações internacionais chinesas através de um misto de características realistas, liberais e construtivistas (Rozman, 2012).

---

<sup>13</sup> Para Qin, a interação entre o poder ascendente e o hegemon, não se fundamenta unicamente em regras definidas por este último. O argumento principal para assegurar a continuidade da ascensão pacífica baseia-se numa predisposição não conflituosa do Império do Meio.

<sup>14</sup> A Escola da Ásia Oriental propunha-se encontrar uma identidade histórica partilhada entre Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul, Taiwan e Japão que justificasse o seu desenvolvimento.

<sup>15</sup> A Escola Universal argumentava que a difusão de valores liberais atingiria também a China

<sup>16</sup> A Escola Excepcionalista chinesa representava o legado da China Imperial

A alteração de estratégia de Pequim nos anos 80, com a projeção do confucionismo, precipitou-se com a queda do regime soviético e com a rejeição ocidental das teorias comunistas (Rato, 2020). A expressão "caraterísticas chinesas" surgiu para realçar a particularidade da cultura chinesa, mas pretendia, principalmente, suavizar a ameaça do socialismo à civilização ocidental (Thuy, 2015). O confucionismo serviu esse propósito ao associar a civilização chinesa a um mundo harmonioso, contrastando com a expansão hegemónica do Ocidente que desencadeava disputas e guerras (Rozman 2012; Dreyer, 2015).

Recorrendo à tradição chinesa, surgiram novas correntes denominadas Confucianismo e Neoconfucianismo, que se basearam nas obras de Confúcio para demonstrar a propensão da China para a paz (Wu Huiyong, 2018). Esta filosofia funda-se num modelo social centrado na família, que se sobrepõe ao indivíduo. Desta forma, cada membro, como parte da família, estará sempre protegido. Cada pessoa interage numa sociedade baseada num comportamento virtuoso que assegura a harmonia entre todos (Mendes, 2000; Da Silva, 2021). Neste modelo, a ordem é mantida por meio de uma moralidade intrínseca ao mundo e aos que dele fazem parte (Dreyer, 2015). A ética confucionista proporcionou às dinastias Tang, Ming e Qing o respeito mútuo pela maior parte dos vizinhos da China (Wu Huiyong, 2018). Aproveitando a filosofia confucionista, desde 2004 que têm vindo a ser implementadas redes de institutos Confúcio sediados em universidades internacionais e supervisionados pelo Ministério da Educação Chinesa (Romeo, 2019). Esta estratégia tem beneficiado da admiração do Ocidente pelas teorias confucionistas, englobando um conjunto de iniciativas suscetíveis de projetar *soft power*, como será analisado neste capítulo.

Em alternativa aos *Choque de Civilizações*, foi também recuperado do antigo confucionismo o conceito de *tianxia*, divulgado por Zhao Tingyang no livro *A political world philosophy in terms of All-under-Heaven (Tianxia)* de 2009. O termo *tianxia* (tudo sob o céu, como atrás se explicou) reporta-se a rituais antigos envolvendo uma China que se encontrava no centro do mundo rodeada de outras civilizações, sendo o imperador, *tianzi*, considerado o Filho do Céu (Wang, 2012; Ha, 2019). Por outro lado, o imperador assegurava a proteção dos outros povos, através de relações sob a forma de tributo, que consistiam numa prática de homenagem. Este sistema simbólico era aceite pelos povos da

Ásia, mesmo por aqueles que não seguiam o confucionismo, o que viria a consolidar a *Pax Sinica*<sup>17</sup> que vigorou até ao século XVIII (Dreyer, 2015).

O conceito de *tianxia* reconstruído por Zhao Tingyang, enfatiza a lógica política de ordem descendente, semelhante à vigente na Ásia, ao mesmo tempo que faz a apologia de um governo mundial constituído por uma rede de sub-estados, os quais abarcam diversas culturas. As instituições mundiais teriam autoridade para supervisionar e punir as ações dos sub-estados, que seriam regidos por leis universais (Zhao, 2009; Kupchan, 2014). Com base nos pressupostos de *tianxia*, seria possível alcançar um mundo harmonioso concebido por Hu Jintao e que Xi Jinping persegue (Callagan, 2015; Da Silva, 2021), como abordaremos ainda neste capítulo. A Grande Harmonia<sup>18</sup>, proporcionada pelas práticas confucianas e tendo por base o conceito de *tianxia*, apresentou-se como alternativa ao modelo ocidental. Assim, a Grande Harmonia serve, no presente, o propósito de ampliar a influência da China no mundo, através do reconhecimento coletivo, ao relegar para segundo plano a força material (Hu, 2005).

No entanto, as críticas tecidas ao conceito de *tianxia* consideram-no utópico e contendo diversas distorções históricas (Zhang, 2010). A pretensão de classificar a China através das tradições imperiais de natureza pacífica não apaga, contudo, um passado onde subsistiam rivalidades e conflitos. Deste modo, a realidade pode desmentir o argumento que liga a benevolência de *tianxia* à concretização pacífica de uma nova ordem mundial (Dreyer, 2015). Liu Mingfu teórico e militar do Exército de Libertação do Povo (PLA<sup>19</sup>), integra os que defendem o domínio militar da China criticando a estratégia de contenção seguida durante vários anos por Pequim (Liu, 2015). Em suma, o termo *tianxia*, que pretende legitimar a propensão da China para a paz, pode significar um conceito menos inclusivo do que aquele que Zhao defendia (Dreyer, 2015).

Outras incongruências foram apontadas aos teóricos do modelo *tianxia*. Em primeiro lugar, a prossecução da paz não é exclusiva deste modelo. Também o conceito de soberania não estimula apenas litígios entre estados, mas potencia o equilíbrio de poder,

---

<sup>17</sup> *Pax Sinica* representa uma ordem sob a hegemonia da China, que vigorou no tempo da China Milenar (Duarte, 2017)

<sup>18</sup> A Grande Harmonia foi abordada inicialmente numa passagem do Livro dos Ritos (séc. I a.c.) que apresenta um modelo utópico de ordem social apelando à unidade global. Este ideal é recuperado por Hu Angang, no seu livro de 2011, *Zhongguo 2030*, que sustenta a antevisão sobre a capacidade futura da China para liderar a “fusão de civilizações” (Callahan, 2015)

<sup>19</sup> Por uma questão de coloquialidade, utilizamos a sigla PLA correspondente à expressão inglesa People's Liberation Army

responsável por um longo período de paz na Europa. O conceito de soberania proporciona a igualdade entre estados, visto que até os mais fracos, quando unidos, podem influenciar decisões internacionais a seu favor (Dreyer, 2015). Uma segunda inconsistência é afirmar que a emergência do Ocidente capitalista acarretou, apenas na China, a celebração de Tratados Desiguais. Na realidade, ela também proporcionou, através da negociação comercial, períodos de prosperidade aos estados que outrora faziam parte do sistema *tianxia* (Rato, 2020).

Mesmo aceitando que o sistema *tianxia* contribuiu, no passado, para a harmonia dos povos da Ásia, atualmente esta ordem encontra-se comprometida pelos graves reveses internos decorrentes do desenvolvimento económico chinês, minado por uma profunda desigualdade e problemas ambientais (Vaz-Pinto, 2014; Duarte 2017; Da Silva, 2021). A necessidade de obter matérias-primas e assegurar o desenvolvimento doméstico tem instado a uma diplomacia periférica ativa. (Ha, 2019). Os países vizinhos, cujas economias dependem da prosperidade da China, têm tolerado a política externa chinesa face à periferia (pese embora a população acuse níveis elevados de sinofobia), para assim não provocarem o desagrado de Pequim (Reeves, 2016). Tal sinofobia é menos tolerada em países como menor dependência económica da China, como a Austrália, a Coreia do Sul, o Japão ou a Índia, o que leva a concluir que o modelo *tianxia* resultou no passado, quando a China era manifestamente o estado mais poderoso (Rozman, 2012). Na atualidade, é difícil explicar a natureza pacífica da reemergência chinesa através do conceito de *tianxia* enfatizado por Zhao.

A diplomacia de Pequim tem procurado, desde 2010, justificar o reforço do domínio regional, restabelecendo a ordem subjacente ao modelo *tianxia*<sup>20</sup>. No entanto, a Grande Harmonia conseguida através deste modelo, tem por objetivo a concretização de uma agenda política atual<sup>21</sup>. Deste modo, pode-se concluir que Pequim deturpa deliberadamente o passado, dispondo para o efeito da maleabilidade do conceito de *tianxia* (Dreyer, 2015). A tentativa de persuadir a comunidade global de que os sistemas autoritários apresentam melhores soluções de governação do que as democracias, vinca a clivagem entre o mundo em desenvolvimento e os países desenvolvidos (Ha, 2019). Neste

---

<sup>20</sup> Em 2010, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Yang Jiechi deixou claro numa reunião da ASEAN que a China era o único grande país dos que faziam parte daquela organização (The Washington Post, 2014)

<sup>21</sup> Com base nesta pretensão a China tem induzido os vizinhos a tomar partido pela sua contestação de território e bases marítimas (Duarte 2019).

sentido, se a intenção da China for a de mudar a forma de organização do mundo “é improvável que essa transição se faça através da aceitação voluntária de *tianxia*” (Dreyer, 2015:1031).

A utilização de *tianxia* no contexto atual pela China, constitui outra contradição. Tal deve-se ao facto da China como membro das Nações Unidas, ter-se comprometido com os Princípios de Coexistência Pacífica, alicerçados em organizações formadas por estados soberanos. Contudo, Zhao considera que as instituições mundiais existentes, como as Nações Unidas, são inadequadas na era da globalização, porque permitem que os vencedores da globalização possam ditar as regras do jogo. Zhao dá o exemplo dos EUA, cuja interferência considera prejudicial para o mundo (Zhao, 2009). Na realidade, a China sempre se demarcou da história expansionista do Ocidente, sublinhando uma divisão civilizacional e defendendo a não ingerência nos assuntos internos de outros países. A China ao opor-se à prática das instituições internacionais que exigem contrapartidas aos países que requerem ajuda financeira, tem fomentado uma inversão do poder para o Sul Global (Callahan, 2015). Essas contrapartidas impostas pelo sistema vigente têm por objetivo assegurar a transição para valores democráticos. No entanto, Pequim defende que o direito ao desenvolvimento dos povos se deve sobrepor aos direitos humanos (Worden, 2020). Com efeito, a China aproveitou-se da saída dos EUA do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para promover uma visão sinocêntrica alternativa (Ha, 2019).

Na realidade, desde a fundação da RPC em 1949, *tianxia* foi substituída por um universalismo liderado pela China e centrado no marxismo-leninismo (Dreyer, 2015). A mentalidade confucionista foi responsabilizada pela estagnação até meados da década de 70 (Da Silva, 2021). A posterior recuperação da tradição chinesa teve o propósito de fomentar a aceitação internacional da China marxista-leninista. Com efeito, a adesão à OMC decorreu numa conjuntura especialmente desfavorável, resultante do fim da Guerra Fria (Rato, 2020). Todavia, Pequim estava ciente que tanto o confucionismo liberal como o "socialismo democrático" poderiam constituir um risco para o socialismo, devido às contradições que encerram. Por este motivo, a presente liderança teve necessidade de estimular a dicotomia entre Ocidente *versus* Oriente (Rozman, 2011; 2012).

A questão a colocar consiste em saber se a utilização do confucionismo trouxe vantagens para a China contemporânea. Na realidade, o confucionismo não contribuiu de

forma eficaz para incentivar a confiança mútua regional, porque o futuro partilhado e harmonioso tem sido mitigado por disputas territoriais (Da Silva, 2021).

Por esta razão é importante rever, no contexto atual, os meios que proporcionam maior poder a Pequim, como analisaremos a seguir.

## **2.2. As dimensões do poder**

O poder, percecionado como a capacidade dos estados se afirmarem internacionalmente, depende cada vez menos do uso da força, mas sobretudo do modo como se ajustam as diversas dimensões que o constituem (Duarte 2014). Com efeito, para aferir o poder de um estado, existem outras dimensões que complementam o *hard power* (Nye, 2004 (Mearsheimer, 2021)). Para além da capacidade material, económico e militar, que caracteriza a dimensão *hard* junta-se uma outra dimensão do poder definida em 1990 por Joseph Nye como *soft power*. Este último, remete para a atração da ideologia e cultura (Duarte 2014; Nye, 2021). A sua utilização pode revelar-se mais eficaz do que o *hard power* nas sociedades modernas, as quais não valorizam do mesmo modo a glória associada às vitórias bélicas (Duarte 2014). No entanto, Nye (2018a) não defende a superioridade do *soft power* sobre o *hard power*, mas a junção eficaz destas duas dimensões, que intitula de *smart power* (Charmelot 2009, Nye 2013). Este engloba uma combinação de ferramentas que permitem a um estado afirmar-se não só pelo seu poder material, militar ou económico, mas também através de um conjunto de instrumentos, como alianças e outras práticas diplomáticas (Nye 2018a).

Segundo Nye (2018 a), o *soft power* tem vindo a assumir uma crescente relevância no pós-Guerra-Fria, impulsionado pelo efeito da atração que tem suscitado o modo de vida americano. Porém, este tipo de poder não é exclusivo dos EUA, na medida que também havia sido utilizado pelo Império Romano, revelando-se um recurso de qualquer sociedade, suscetível de exercer uma atração ou domínio sobre um imaginário coletivo. Esta narrativa que realça qualidades como o equilíbrio, a ponderação, a procura da paz, a inclusão, o respeito pela sociedade e a preocupação ecológica, constituem exemplos de *soft power*. Ilustrativo a este respeito é a forma como Pequim tem sabido tirar proveito da China Imperial, como legado secular e envolto numa sabedoria filosófica, que vem exercendo fascínio no Ocidente (Rozman, 2012, Mendes 2020). Com efeito, a utilização

deste tipo de poder marcou a diferença entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e os outros partidos comunistas quer da URSS quer da Europa, que viram a sua influência diminuir, após a queda do Muro de Berlim (Walker e Ludwig, 2017). O *soft power* tem valor pela convicção que desperta no momento, sublimando os aspetos positivos da história de um estado. Pequim utiliza a narrativa de uma China milenar pacífica como instrumento de poder suave, pese embora durante as diversas dinastias imperiais tivessem existido guerras e problemas fronteiriços (Nye, 2005; Callahan, 2008).

No entanto, é cada vez mais difícil distinguir poder suave de manipulação (Nye 2018 a). Tal dificuldade revelou outra dimensão de poder não coercivo, mas de pressão e manipulação da opinião pública, denominado *sharp power*. Idealizado por Walker e Ludwig (2017), este tipo de poder é impelido pelas tecnologias de comunicação contemporâneas que divulgam propositadamente informação enganosa para melhor servir os fins de um estado ou entidade. Estes autores consideram que o *sharp power* é próprio de regimes autoritários, que se aproveitam da abertura dos países ocidentais para divulgar informações falsas. A intenção é favorecer a sua imagem e contribuir para criar atritos nos países democráticos (Walker, 2022). Esta nova forma de poder não é só eficaz junto das democracias mais vulneráveis, como também cria instabilidade junto das democracias mais antigas. Tal deve-se ao facto de a manipulação exercida ser reforçada pelo descrédito que as próprias democracias atravessam (*ibidem*). A eficácia do *sharp power* reside na acumulação deste tipo de informações enganosas utilizada por vários regimes autoritários que se aproveitam de sociedades livres (Rolland et al, 2021). Walker e Ludwig defendem que o *sharp power* substituiu o *soft power* e alertam as democracias para a necessidade de adotarem estratégias de resposta. Estes autores consideram que o capitalismo de origem chinesa não vai alterar as suas práticas liberais.

O poder de retórica, como manifestação do poder suave, pode derivar para narrativas que integrem “repetidas refutações de críticas, negações de irregularidades ou intenção maligna, e desvios de culpa para os outros” (Rolland 2020b: para 13). Tal descreve na perfeição a essência do *sharp power* que, no entanto, foi uma prática utilizada durante a Guerra Fria, tanto pela URSS como pelos EUA (Nye, 2018a). A diferença entre o *sharp power* de outrora e o recente encontra-se na maior facilidade de atualmente se difundir a informação manipulada (Nye, 2018a, 2021).

Contrariamente a outros autores, Nye (2018a) não defende que o Ocidente deva utilizar o *sharp power*, porque considera que este não prestigia a democracia, como inclusive penaliza quem o emprega. Por isso, ao permitir exercer deslumbramento sobre determinada cultura, a utilização do *soft power* é incompatível com práticas de *sharp power*. Neste sentido, o autor é da opinião que as democracias precisam de incrementar medidas defensivas sem, contudo, danificarem a sua principal vantagem, que consiste na abertura e liberdade de expressão. Ao invés, as práticas conotadas com o *sharp power* é que devem ser rejeitadas.

A dúvida que se coloca é a de compreender por que razão o *soft power* tem vindo a ser substituído pelo *sharp power*. Um dos motivos consiste na morosidade do *soft power* em ser produtivo, levando assim à alteração de estratégias por parte dos estados (Nye, 2021). Numa era em constante mudança, a assertividade em matéria de propaganda é mais eficaz para “moldar perceções” (Rolland 2020 b: para 8). A gestão da pandemia, por Pequim, documenta bem a utilização de *soft power* e de *sharp power* para orientar a perceção da comunidade internacional e reforçar, por conseguinte, a reemergência da China como potência responsável (*ibidem*). Para Rolland (2020b), a ambição e a insegurança têm sido os instigadores do comportamento externo da China. À semelhança da Gripe Espanhola de 1918, a recente pandemia também teve origem na China, o que prejudicou a imagem do país e das suas práticas sanitárias e, por extensão, o projeto da CDC. Com o intuito de minimizar o vasto prejuízo causado pela pandemia, Pequim recorreu a um discurso manipulatório, que se ajusta à definição de *sharp power*.

O auxílio médico, altruísta e generoso, que a China proporcionou a Itália, no início da crise, colheu a admiração internacional, enquanto evidenciava a inatividade da União Europeia (UE). Com efeito, uma China organizada combatia internamente o vírus e simultaneamente disponibilizava vastas quantidades de material de apoio médico ao estrangeiro. Esta imagem tinha como objetivo superar a acusação de Donald Trump, que apelidava o Covid-19 como vírus chinês<sup>22</sup>. Pequim retorquia, acusando a administração americana de desvalorizar a perigosidade do vírus (Letwin, 2021). A escalada de acusações levou o Ministério das Relações Exteriores, pela voz de Zhao Lijian, a fomentar

---

<sup>22</sup> Donald Trump usou pela primeira vez o termo “vírus chinês” numa publicação de 16 de março de 2020 na sua conta oficial no Twitter, numa explícita insinuação ao país que na sua visão seria o causador da pandemia (CNN Brasil, 2020);(Letwin, 2021)

no *Twitter* teorias conspiratórias sobre soldados americanos que teriam propagado o vírus em Wuhan (Jornal de Notícias, 2020; Li, 2020). A correção da trajetória que inicialmente parecia pouco benéfica para a China, demonstra um uso hábil das ferramentas de afirmação de poder. A cooperação humanitária, *o soft power* da diplomacia da máscara ou a formalização de uma Faixa e Rota destinada à Saúde (*Health Silk Road*) coexistem com o *sharp power*. Com efeito, foi esta última dimensão do poder que transformou o Dr. Li Wenliang em mártir, após ter sucumbido à Covid-19, apesar de Pequim, inicialmente, o ter considerado um agitador (Rolland, 2020b).

O caos internacional que se gerou devido à pandemia, propiciou o reforço da utilização do *sharp power*, com o intuito de corroborar a superioridade da China "na resolução de problemas enfrentados pela humanidade" (Rolland, 2020 b, para 12). Outro exemplo do uso de *sharp power*, vem expresso no jornal *Global Times* (2020), administrado pelo PCC, que frisa a irresponsabilidade e desinformação manifestadas pelo Ocidente na gestão da pandemia, *versus* a resiliência da China. A intensidade do *sharp power* pode seguir a via da retaliação, que no caso da China chegou a resultar em bloqueios comerciais para com a Austrália. Tal deveu-se ao facto de Camberra ter defendido, desde o início, a abertura de um inquérito independente, para apurar a responsabilidade da China no surgimento da pandemia (Rolland 2020b; Jornal Público, 2020).

A substituição do *soft power* pelo uso do *sharp power* não significa que o primeiro tenha deixado de existir, mas sim a necessidade de imprimir maior assertividade em momentos cruciais. Todavia, o *sharp power* pode prejudicar irremediavelmente o *soft power*, cuja construção é morosa. A insistência em moldar perceções, através de práticas de *sharp power*, não combina com a imagem de uma China paciente a que a humanidade se foi habituando. Segundo o neorrealismo, a atitude da China em promover um célere rejuvenescimento (auxiliado pelo recurso a um misto de *sharp power* e *soft power*) é fruto das contingências e pressões do sistema, que não raras vezes a procura hostilizar ou relegar para segundo plano.

As transformações operadas na utilização das diversas dimensões de poder serão analisadas na próxima secção, de acordo com as diferentes narrativas associadas às lideranças da RPC.

### 2.3. As diferentes lideranças e narrativas: De Mao Tsé-tung a Xi Jinping

Na análise das diferentes lideranças procurar-se-á explorar os factos que atestam a manutenção do *status quo versus* as marcas de revisionismo inerentes à política externa chinesa. Demarcaremos o período em que a China se adapta ao sistema internacional de pendor Ocidental, que lhe trouxe a possibilidade de retirar da pobreza grande parte da sua população.

Em todas as gerações de líderes da RPC o objetivo de superar um Século de Humilhações, tem sido a palavra de ordem que une o povo chinês em torno de um ideal nacionalista. Na base do nacionalismo encontra-se o ressentimento contra potências estrangeiras, fundamentalmente, pela imposição de diversos tratados que conduziram ao declínio da China, no século XIX e princípio do século XX (Mendes, 2020; Da Silva 2021). Como pretendemos documentar, o ressentimento que acompanhou as diversas lideranças, toma forma de um projeto na era de Xi Jinping, cujos benefícios para o mundo visam enaltecer a superioridade da China face às potências ocidentais (Callahan, 2015; Rolland, 2020a). O impacto da humilhação nacional tem unido a China, independentemente de convicções ideológicas<sup>23</sup>, em torno de uma desforra, que vem moldando a política externa chinesa. Face ao exposto, afigura-se de premente relevância contextualizar a humilhação nacional infligida pelo Ocidente, nomeadamente através dos Tratados Desiguais<sup>24</sup>.

O desmoronamento do mundo sinocêntrico teve início a partir da 1ª Guerra do Ópio, em 1839. O choque entre a civilização chinesa e os estados ocidentais fragilizou a dinastia Qing, que não conseguiu adaptar-se a uma diplomacia que excluía relações tributárias semelhantes às que vigoravam com os seus vizinhos asiáticos. Estas relações tributárias ordenavam o espaço sinizado, através de uma hierarquia de estados, que excluía o mundo exterior considerado bárbaro<sup>25</sup> (Woon, 2017; Rato 2020; Da Silva, 2021). Por não trazerem benefícios ao Império do Meio, as potências ocidentais foram afastadas,

---

<sup>23</sup> Constituída em meados dos anos 20, a Frente Unida abrangia nacionalistas (Kuomintang) e comunistas com o objetivo de derrubar o imperialismo estrangeiro (Rato, 2020).

<sup>24</sup>Conjunto de Tratados impostos à China pelo Ocidente decorrentes de derrotas militares. São estes o Tratado de Nanquim (cedência de Hong Kong aos britânicos), o Tratado de Tianjim (abertura da China a estrangeiros) e o Tratado de Shimonoseki (os japoneses anexaram Taiwan e as Ilhas dos Pescadores e firmaram um protetorado sobre a Manchuria)(Propper, 2020).

<sup>25</sup>A Rússia constituía uma exceção impondo uma diplomacia de igualdade, pela necessidade de manter as fronteiras setentrionais do território (Rato, 2020)

através de restrições comerciais. A recusa em trocar o chá (produto apreciado no Ocidente) por mercadorias estrangeiras impulsionou o contrabando de ópio na China e, conseqüentemente, a diminuição das receitas imperiais. No entanto, a tensão dos mercadores ingleses não diminuiu, na medida que pretendiam pôr fim às restrições comerciais. Tais circunstâncias desencadearam a 1ª Guerra do Ópio, caracterizada por um confronto bélico entre navios britânicos e chineses. A superioridade da marinha britânica, em 1839, impôs uma expressiva derrota ao imperador Daoguang (Flintt e Xiaotong, 2019; Rato 2020). Como resultado, a China foi obrigada a ceder Hong Kong, a abrir outros portos, para além de Xangai, e a indenizar os mercadores britânicos (Mendes 2020).

As vantagens obtidas pelos ingleses impeliram outras potências a alcançar proveitos idênticos, pelo que a crescente abertura do território ao Ocidente teve desfechos negativos para o Império do Meio (*ibidem*). Em 1860, foi tomado o Palácio Imperial, cujos escombros atestam a humilhação infligida. O país foi dividido pelos interesses das diversas potências, inclusive pela Rússia (parte da Manchúria) e do Império Japonês, com quem a China perdeu diversas guerras. A subjugação aos japoneses, um povo considerado inferior, constituiu a maior humilhação para a China, que acabou por perder Taiwan para Tóquio (Souza, 2019). A partir deste momento, a China deixou definitivamente de ser o centro do mundo passando a ser um palco de confrontos imperialistas.

Em 1912, assistiu-se à proclamação da República da China, na qual o poder central coexistia com o domínio dos senhores da guerra em diversas partes do território (Rato 2020; Flouzat, 2021). A instabilidade interna que se gerou neste período foi consequência do desmoronamento do Império da dinastia Qing decorrente do confronto com o Ocidente. Assim que Mao Tsé-Tung chegou ao poder, após a guerra civil<sup>26</sup>, teve por prioridade desfazer o século de humilhações, sublinhando a vertente nacionalista do comunismo chinês (Mendes 2020; Da Silva 2021).

As lideranças que se seguiram a Mao adotaram políticas externas consideravelmente diferentes. No entanto, como tentaremos demonstrar, a estratégia seguida pelos diversos líderes teve como objetivo colocar a China no lugar em que se encontra hoje, ou seja, uma grande potência com capacidade de responder a quaisquer ameaças ou atores (Diário de Notícias, 2020 b). Elevar o *status* da China permite recuperar

---

<sup>26</sup> Os confrontos entre os nacionalistas e os comunistas, que protagonizaram a Guerra Civil Chinesa terminaram com a vitória dos comunistas chefiados por Mao Tsé-Tung, em 1949 (Rato, 2020).

“face”<sup>27</sup>, causa de elevada importância para os chineses, que se traduz na possibilidade de aumentar a influência sobre os outros.

Os contornos que marcaram a política externa de cada um dos líderes da RPC exigem, sob o prisma neorrealista, uma análise sistémica que incorpore também acontecimentos internos relevantes. Nesta investigação evidenciaremos, de igual modo, a interação entre EUA e China, que ao longo de cerca de sete décadas tem oscilado entre a confiança e a incerteza, numa estratégia de equilíbrio de poder cara ao neorrealista.

### **2.3.1. Mao Tsé-Tung (1949-1976) - Recuperar um Século de Humilhações**

O primeiro presidente da RPC, Mao Tsé-Tung, demarcou-se de um sistema de pendor ocidental, pretendendo a retaliação face ao já mencionado Século de Humilhações (Callahan, 2015). No entanto, a posição de Mao, marcadamente anti-Occidente foi consentida pelos EUA quando, após o fim da Segunda Guerra Mundial, optaram por ajudar a reconstrução da Europa e, principalmente, do Japão. Enver Hoxha<sup>28</sup>(1979), que privou com Mao Tsé-Tung é da opinião que este estendeu a mão aos EUA para reconstruir a China. Em resultado dos contactos que teve com o PCC, ainda antes da proclamação da RPC, John Service (1974), conselheiro político dos EUA para os assuntos asiáticos entre os anos de 1944-49, dava conta que os dirigentes daquele partido transmitam uma conceção do mundo semelhante aos ocidentais, principalmente em matéria económica. O esboço desta colaboração veio mais tarde a ser materializada pelos discípulos de Mao.

Entretanto, Pequim aproximou-se da URSS, o que condicionou a política externa chinesa no combate ao inimigo em comum: os EUA (Callahan, 2015; Flintt e Xiaotong, 2019; Rato 2020). O Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua<sup>29</sup> firmou a cooperação entre Estaline e Mao, com vista a facilitar a concretização do rejuvenescimento chinês. Porém, o esfriar de relações entre estes dois países iniciou-se após a morte de Estaline, com o revisionismo soviético que se seguiu. As críticas ao legado

---

<sup>27</sup> “Face” é sinónimo de prestígio obtido pelo sucesso, que evidencia prosperidade e ostentação (Mendes, 2020)

<sup>28</sup> Primeiro chefe do governo socialista da República Popular Socialista da Albânia e líder da Revolução albanesa.

<sup>29</sup> Tratado celebrado entre a República Popular da China e a União Soviética em 14 de fevereiro de 1950, que reafirmava a colaboração entre os dois países, através empréstimos monetários à China em troca de privilégios territoriais da URSS na Manchúria e Xinjiang (Rato, 2020).

de Estaline alertaram Mao para a necessidade de delimitar as fronteiras ideológicas do PCC e reprimir qualquer sinal de contestação (Rato, 2020; Da Silva 2021).

Neste sentido, Mao aproveitou a abertura estimulada anteriormente pela iniciativa designada como a Campanha das Cem Flores<sup>30</sup>, para conhecer os opositores do regime. As diversas opiniões dissonantes que se formaram, levaram Mao a tomar medidas que consolidassem o regime, precavendo ao mesmo tempo ameaças domésticas e externas, numa atitude de desconfiança marcadamente neorrealista. Com efeito, o estado é um ator autónomo e reage perante os constrangimentos da estrutura com vista a assegurar a sua sobrevivência. Como consequência, a integridade política está intrinsecamente ligada à sobrevivência dos estados, constituindo matéria prioritária, quer a nível interno como externo (Waltz, 1990, Mearsheimer, 2013).

Estes acontecimentos precipitaram a necessidade de forçar a industrialização do país, conduzindo ao Grande Salto em Frente<sup>31</sup> (1958-1961), que se revelou devastador para a China, pelo alastrar da fome e morte de milhões de chineses (Mendes, 2020). A obsessão de Mao em acelerar a industrialização conduziu ao fracasso da iniciativa, ao mesmo tempo que contribuiu para o isolamento da China a nível externo (Duarte, 2017; Da Silva, 2021). A URSS também se demarcou do caminho encontrado por Mao para não prejudicar o socialismo soviético. A nível interno, Mao classificou a contestação, que despontou na sequência deste acontecimento, como um ataque da burguesia ao partido, ao socialismo, bem como a uma traição à pátria (Rato, 2020).

O isolamento de Mao conduziu à Grande Revolução Cultural (1966-1976) que expôs lutas de facção, propagando-se do campo cultural às cúpulas do PCC. O exército passou, por ordem de Mao, a intervir na cultura e na educação. Seguiu-se o ataque aos valores tradicionais considerados burgueses, através da purga de professores e funcionários do partido, mobilizando jovens que integravam a Guarda Vermelha<sup>32</sup>. A Revolução Cultural teve por objetivo eliminar comportamentos considerados responsáveis por travarem a revolução. Esses comportamentos integravam os Quatro

---

<sup>30</sup> A Campanha das Cem Flores iniciada em 1956 traduziu-se numa iniciativa do PCC com vista a promover a troca de ideias, a fim de instigar o progresso da China (Da Silva, 2021).

<sup>31</sup> O Grande Salto em Frente tinha por objetivo acelerar a produção de ferro e aço permitindo à China ultrapassar a Grã-Bretanha em apenas dois anos, a União Soviética em quatro anos, e os EUA em 10 anos. Esta ambição industrial acabou por devastar a agricultura tendo como consequência a morte, pela desnutrição, de mais de 30 milhões de pessoas (Callahan, 2015)

<sup>32</sup> A Guarda Vermelha foi um movimento não militar que teve como missão assegurar a Revolução Cultural, impondo pela força o pensamento de Mao (Da Silva, 2021).

Velhos, a saber, as ideias, costumes, cultura e hábitos de pensamento (Rato, 2020; Da Silva, 2021). A nível externo esta insurreição, enquadrada numa clivagem geracional, projetou o pensamento de Mao pelo mundo, enfatizando o culto de personalidade, principalmente junto dos mais jovens. No entanto, internamente, o confronto das várias fações da Guarda Vermelha acabou por criar demasiada instabilidade, que o país não conseguiria suportar. O declínio económico resultante das façanhas revolucionárias impôs urgentes reformas que seriam concretizadas pelas gerações de líderes que se seguiram, fundamentalmente por Deng Xiaoping (Da Silva, 2021).

O esfriar do relacionamento com a URSS, num contexto de Guerra Fria, aproximou os EUA da China (Flintt e Xiaotong, 2019). Ainda na vigência de Mao, o Presidente Richard Nixon visitou a Pequim, em 1972. A aproximação face aos EUA, que se revelaria profícua no futuro, teve como consequência imediata a vantagem de Pequim substituir Taipé<sup>33</sup> como representante da China na Organização das Nações Unidas(ONU) (*ibidem*). Importa realçar que apesar do isolamento externo que caracterizou a liderança de Mao, a China, na cruzada que a opôs ao Ocidente, estabeleceu alianças com antigas colónias de África (Montenegro, 2019; Mendes, 2020), numa lógica de disseminação do socialismo, que foi ganhando expressão com o tempo, estando na génese da cooperação Sul-Sul.

### **2.3.2. Deng Xiaoping (1978-1992) - O perfil discreto**

Deng Xiaoping foi o primeiro presidente da RPC que concretizou uma política de abertura face ao exterior. Após a morte de Mao, em 1976, inicia-se um período de disputa pela sucessão, que consolidou a vitória dos que defendiam a abertura da China ao mundo, sem abdicar do socialismo (Rato, 2020; Da Silva, 2021). A China rejeitou a instabilidade provocada por uma luta de classes interminável. Por conseguinte, Deng Xiaoping prosseguiu com o socialismo no plano ideológico, embora dotado de características de mercado, permitindo, paulatinamente, abrir a China à economia mundial (Mendes, 2020).

Uma das fotografias de Deng Xiaoping tirada nos EUA<sup>34</sup>, com a farda de Mao e um chapéu de *cowboy*, representa a aceitação de Pequim do estilo de vida ocidental (Rato,

---

<sup>33</sup> Capital da Formosa, local de exílio do governo do Kuomintang, após fuga da China continental, tendo sido proclamada como capital provisória da República da China (Da Silva, 2021).

<sup>34</sup> Foto tirada em visita a Houston no Texas, em janeiro de 1979, após as relações diplomáticas entre a China e os EUA terem sido restabelecidas (Rato, 2020).

2020). No entanto, o pensamento de Mao perduraria e a marcha para apagar o Século de Humilhações nacional também. Apesar de Deng Xiaoping procurar corrigir a trajetória de Mao, as reformas impostas pelo mercado seriam controladas pelo PCC, que adotou uma economia socialista de mercado (Mendes,2020; Rato,2020). A integração no sistema de pensar ocidental estava balizada nos Quatro Princípios Cardiais que estabeleciam o caminho para a sociedade socialista: a ditadura do proletariado, a liderança do PCC, a relevância do marxismo-leninismo e o pensamento de Mao (Rato 2020, Da Silva 2021). Este equilíbrio possibilitou a modernização da China e, simultaneamente, a permanência do partido no poder, através de um plano de reformas visando áreas fundamentais como a agricultura, a indústria, a ciência, a tecnologia e a defesa nacional.

Em suma, a modernização e a abertura ao exterior asseguraram a resiliência do socialismo, sem as quais o PCC ficaria ameaçado, por uma conjuntura unipolar decorrente do fim da Guerra Fria. A China foi impelida a desenvolver-se, com a ajuda do exterior, retirando da pobreza extrema milhões de chineses (Flint e Xiaotong, 2019). No entanto, os avanços das reformas implementadas por Deng Xiaoping estavam condicionados aos benefícios que estas gerassem (Rato, 2020). A política externa da China, orientada por Deng neste período, foi cuidadosamente programada e sustentada na estratégia dos 24 caracteres<sup>35</sup>. Deng pretendia sublinhar um conjunto de comportamentos, que vincavam um perfil discreto. Em suma, a China deveria observar para aprender, de modo tranquilo e paciente, ocultando as suas capacidades, não desperdiçando oportunidades, nem reclamar a liderança, mas protegendo a sua posição a nível externo (Mendes 2020). A sobriedade, não significou acomodação ao sistema internacional, mas tinha por objetivo permitir o rejuvenescimento chinês, proclamado na fundação da RPC (Callahan, 2015). O perfil discreto que caracterizava a política externa chinesa na era de Deng Xiaoping não era incompatível, todavia, com a consciência da necessidade de reforçar e modernizar o armamento (Mearsheimer, 2021).

O longo período de aprendizagem com o exterior permitiu à China introduzir a mecanização na agricultura, substituir a indústria pesada pela indústria leve e, principalmente, evoluir ao nível da ciência e tecnologia. No plano doméstico, Deng

---

<sup>35</sup> No início de 1990, Deng Xiaoping apresentou as linhas mestras da política externa da China conhecida como a estratégia dos 24 caracteres: observar tranquilamente; proteger os nossos interesses; lidar tranquilamente com todos os assuntos; proteger a nossa posição; lidar tranquilamente com todos os assuntos; dissimular as nossas reais capacidades; planejar e esperar pela melhor oportunidade; manter sempre um perfil baixo, e nunca reclamar a liderança (Mendes, 2020)

Xiaoping favoreceu mecanismos de mercado, com as famílias a venderem, livremente, parte da produção. Foram criadas Zonas Económicas Especiais (ZEE), com carga tributária reduzida, em cidades portuárias, que se revelaram cruciais para captar investimento internacional, permitido a abertura da China ao exterior (Mendes, 2020; Rato, 2020). No que respeita às empresas estatais, a reestruturação obrigou-as a competir com as empresas privadas em busca do lucro. Em suma, a par das reformas económicas verificaram-se rearranjos políticos, na tentativa de Deng Xiaoping impedir o surgimento de um novo Mao apoiado por setores do partido resistentes à reforma de abertura.

Nos anos 80, acentuaram-se vários efeitos adversos, como consequência da China se ter tornado conhecida como a fábrica do mundo (Duarte, 2014; Cintra e Pinto, 2017; Da Silva, 2021). O aumento da inflação, das desigualdades sociais e regionais, a poluição ambiental e forte corrupção geraram insatisfação interna. Para aliviar a tensão que evoluía na sociedade e evitar a emergência de partidos políticos, o PCC abriu-se a novos membros acomodando grupos de interesses criados pela abertura da economia ao exterior (Rato, 2020). Impelida por ajustamentos na política doméstica e externa, com o desmoronar da URSS, a China necessitou de vincar o socialismo de características chinesas<sup>36</sup>. Esta fórmula encontrada, manteve o partido marxista-leninista na liderança (Dreyer, 2015). Por outro lado, ela contribuiu para preservar as expectativas ocidentais, que consideravam o crescimento da classe média como o gatilho para a liberalização do regime (Rato, 2020).

Um acontecimento marcante na era de Deng Xiaoping poderia ter comprometido irremediavelmente a continuidade da abertura da China ao exterior. Com efeito, uma revolta estudantil despoletou a manifestação de outras classes sociais insatisfeitas, desafiando, assim, a autoridade do partido (Da Silva, 2021). A repressão implacável originou milhares de mortos, no massacre de Tiananmen em 1989<sup>37</sup>. A nível interno, a insurreição foi imputada a influências importadas de um Ocidente burguês, pelo que a hegemonia ideológica do PCC foi reforçada, com recurso ao nacionalismo e à tradição chinesa. No exterior, apesar do massacre de Tiananmen ter causado no Ocidente uma

---

<sup>36</sup> A tradição chinesa apoiada na filosofia confucionista (venerada pela sua sabedoria em todo o mundo) foi utilizada como fonte de legitimidade na interação entre o socialismo e a economia de mercado (Dreyer, 2015)

<sup>37</sup> Na sequência da visita de Mikhail Gorbachev, os estudantes recusaram desocupar a praça de Tiananmen, tendo como consequência o cancelamento da cerimónia oficial de boas-vindas ao líder russo. As reivindicações estudantis foram consideradas uma tentativa de derrubar o governo, o que originou o massacre em 4 de junho de 1989 (Reuters, 2019; Rato, 2020)

indignação generalizada, não comprometeu a reforma de abertura de Deng Xiaoping (Duarte, 2017; Mendes, 2020). O realce mediático desencadeado pelo massacre não permitiu a Deng Xiaoping continuar a refugiar-se no perfil discreto. No entanto, esta estratégia tinha já estabelecido bases sólidas de abertura da economia, de modo que em torno da China gravitavam um conjunto de *lobbies* ocidentais atraídos pelo imenso mercado interno chinês. Por este motivo, as sanções de Washington a Pequim foram brandas para não prejudicar os interesses subjacentes à economia de mercado (Rato, 2020). Após Tiananmen, Deng voltou a relançar a reforma retomando a liberalização económica sem liberalização política. A contradição entre socialismo e economia de mercado estava, assim, definitivamente sanada (China Daily, 2010).

Deng Xiaoping beneficiou das estratégias políticas gizadas em prol da integração plena da China no sistema internacional, o que vai ao encontro da máxima neorrealista de que os estados procuram satisfazer os seus interesses (Telhami, 2002; Mearsheimer, 2001, 2013). Ainda de acordo com o neorrealismo, Pequim começou por corresponder, inicialmente, às expectativas do Ocidente no que respeita à integração do sistema, o que reforçou a convicção que as dinâmicas económicas gerariam mudanças políticas. Dito por outras palavras, o sistema (ocidental) condicionou o agente (China), que por sua vez procurou adaptar-se ao sistema, não obstante conservar traços socialistas com características chinesas. A adaptação às regras internacionais, através de uma postura discreta, levou que indiretamente Deng Xiaoping embutisse o capitalismo no comunismo. A reforma de abertura não reduziu a China à condição de “fábrica do mundo”, mas ao invés, proporcionou a vantagem de ser um dos maiores beneficiários da globalização (Mendes, 2020; Tianlong e Romero, 2022). Enquanto produzia, a China aprendia a utilizar os métodos de fabrico e tecnologias ocidentais, captando simultaneamente o investimento direto estrangeiro, através das ZEE.

De igual modo, Deng Xiaoping manteve a preocupação de reunificar o território, ainda que procurasse não ferir as expectativas ocidentais. Diplomáticamente foram encetadas negociações para recuperar Hong-Kong e Macau sob a fórmula “um país dois sistemas” que permitia a autonomia destas regiões administrativas especiais, excluindo as áreas da defesa e da política externa (Mendes 2020; Wang, 2022).

### 2.3.3. Jiang Zemin (1993 - 2003) – A entrada na Organização Mundial do Comércio

Por sua vez, o líder que se seguiu, Jiang Zemin, não possuía o carisma dos seus antecessores. No entanto, prosseguiu com o entendimento de Deng Xiaoping que a China deveria permanecer integrada no sistema internacional. No que concerne às relações externas, Jiang Zemin reforçou a estratégia do seu antecessor mantendo o perfil discreto, na tentativa de melhorar a convivência com o Ocidente, principalmente com os EUA, (Wang, 2011; Brown, 2017). Para incrementar a confiança, Jiang Zemin evitou uma atitude de confrontação optando, ao invés, pela cooperação com os poderes externos. Neste sentido, a China acentuou o multilateralismo, como atesta a criação do Fórum de Cooperação China-África, em 2000 e, por exemplo, a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 (Jiang, 2002). Por outro lado, Jiang Zemin teve igualmente um papel fundamental no desenvolvimento da China fortalecendo uma integração bem-sucedida na economia mundial, através da liberalização progressiva do mercado, que tinha sido iniciada por Deng Xiaoping (Ramadhani e Mutia, 2021).

A partir de 2000, como consequência do desenvolvimento económico, o PCC incentivou as empresas estatais e não-estatais chinesas, a melhorar competências e a procurar recursos no exterior. Esta estratégia designada de “*Going Out*”, implementada no 10º plano quinquenal de 2001-2005 foi iniciada por Jiang Zemin (Pareja-Alcaraz, 2016; China Daily, 2011), permitindo aos chineses constituírem-se como os principais investidores a nível mundial. A procura de matérias-primas, designadamente recursos energéticos, tornou-se vital para não abrandar o ritmo de produção da fábrica do mundo (Duarte, 2019; Chaves, 2020).

Visto ter chegado já tarde ao mercado petrolífero, quando as principais jazidas estavam entregues aos países ocidentais, não restou outra alternativa à China do que ficar com as que sobraram dessa competição. Foi assim que Pequim se viu na necessidade de recorrer aos chamados estados-párias<sup>38</sup>, que legalmente estavam impedidos de transacionar com as multinacionais ocidentais (Duarte, 2014; 2019). Esta conjuntura permitiu que a China usufruísse de uma situação de monopólio, ou quase monopólio, nesses estados a nível da transação petrolífera. A oportunidade reconhecida na vigência de Jiang Zemin de estabelecer relações comerciais com os estados-pária permitiria, mais

---

<sup>38</sup> Regimes considerados déspotas pelo Ocidente por serem acusados de violar sistematicamente os direitos humanos (Duarte, 2014)

tarde, a Pequim constituir-se como interlocutor privilegiado. Numa ótica neorrealista, a China demonstrou ser um ator imprescindível no sistema internacional, enquanto consolidava o seu prestígio (*ibidem*). Internamente, o PCC continuou a demonstrar a sua resiliência convivendo com uma nova classe de empresários de sucesso, ao mesmo tempo em que procurava preservar a estabilidade doméstica. Para tal, foi de grande importância a chamada teoria das três Representações que fortaleceu o papel do partido como guia da sociedade chinesa, que acomodava três grupos considerados de relevo: o povo chinês, as forças produtivas e a cultura avançada (Jiang, 2002; Callahan, 2015; Mendes 2020).

A reemergência da China não passou despercebida ao Ocidente, tendo Washington reconhecido Pequim como competidor, ao invés, de parceiro estratégico (Duarte, 2014; Rato, 2020). No entanto, os problemas associados ao terrorismo, despoletados pelo 11 de setembro, direcionaram os EUA para outras prioridades, nomeadamente no Médio Oriente. Aproveitando a conjuntura sistémica do momento, Pequim reforçou os laços de cooperação com Washington, ripostando contra o terrorismo internacional. De facto, o aproveitamento da conjuntura vai ao encontro da premissa neorrealista de que o sistema condiciona a conduta dos agentes, neste caso concreto, ao impelir a China no sentido da cooperação no combate ao terrorismo. Esta nova faceta ajudou a China a conseguir o estatuto de potência responsável, enquanto tirava partido do contexto antiterrorista para melhor justificar a repressão exercida em Xinjiang (Anand, 2019). Simultaneamente, Pequim aproveitou a conjuntura para fortalecer a sua posição no flanco leste, nomeadamente no Mar do Sul da China.

#### **2.3.4. Hu Jintao (2003-2013) - O Desenvolvimento Científico**

Tal como Jiang Zemin, também Hu Jintao não foi considerado uma figura carismática, pese embora a ele se deva a construção de consensos dentro do PCC (Mendes, 2020). O padrão de desenvolvimento que havia sustentado o crescimento económico da China, não poderia continuar a ser replicado. Deste modo, Hu Jintao contribuiu com a implementação de medidas que impulsionaram o chamado Desenvolvimento Científico<sup>39</sup>, para minimizar os efeitos negativos da industrialização e construir internamente uma Sociedade

---

<sup>39</sup> Este termo surge da harmonização entre o desenvolvimento económico e custos decorrentes da saturação de consumo desenfreado e de exploração ambiental desmazelada. O Desenvolvimento Científico de Hu Jintao colocava o Homem no centro do progresso e como principal preocupação (Duarte, 2014)

Harmoniosa (China Daily, 2007). Durante o seu mandato foram implementados um conjunto de medidas com vista a proporcionar uma rede de segurança social e fomentar a prosperidade das zonas menos desenvolvidas, através, por exemplo, do investimento em infraestruturas.

A nível externo, durante a quarta liderança, Pequim continuou a atrair investimento direto estrangeiro, a adquirir recursos naturais, a diversificar as fontes energéticas e a procurar mercados para escoar os seus produtos (Diário de Notícias, 2012; Mendes 2020). Tal levou Pequim a reforçar as relações com países menos desenvolvidos numa lógica de cooperação, traduzida essencialmente na obtenção de ganhos mútuos ou *win-win* (Kupchan, 2014; Xinhua, 2021a). Esta cooperação, espelha o princípio defendido por Pequim, do direito ao desenvolvimento dos povos sem condicionalidades, mais conhecido por Consenso de Pequim. Este último foi estratégico para maximizar os interesses económicos da China, em competição com o chamado Consenso de Washington (Mora, 2022). Esta competição e maximização de interesses enquadra-se, por conseguinte, nas premissas neorrealistas. Pese embora a China utilize uma narrativa de cooperação *win-win*, na realidade para o neorrealismo esta não deixa de ser, apenas, uma forma subtil de satisfazer interesse que são naturalmente egoístas. Hu Jintao consciente que a diplomacia económica nem sempre é bem vista pela comunidade internacional, compreendeu a necessidade de em paralelo a China investir numa estratégia de *soft power* com vista a diminuir a sinofobia. Daí que em 2007, Hu Jintao tivesse adotado o *soft power* como estratégia oficial, complementar do *hard power*, para melhor alcançar os interesses na China no estrangeiro. A cooperação *win-win* inseria-se nessa estratégia de *soft power*, que escamoteava a premissa egoísta de acumulação e ampliação do poder (Chen, 2017).

A crise económica e financeira de 2008 permitiu a Pequim exibir uma postura de maior assertividade face à fragilidade evidenciada pelo capitalismo ocidental. As crises cíclicas demonstravam que a autorregulação do mercado era falível acarretando perdas massivas (Jabbour e Gabriele, 2021). Por isso, a China procurou envolver-se mais na regulação do sistema. Apesar do perfil discreto mantido por Hu Jintao, este acontecimento possibilitou à China acentuar as estratégias *soft power* concebidas, reforçando a sua perspetiva de desenvolvimento junto das instituições que constituíam o sistema. Eventos como os Jogos Olímpicos de 2008, a Expo de Xangai 2010, mas também as de bolsas de estudos concedidas a estrangeiro, a cozinha chinesa ou a filosofia de Confúcio, constituem

exemplos de utilização de *soft power* impulsionados por Hu Jintao (Ganshina, 2016), com o objetivo de diminuir a sinofobia.

A liderança de Hu Jintao encontrou a fórmula que combina desenvolvimento socialista e tradição chinesa baseada no confucionismo adaptado, tendo saído reforçado o modelo que defendia a intervenção do estado na economia (Rato, 2020). Numa perspetiva neorrealista, a conjuntura internacional (pós-crise e ataques terrorista ao Ocidente) possibilitou esboçar, a nível externo, uma lógica diferente do perfil discreto mantido durante décadas pela China. Nesse sentido, o recurso à tradição, cultura e filosofia chinesa tem tido o intuito de projetar a imagem pacífica da China milenar, tranquilizando o Ocidente quanto às intenções revisionistas de Pequim. Ao mesmo tempo, esta estratégia de *soft power* comporta o sentimento de excecionalidade da cultura chinesa que legitima a partilha da Sociedade Harmoniosa.

### **2.3.5. Xi Jinping (2013- a decorrer)- Comunidade de Destino Comum.**

As expetativas ocidentais com a tomada de posse de Xi Jinping, enquanto quinto presidente da RPC, mantinham-se elevadas quanto ao progresso da integração da China no sistema internacional. Considerado um “príncipe vermelho”, por ser filho de um dirigente comunista, Xi Jinping cultiva uma imagem moderna de liderança (Rozman, 2012; Mendes 2020). A sua estratégia política, que realça a assertividade do discurso, alterou consideravelmente o perfil discreto seguido pelos líderes anteriores (O Jornal Económico, 2018; Mendes, 2020, Da Silva 2021). Deste modo, Xi Jinping clarificou as intenções da RPC ao abandonar o discurso ambíguo do passado, enfatizando a diferença ideológica. As narrativas unipolares que fazem a defesa do liberalismo não servem os interesses da China, na perspetiva de Xi Jinping (Rato, 2020).

Tal como Mao Tsé-Tung, também Xi Jinping tem concentrado o poder em torno de si, conduzindo, para o efeito, uma campanha anticorrupção dentro do partido<sup>40</sup> e aumentando o controlo da população e instituições (Mendes, 2020; Rieger et al, 2020). Este controlo tem sido concretizado, entre outros, através do chamado Sistema de Crédito Social (SCS). Lançado pela China em 2014, o SCS integra uma rede de vigilância sofisticado que pretende abranger toda a sociedade chinesa com vista à correção, punição e/ou

---

<sup>40</sup> A Campanha anti-corrupção de Xi Jinping resultou no maior número de expulsões do PCC desde a Revolução Cultural (Rieger e al, 2020).

incentivo de determinados comportamentos. A justificação oficial para a implementação do SCS, à semelhança da campanha anti-corrupção, centra-se na necessidade de devolver a ética confuciana ao cidadão e instituições, que tem sido posta em causa pelas influências provenientes do Ocidente (Prisque, 2020). Concebido para a orientação de condutas em grande escala, o SCS pontua o bom cidadão concedendo-lhe benefícios ao mesmo tempo que pune o mau cidadão (Arruda e Silva, 2019; Rieger e al, 2020). No entanto, os dois instrumentos de correção implementado por Xi Jinping visam propósitos mais prosaicos. Com efeito, a campanha anti-corrupção e o SCS têm permitido evitar o aparecimento de vozes dissonantes. Não obstante este propósito, no PCC estão representados grupos de poder heterogéneos, como o militar, empresarial e intelectual. Dentro destes poderes heterogéneos, Xi Jinping tem manifestado clara preferência no poder militar, contrariamente aos seus antecessores. Com efeito, tem-se verificado uma nova fase de expansão do *hard power* (Mações, 2018; Diário de Notícias, 2023).

A liderança de Xi Jinping demarca-se da perspetiva dos seus antecessores, no sentido de uma maior concentração do poder e onde a ideologia ainda é mais vincada (Nye, 2018b). Pela sua pertinência, “o Pensamento Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” passou a integrar a constituição do PCC<sup>41</sup> (Xinhua, 2017b); ECFR, 2017; NDRC, 2021). Xi Jinping, na Nova Era, não se contenta com a transformação e rejuvenescimento que a China alcançou por via da integração no sistema internacional. Ao invés, amplia esse desígnio ousando moldar o próprio sistema (Rolland 2020a; Xiao e Men, 2021).

Até ao momento, Xi Jinping não definiu, oficialmente, o modo como pretende concretizar essa mudança, pese embora o seu discurso destaque três projetos interligados: o Sonho de Chinês<sup>42</sup>, *Made in China 2025* e FRC (Rolland, 2017; McBrid, et al., 2023). O primeiro é o conceito principal, embora recuperado das anteriores lideranças, que o ajudaram a construir, mesmo que à custa de estratégias imprecisas e/ou incorretas. O Sonho Chinês esteve presente nas três Representações, no Desenvolvimento

---

<sup>41</sup> Xi foi buscar as *Três Confianças* de Hu Jintao para reforçar a confiança na direção do PCC, no fundamento teórico e no sistema. No entanto, juntou a cultura chinesa como uma quarta confiança. Deste modo, Xi comprometeu-se a mobilizar a população em torno do regime e das instituições. As quatro confianças sustentam os quatro abrangentes preconizados por Xi, idênticos aos quatro abrangentes de Deng: construir uma sociedade próspera, governar de acordo com a lei, aprofundar o processo de reforma e governar o partido com disciplina (Xinhua, 2017b; Rato, 2020).

<sup>42</sup> Slogan adaptado pelo Wang Huning, conselheiro-chefe da Política Externa de Xi Jinping (SCMP Reporters, 2022)

Harmonioso e na Sociedade Harmoniosa de Hu Jintao. Mao aspirava a que a China fosse a primeira potência mundial

Daqui a 50 ou 60 anos, deveremos ultrapassar os Estados Unidos. Isso é uma obrigação. (...) Se depois de trabalharmos neste objetivo por 50 ou 60 anos não conseguirmos ultrapassar os Estados Unidos, que desculpa se poderá dar! Deveríamos ser banidos da face da terra. Por conseguinte, ultrapassar os Estados Unidos não só é possível, como é absolutamente necessário e obrigatório. Se não o fizermos, a China estará a desiludir os países do mundo e nós não estaremos a dar grande contributo à humanidade. (Mao *apud* Callahan, 2015: 984<sup>43</sup>)

Na Era de Xi Jinping, o socialismo de características chinesas continua como linha de pensamento (Xinhua, 2018b). Neste sentido, o Sonho Chinês resulta do sucesso coletivo do povo chinês, opondo-se ao Sonho Americano que se extingue no interesse individual (Duarte, 2019; Mendes, 2020). Por conseguinte, o projeto *Made in China 2025* é um instrumento fundamental com vista à realização do Sonho Chinês, na medida em que exhibe uma China líder nos mercados externos e com o controlo mundial da indústria de ponta (Rato, 2020). Por sua vez, a FRC é à semelhança do *Made in China 2025*, mais uma iniciativa complementar na realização do Sonho Chinês. Com efeito, a FRC visa ajudar o PCC a assegurar a prosperidade nacional e individual (Mações, 2018). Ao mesmo tempo a FRC constitui um instrumento fundamental para a criação da CDC idealizada por Xi Jinping (Ha, 2019; Rolland, 2019, 2020a).

---

<sup>43</sup> Tradução da candidata

## Conclusão Parcial

O capítulo que aqui finda abordou os contornos da política externa chinesa. De acordo com a perspectiva neorrealista constatamos que as várias lideranças da RPC estiveram, comprometidas com a sobrevivência, integridade política e territorial. A necessidade de recuperar “face”, após o chamado Século de Humilhações, não se limitou a reaver o território subtraído. Na Nova Era de Ji Jinping, a China reemerge com o desígnio de partilhar um destino comum com a humanidade.

A RPC surgiu num sistema internacional disputado pelos EUA e URSS, pelo que a sua sobrevivência tem dependido de opções pragmáticas por parte das várias elites políticas. As circunstâncias e a ideologia levaram Mao a pender para o lado da União Soviética. No entanto, a desconfiança face aos soviéticos esteve sempre presente, agravando-se com o revisionismo que se seguiu à morte de Estaline. Desenvolvimentos internos como o Grande Salto em Frente e a Revolução Cultural contribuíram para vincar o isolacionismo da China, bem como a impreparação de Mao para alcançar o rejuvenescimento do país.

A abertura da China teve em Deng Xiaoping o grande mentor, através da aproximação aos EUA, embora escudada num perfil discreto que convinha a um país socialista que pretendia singrar num sistema de pendor capitalista. O socialismo de mercado foi aceite pelo sistema internacional, na convicção de que o liberalismo e a unipolaridade resultantes do final da Guerra Fria operariam a mudança. Sinais como o Massacre de Tiananmen não foram suficientes para que o sistema internacional compreendesse a inviolabilidade do projeto político chinês. Pequim adotou, repetidamente, estratégias de persuasão, de acordo com as circunstâncias, corroborando a visão neorrealista de que para melhor concretizar os seus objetivos a potência (China) se adapta à conjuntura.

Num contexto em que os teóricos ocidentais temiam o aumento de poder da China, percecionado como uma ameaça à ordem vigente, o perfil discreto desenhado por Deng Xiaoping foi complementado pelos seus sucessores, com recurso aos valores tradicionais, como o Confucionismo e o conceito de *tianxia*. Defendendo uma abordagem pacífica da China, por via da tradição milenar, a narrativa da Escola de Relações Internacionais Chinesa foi imbuída numa estratégia de *soft power* oficializada por Hu Jintao, em 2007, com vista a reforçar o poder da China. Esta estratégia permitiu que a China se

transformasse num membro do sistema internacional colaborante e responsável, associando-se ao combate ao terrorismo, pós-11 de setembro. Todavia, mesmo neste momento, segundo o neorrealismo, Pequim aproveitou a oportunidade para assegurar a integridade do seu território através do reforço do armamento, da aniquilação dos separatismos e do controle do Mar do Sul da China. A característica egoísta dos estados, profundamente neorrealista, não deixa de estar presente (embora de forma camuflada) também na filosofia *win-win*. Não obstante esta filosofia se fundar no direito de desenvolvimento dos povos e na cooperação económica, ela pressupõe, na prática, uma ampliação do poder da China.

A mudança de postura em relação ao sistema internacional começou a fazer-se sentir após a crise financeira de 2008, acontecimento que comprometeu o crescimento da China e, por extensão, a sobrevivência do próprio PCC. De acordo com a escola neorrealista, os estados estão atentos às oportunidades estratégicas que se formam no contexto internacional. Pelo facto de o sistema capitalista regulado pelo mercado estar sujeito a crises cíclicas, a China ambiciona esse controlo. Para se substituir ao mercado, Pequim tem procurado replicar o modelo imperial que outrora conduziu à prosperidade da região asiática e da civilização chinesa. Baseando-se na convicção de que a Sociedade Harmoniosa é uma alternativa ao modelo ocidental, Xi Jinping pretende partilhá-la com o Mundo.

A oportunidade de Xi Jinping atuar sobre o sistema internacional demonstra um claro pragmatismo e tentativa de alcançar a paridade face aos estados mais desenvolvidos. O *slogan* político apresentando à comunidade internacional como “Sonho Chinês” utiliza uma linguagem mais apelativa do que no passado, mas dá voz aos anseios dos líderes anteriores. O “Sonho Chinês” sustenta um projeto que propõe a reconstrução da antiga Rota da Seda, reavivando tempos antigos e prósperos na Ásia. Neste sentido, a FRC é o instrumento privilegiado na Nova Era de Xi Jinping para Pequim alcançar o Sonho Chinês. Esta Iniciativa, de grande dimensão e complexidade, alicerça-se no sinocentrismo e revela potencial para ultrapassar as fronteiras do passado e projetar-se a nível global.

Após ter sido um dos maiores beneficiários da globalização, a China de Xi Jinping pretende moldar o sistema internacional de pendor ocidental, relançando a questão neorrealista do revisionismo que tem acompanhado a sua reemergência. Dito isto, o próximo capítulo concentra-se na tentativa de compreensão do modo como a FRC poderá ajudar a realizar essa transformação do sistema internacional.

### 3. A Faixa e Rota como instrumento da nova Política Externa Chinesa

Tal como explicitado no capítulo anterior, após décadas de integração da China no sistema internacional de pendor Ocidental, na era de Xi Jinping Pequim tem adotado um comportamento mais regido pelo revisionismo do que pela manutenção do *status quo*. A alteração do perfil discreto seguido pelos líderes precedentes foi desencadeada, essencialmente, pela crise financeira de 2008. Esta veio, de facto, a revelar a necessidade de a China se desligar de um sistema capitalista liderado pelo mercado e pelas instituições ocidentais (Duarte, 2017). De acordo com o neorrealismo, a transformação do sistema internacional, responsável pelo sucesso económico da China, enquadra-se numa estratégia de sobrevivência. Numa constante vigília, os estados pretendem aproveitar os benefícios e minimizar as perdas. Esta premissa neorrealista destaca-se no momento em que o sistema internacional deixou de corresponder às necessidades subjacentes à reemergência chinesa. Com efeito, o nacionalismo alimentado por Pequim compreende algo superior, que abarca o rejuvenescimento da China. Neste sentido, a FRC enquanto instrumento privilegiado de Pequim para a essa reemergência, transcende a antiga Rota da Seda quer em extensão, objetivos e até meios tecnológicos (Mooney, 2018; Rolland, 2018b; Xing e Zheng 2020).

A FRC comporta uma rede de transportes, artérias marítimas e terrestres, como ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, gasodutos, oleodutos e linhas de transmissão e comunicação de dados, com o objetivo de proporcionar a criação de um grande mercado global (Rolland, 2017; Shen, 2018). No entanto, a conectividade não se restringe aos aspetos logísticos e económicos, na medida em que ela abarca igualmente a criação de uma CDC (Wu Huiyong, 2018; Rolland, 2019;2020a).

Pese embora a CDC seja revestida de objetivo coletivos, na prática ela visa promover uma visão do mundo centrada na China (Leandro e Duarte, 2020). A influência que a FRC exerce sobre a CDC é ponto fulcral desta investigação, pelo que neste capítulo analisamos o alcance da reemergência da China a nível internacional, através de uma projeção global operada em círculos concêntricos.

### **3.1. A Arquitetura da Faixa e Rota**

Xi Jinping apresentou oficialmente, em 2013, o corredor económico terrestre da Faixa e Rota, num discurso proferido em setembro na Universidade Nazarbayev no Cazaquistão (Xinhua, 2013a). Um mês mais tarde foi a vez de expor a "Rota da Seda Marítima do Século XXI" num discurso proferido no Parlamento Indonésio (Asean-China Center, 2013). O corredor mais recente, a "Rota da Seda digital", foi apresentado em março de 2015. Este visa criar uma Rota da Seda informativa, incluindo a construção de redes de cabos bilaterais, o planeamento de projetos de cabos submarinos transcontinentais, e a melhoria das comunicações via satélite (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2015).

A FRC consiste num projeto que pretende transformar a China num mega polo global (Duarte, 2017). À semelhança do que acontecia no passado imperial, Xi Jinping, qual imperador designado pelos céus, ambiciona que o mundo seja dirigido pela China. Simultaneamente, a FRC molda a ordem internacional criando as suas próprias instituições, para que a China sobreviva e, inclusive, leve a que outros venham a guiar-se por ela (Rolland, 2020a; Weirich, 2022). A grandiosidade desta Iniciativa depende do número de países que venham a aderir ao projeto, tendo esta rede atualmente pontos de conexão na Ásia, Europa, África e América Latina (Mooney, 2018). Importa sublinhar que os corredores marítimos e terrestres da FRC não se encontram definidos com clareza. Tal deve-se, em grande parte, ao facto de a China não comungar da visão ocidental de fronteira fixa. Ao invés, corroborando a perspetiva neorrealista, para a China os limites dos países expandem-se ou contraem-se de acordo com os seus interesses, como acontecia na China Imperial (Duarte, 2017). Enquadrando-se a FRC neste conceito maleável, os itinerários podem ser alterados, de acordo com a conjuntura mais propícia.

A organização desta secção destaca os primeiros corredores da FRC, que integram a arquitetura de infraestruturas físicas que constituem a Iniciativa, por terra e mar. Todavia, prestaremos igualmente atenção aos corredores mais recentes, os digitais e os corredores da saúde que ganharam particular relevância com a recente pandemia.

### **3. 1. 1. Os Corredores Convencionais**

#### ***3.1.1.1. Corredores Terrestres***

A escolha do Cazaquistão para Xi Jinping apresentar oficialmente, em setembro de 2013, a componente terrestre da FRC, tem grande significado. Esta preferência invoca, na prática, o importante papel deste país na antiga Rota da Seda, no que respeita ao comércio e cooperação. No entanto, o Cazaquistão também é, na atualidade, o parceiro económico e estratégico mais importante da China na Ásia Central, em virtude da sua dimensão e recursos naturais (Duarte, 2017). O Cazaquistão é o país que melhor espelha a interioridade da Ásia Central e o subdesenvolvimento decorrente desse isolamento, fragilidades que o corredor económico da FRC ajuda a combater. Não obstante o discurso oficial, o neorrealismo ajuda-nos a perceber que Pequim está especialmente preocupado com as zonas remotas do seu país e que, por esse facto, se encontram mais vulneráveis a ideais separatistas, como é o caso de Xinjiang (Duarte, 2017; Pautasso, et al, 2020). Porém, a perspetiva neorrealista também permite constatar a tentativa da China se posicionar como potência regional, no intuito de minimizar os laços que unem os países da Ásia Central à Rússia (Duarte, 2017).

No âmbito do corredor terrestre, as redes ferroviárias distinguem-se pela ambição de um dia ligarem em alta velocidade Londres a Pequim, através da Ásia Central (Duarte, 2017). Esta conexão não deixa de parte, a longo prazo, a possibilidade de a rota terrestre se estender ao continente americano através da construção de um túnel subaquático, no Estreito de Bering. Outra ligação importante, também ela numa perspetiva de longo prazo, ambiciona unir os oceanos Pacífico e Atlântico. Para o efeito, a China tem em mente a construção de uma ferrovia ligando a costa do Perú no Pacífico à costa do Brasil no Atlântico, numa distância de aproximadamente 5.000 km (Lanjan e Wei, 2015).

A FRC conecta a China à Eurásia através de seis corredores económicos. O primeiro liga a China à Península da Indochina por caminho de ferro, interligando o Vietname, Tailândia, Laos, Camboja, Mianmar e Malásia e integrando, também, pontes aéreas de ligação com as principais cidades do Sudeste Asiático. Um segundo corredor une a China, a Bangladesh, Índia e Mianmar. Segue-se o corredor China-Paquistão, que liga Xinjiang até ao porto de Gwadar. O quarto corredor passa pela China, Ásia Central e Ásia Oriental, unindo o Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Irão e Turquia. Um quinto

corredor estabelece uma Nova Ponte Continental na Eurásia<sup>44</sup>, ligando a Europa à Ásia Central, através do Cazaquistão, Rússia, Bielorrússia, Polónia e Alemanha. Por último, o corredor que serve de conexão entre a Nova Ponte Continental da Eurásia, à China, Mongólia e Rússia, através de estradas (Mazzi, 2020).

A importância dos caminhos-de-ferro a nível económico prende-se com dois aspetos fundamentais. Primeiro, as ferrovias possibilitam escoar rapidamente para os mercados europeus e da Ásia Central os produtos produzidos na China. Em segundo lugar, as linhas férreas visam desenvolver as regiões interiores da China, como é o caso de Xinjiang (Duarte, 2017; Berlie, 2020). É interessante constatar que associado à logística da FRC existe uma componente de *hard power* que se materializa, por exemplo, no facto de os caminhos-de-ferro poderem ser instrumentos estratégicos para transportar, a alta velocidade, tropas e equipamento, como já foi aplicado pelo PLA (Duarte, 2017; Xiangning Wu e You Ji, 2020). A militarização também está presente no corredor marítimo da FRC. Como veremos a seguir, a Iniciativa FRC tem associada à componente económica uma dimensão militar, particularmente visível na formação de um corredor marítimo de expansão energética.

### **3.1.1.2. Corredores Marítimos**

A Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI anunciada por Xi Jinping em Jacarta, em outubro de 2013 (ASEAN-China Centre, 2013), reconcilia a China com o mar. De facto, a China sempre foi uma potência continental, à exceção do período da dinastia Ming<sup>45</sup>. Somente após a reforma de abertura, quando a China se transformou na fábrica do mundo, é que o país se apercebeu da importância do mar na proteção dos seus interesses comerciais e de abastecimento energético (Almeida, 2019). Com efeito, a defesa dos interesses nacionais chineses passa por garantir vias ininterruptas de transporte marítimo, possibilitando deste modo, o escoamento de produtos e de acesso a matérias-primas. O corredor marítimo da Faixa e Rota tem, por conseguinte, um papel fundamental

---

<sup>44</sup> A Nova Ponte Continental da Eurásia, concebida no início da década de 1990, pretende unir o continente eurasiático na direção leste-oeste numa extensão de 10.800 quilómetros entre o Pacífico e o Atlântico (Portuguese.china.org.cn, 2017; Mazzi, 2020)

<sup>45</sup> Na Dinastia Ming, o Almirante Zheng, comandou sete viagens pelo Oceano Índico, Golfo Pérsico e África, trocando e recolhendo tributo. Posteriormente (há cerca de 600 anos) a China desvalorizou o mar pela convicção sinocêntrica de que os povos longínquos não traziam benefício ao Império do Meio (Lin, 2011; Rato, 2020)

na preservação desses interesses. A China sente-se cercada pelos EUA e por outras potências navais que pretendem impedir que desenvolva uma marinha de águas azuis, ou seja, com capacidade de navegar em qualquer ponto do oceano. Efetivamente, a necessidade de impedir esse bloqueio do Estreito de Malaca (que até hoje nunca se materializou) tem levado Pequim a dotar-se de uma marinha de crescente sofisticação tecnológica (Pautasso et al, 2020). A desconfiança presente nas ações dos estados, cara ao neorrealismo, justifica a perspectiva da China de antever ameaças externas e a proteger-se contra um possível embargo petrolífero em Malaca, o que prejudicaria os seus interesses económicos. Neste sentido, a componente marítima da FRC procura mitigar a pressão do sistema ao diversificar vias de escoamento e acesso ininterrupto. O facto de Jacarta ter sido escolhida para o lançamento da Rota Marítima deve-se à localização geoestratégica da Indonésia entre o Índico e mar da China Meridional na saída do estreito de Malaca.

A estratégia naval seguida pela China é inspirada nas teses do americano Alfred Mahan, que defende que uma marinha mercante pressupõe de uma marinha de guerra de apoio, bem como a criação de pontos de proteção ao longo do oceano (Mahan, 1897; Duarte, 2017; Long et al, 2022). Uma vez mais, o posicionamento da China numa perspectiva neorrealista, é fruto da desconfiança num sistema de pendor ocidental que a humilhou no passado. Como a China vê confinada a sua intervenção marítima ao Mar do Sul da China, Pequim tudo faz para se libertar do sistema que a oprime, expandindo a sua marinha de guerra para águas cada vez mais distante e conferido à Rota da Seda Marítima do Séc. XXI uma maior assertividade (Gupta,2020).

Porém, a manifestação do *hard power* através do oceano contradiz, de algum modo, o *soft power* que a FRC procura projetar. Contudo, Pequim esforça-se por apaziguar os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), explicando que a sua marinha de guerra se orienta para missões de combate antipirataria, ao mesmo tempo em que procura defender os interesses ultramarinos da China. Na realidade, controlar as rotas pelas quais a energia chega à China é um modo de Pequim se precaver de uma ameaça internacional, que transforma este recurso natural numa arma coerciva (Lin, 2011). A vigilância do mar é possível através de acordos de acesso logístico a instalações concedidas por estados litorais do Índico. Com efeito, a Rota da Seda Marítima do Século XXI envolve um conjunto de portos ao longo do litoral do Índico dotados de capacidade para abastecer quer a marinha mercante quer a marinha militar chinesa (Rolland, 2017). A configuração dos pontos de apoio nas diversas ilhas é conhecida por “Colar de Pérolas”

e cria principalmente constrangimentos com a Índia, potência regional que não aceita, de bom agrado, a presença da China próxima da sua zona de influência estratégica natural, que é o Índico (Mações, 2018). No entanto, o corredor marítimo da Faixa e Rota tem levado a marinha chinesa para oceanos cada vez mais distantes, num esforço de projeção de poder (Duarte, 2017). Com efeito, a influência militar e geopolítica da China prolonga-se não só ao longo do litoral do Oceano Índico, como também no Golfo Pérsico e Mediterrâneo, formando um “Colar de Pérolas” mais alargado (Pautasso et al, 2020).

Segue-se a análise de outros corredores, nomeadamente o Digital e da Saúde, que apesar de mais recentes, revestem-se de uma importância crucial no contributo para que a China alcance os seus objetivos. Estes corredores ganharam relevo em virtude da pandemia Covid-19, que afetaram as transações comerciais e financeiras em todo o mundo (Buckley, 2020, Rolland, 2020b; Zhou, 2021).

### **3.1.2. Os Corredores mais recentes**

#### ***3.1.2.1. Corredores Digitais***

Em maio de 2017, o presidente Xi Jinping salientou a importância da Rota da Seda Digital (RSD) no âmbito geral da FRC (State Council Information Office the People’s RPC, 2017). Este novo corredor resulta da relevância da integração de tecnologias em rede, de modo a viabilizar o desenvolvimento orientado para a inovação (inteligência artificial, nanotecnologia, computação quântica, grandes dados, computação em nuvem e cidades inteligentes) (Xinhua, 2017c). O 13º Plano Quinquenal (2016-2020) tinha já consagrado uma secção específica à construção de uma Rota da Seda em linha na qual estava prevista a participação de empresas chinesas ligadas ao *software* (Xinhua, 2016a). Com efeito, as grandes empresas digitais chinesas têm vindo a competir ativamente, no âmbito deste projeto estatal que visa promover o desenvolvimento empresarial, através de apoio financeiro com o objetivo de promover a abertura de novos mercados (Hong Yu, 2017; Shen, 2018; Seoane, 2019; Black e Morrison, 2021).

Este corredor da FRC tem sido estruturado entre o estado e as grandes empresas chinesas da área das novas tecnologias, contribuindo assim para a prossecução dos objetivos políticos, que a seguir se enunciam. Por um lado, a RSD permite reduzir a sobrecapacidade industrial, enquanto cria condições para a expansão empresarial da

China. Concomitantemente, a RSD visa apoiar a internacionalização do renminbi (RMB) (Duarte, 2019), possibilitando a construção de infraestruturas de rede transnacional centrada na China, e promovendo uma globalização inclusiva via Internet (Shen, 2018; Seoane, 2019).

A sobrecapacidade industrial, que se agravou com a crise global de 2008, é uma consequência da estratégia subjacente às progressivas reformas de abertura suportadas, desde o início, no investimento direto estrangeiro e na exportação. A solução de Pequim para o escoamento do excesso de oferta industrial tem consistido em "expandir ativamente o mercado externo" (Conselho de Estado, 2013, para. 25). Este é o contexto em que surge a FRC, tendo a RSD um papel determinante na expansão da conectividade digital e, conseqüentemente, no apoio ao desenvolvimento industrial das empresas chinesas. Numa perspetiva económica, a FRC tem vindo a conciliar a indústria tradicional com a indústria de ponta. A operacionalização de um corredor económico de infraestruturas em grande escala necessita do apoio de equipamentos e serviços digitais (Shen, 2018; Seoane, 2019). Neste sentido, as indústrias e redes de comunicação facilitam a expansão do comércio transnacional ao mesmo tempo que ajudam a escoar os bens excedentários chineses, através do comércio eletrónico (Seoane, 2019). Pela facilidade de ligar diretamente compradores e vendedores, as plataformas digitais aceleram o processo comercial e controlam *stocks*.

Um outro objetivo da RSD consiste em facilitar a internacionalização das empresas chinesas. Nesta perspetiva, os corredores digitais são uma segunda versão da política de *Going Out* que teve início nos finais dos anos 90 (Rolland, 2017; Keane e Yu, 2019). De facto, quer uma, quer a outra têm como objetivo internacionalizar as empresas chinesas, tornando-as globalmente competitivas. No entanto, elas diferem quanto ao tipo de empresas envolvidas. A este respeito, Pequim tem vindo a dar especial relevância à construção de plataformas digitais que oferecem serviços, como atesta a computação em nuvem e análises de dados (Shen, 2018). Com efeito, a importância crescente das tecnologias digitais corresponde a uma exigência da economia global contemporânea, não pretendendo Pequim desprezar a oportunidade criada. Deste modo, a RSD tem contribuído para o desenvolvimento das empresas tecnológicas, enquanto potência o crescimento de outros ramos de indústrias (China Daily, 2015; Shen, 2018; Keane e Yu, 2019).

A RSD contribui para que Pequim internacionalize com mais eficácia a sua moeda - RMB criando, para o efeito, uma moeda digital (Xinhua, 2020a). O yuan digital (e-CNY) faz com que a China seja a primeira potência a ter uma moeda que se adapta ao desenvolvimento de uma economia digital. A nova versão do RMB, que tem vindo a ser testada desde 2017, distingue-se de outras criptomoedas, por minimizar riscos (como a flutuação financeira) assegurando a estabilidade económica e social. Um dos pressupostos para a estabilidade do yuan digital resulta do facto de ser emitida, controlada e fiscalizada pelo Banco Popular da China (*ibidem*). Num contexto em que a arquitetura financeira global, constituída quer por empresas, quer por bancos, tem sido dominada pelo sistema de *Bretton Woods*, a RSD permite ao renminbi digitalizar-se e quebrar a hegemonia das instituições que utilizam o dólar como moeda preponderante (Flint e Xiaotong, 2019; Seoane, 2019). Os fatores acima descritos demonstram a necessidade do agente se evadir da pressão exercida pelo sistema que reflete a hegemonia do dólar, criando alternativas para si e para países que lidera (Cohen, 2019). Para este efeito, a adesão a um cartão de crédito euro-renminbi de dupla moeda é mais um exemplo do prestígio diplomático e económico da China que tem vindo a operacionalizar um sistema financeiro digital e, ao mesmo tempo, alternativo a nível mundial (Rolland, 2017).

Face ao exposto, a RSD vem, assim, reforçar a centralidade da China proporcionada pela criação de uma rede de infraestruturas. É neste sentido que a RSD pode ser considerada como a espinha dorsal da terceira fase da globalização<sup>46</sup> no entendimento de Wang Yiwei (2016). Com efeito, a segunda fase dizia respeito ao tráfego transnacional de dados, cabos terrestres e ligações via satélite que eram controladas pelos EUA. A terceira fase da globalização, contudo, quebra o domínio exclusivo do ciberespaço por parte de Washington. De facto, a vigilância global levada a cabo pelos EUA já não serve os interesses da China num contexto de alteração do poder e de expansão económica. Por conseguinte, a construção de cabos alternativos, através de ligações submarinas, terrestres, e via satélite, permitem a circulação de dados, por via dos corredores digitais centrados na China. Como ferramenta da conectividade digital, o *BeiDou* (BDS) constitui um sistema de navegação alternativo ao Sistema de Posicionamento Global (GPS) concebido pelos EUA. Pese embora o *BeiDou* começasse por oferecer serviços de

---

<sup>46</sup> Wang Yiwei dividiu a história da globalização em três fases: A Globalização 1.0 liderada pela antiga Rota da Seda; a Globalização 2.0 dominada pelas potências coloniais e industriais ocidentais; e a terceira fase da globalização, através da FRC (Wang Yiwei, 2016).

navegação dirigida aos países membros FRC, atualmente ele já está dotado de uma cobertura global (BBC, 2020a).

Por último, a RSD possui uma dimensão ideológica, na sua tentativa de expor uma "globalização inclusiva". Com os EUA de Donald Trump focados nas questões internas, a implementação da FRC pela China surgiu num contexto propício, face ao isolacionismo americano. Pequim tornou-se o porta-voz da globalização com vista a "manter o regime de comércio livre e global no espírito de uma cooperação regional aberta e a promover um livre fluxo económico" (Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da RPC, 2015, para. 4). A terceira fase, faz a apologia de uma globalização económica mais inclusiva e mais sustentável, não excluindo nem pessoas nem empresas. Por conseguinte, nem os locais mais remotos ou interiores estão afastados nesta nova fase da globalização, beneficiando da penetração e da celeridade das tecnologias digitais (Seoane, 2019). A Plataforma de Comércio Mundial Eletrónico (eWTP) tem sido considerada uma ferramenta prioritária para fomentar uma maior abrangência dos corredores digitais. Esta plataforma foi promovida por uma das mais importantes empresas chinesas, Alibaba, considerando-se uma iniciativa suscetível de modificar o comércio mundial (*ibidem*). Como se destina, principalmente, a Pequenas e Médias Empresas (PME's), a RSD distingue-se das possibilidades oferecidas pela OMC, na medida em que esta organização tem vindo a beneficiar sobretudo as grandes empresas, numa globalização liderada pelos EUA (Johnston, 2021). No contexto da terceira fase da globalização, a RSD integra países em desenvolvimento, possibilitando que beneficiem de logística, pagamentos e serviços de financiamento via Internet.

A importância dos corredores digitais serve os propósitos neorrealistas, na medida em que proporciona a Pequim a capacidade de melhor se posicionar nesta nova fase da globalização (Woon, 2017). Releva nesta estratégia a necessidade de controlar a transição de uma economia baseada na tecnologia da informação para uma economia assente na tecnologia de dados (Seoane, 2019). O armazenamento de dados pode ser utilizado de diversas formas em áreas como o comércio, indústria e serviços financeiros. Com efeito, os dados recolhidos permitem inovações sofisticadas em matéria de inteligência artificial, computação em nuvem, e outras tecnologias emergentes, que constituem uma mais-valia, ao que à concorrência empresarial diz respeito. Esta circunstância, beneficia as empresas chinesas que passam a ter acesso a um volume significativo de dados. Como consequência, a RSD constitui uma via alternativa às

empresas ocidentais como, a Amazon, a Microsoft e a Google que têm controlado, o mercado de infraestruturas em nuvem. Porém, esta situação é duplamente vantajosa, pois Pequim não só assegura a soberania dos seus dados, como pode usar dados de outros países para fins de *intelligence* (Couldry e Mejias, 2018). Numa perspetiva neorrealista, a intenção de Pequim é a de moldar a governação global do ciberespaço como instrumento privilegiado para se projetar enquanto ciberpotência (China-embassy, 2015; Segal, 2018, 2020).

A capitalização dos avanços de Pequim, a nível da cibernética, vai ainda ao encontro dos postulados neorrealistas na medida em que a China procura libertar-se da tradicional dominação na esfera digital por parte das potências ocidentais (Segal, 2020). Com efeito, na Conferência Mundial da Internet de 2015, em Wuzhen, a soberania cibernética foi definida como o direito de cada país escolher o rumo de desenvolvimento da Internet, o seu modelo de gestão e participação na governação internacional do ciberespaço (Diário de Notícias, 2015). Deste modo, a China pretende que o domínio da internet seja transferido das empresas tecnológicas americanas para os países, reforçando assim, a supremacia dos governos sobre os atores não-estatais (Creemers, 2020). A soberania do ciberespaço não significa para Pequim a ausência de interação entre países. Pelo contrário, a soberania estaria assegurada dentro da rede de instituições cooperantes, sem interferências exteriores. Sob o prisma neorrealista, esta medida tem o objetivo de evitar que a China permaneça em desvantagem estratégica face à dominação tecnológica por parte do Ocidente. Com efeito, esta assimetria advém do pressuposto de que as agências de inteligência dos EUA exploram a partilha de dados dos cidadãos e estados, através de operações encobertas, como tem vindo a ser revelado por Edward Snowden<sup>47</sup> desde 2013 (Snowden, 2019; Observador, 2019).

A soberania cibernética reforça a independência de Pequim relativamente aos meios digitais controlados pelos EUA, enquanto contribui para erodir as vantagens de Washington no ciberespaço, a nível político, militar e económico. Contudo, a importância deste tema para Pequim surge acima de tudo da necessidade de manter internamente uma internet controlada, que não desafie a estabilidade do PCC (Rolland, 2020a). A este respeito importa referir que o número de usuários de internet ultrapassava, em 2020, os 900 milhões (Xinhua, 2020b). Pequim possui o *Great Firewall of China*, o maior e

---

<sup>47</sup> Edward Snowden, que trabalhou para os serviços Secretos norte-americanos, tem vindo a denunciar a convivência entre as multinacionais digitais e o estado americano, no sentido de vigiar a informação pessoal.

sofisticado sistema *on line* de filtragem do mundo, que lhe permite o policiamento da internet no mundo (The Washington Post, 2019; Roland, 2020a; CNN, 2022). Vários países, como a Índia, Paquistão e Mianmar têm seguido o modelo da China usufruindo do controle final sobre as informações *online* (The Wall Street Journal, 2020). A segurança é a preocupação da China, pelo que a informação tem sido fortemente censurada por novas tecnologias de monitorização, permitindo o seu controlo e a independência da tecnologia estrangeira. Para este fim, foi criada uma Agência de Administração do Ciberespaço da China para controlo dos conteúdos, reforço da cibersegurança e desenvolvimento da economia digital (Segal, 2020).

O esforço para promover a soberania cibernética tem sido promovido pela diplomacia chinesa que atua junto das Nações Unidas. Deste modo, a ONU é a instituição que estabelece as regras internacionais para o ciberespaço, com o forte apoio da China (*ibidem*). Na ótica neorrealista, Pequim aproveitou o vazio deixado pela antiga Administração Trump para moldar as instituições existentes de acordo com os seus intentos. Ciente da importância do ciberespaço, Xi Jinping enunciou o objetivo de construir uma comunidade de destino partilhado no ciberespaço (China Daily, 2015). A RSD tem, assim, procurado unir esta comunidade por meio da construção dos corredores digitais em cooperação com os países que aderiram à iniciativa FRC. Pequim apoia-se, para o efeito, num investimento de grande escala em matéria de *hardware*, que fomenta o comércio eletrónico, serviços na *cloud* e tecnologia financeira (*fintech*). Contudo, esta cooperação não dispensa a satisfação de interesse próprios chineses como advoga o neorrealismo, no sentido em que os estados colocam em primeiro lugar os seus objetivos económicos e políticos.

Por conseguinte, as linhas de crédito dirigidas aos parceiros da FRC, proporcionam ao mesmo tempo às empresas chinesas, como a *Huawei*, a capitalização de ganhos no estrangeiro. O alcance e capacidades alargadas das empresas tecnológicas chinesas constituem novas ferramentas de influência de Pequim, que se consubstancia na maior rede móvel 5G de alta velocidade do mundo. Este progresso deixou os EUA e aliados sem resposta adequada, tentando o embargo à nova tecnologia de origem chinesa, mas sem ter conseguido corresponder plenamente às necessidades atuais de maior velocidade na internet. Com efeito, o impacto do Covid-19 ao nível das restrições físicas e do fomento do teletrabalho tem contribuído para a remodelação da governança da internet por parte da China (Mahbubani, 2022). A pandemia veio estimular consideravelmente a construção da

maior rede 5G do mundo, abreviando a conclusão prevista pela China para o período de (2021-25). Assim, o objetivo não só foi alcançado no primeiro ano (2021), como a *Huawei* já se encontra a trabalhar no sentido de alcançar outra meta ainda mais aliciante. A China pretende desenvolver o 6G, que ambiciona partilhar com a comunidade cibernética (Global Times, 2021). Quando se pensava que a FRC pudesse sucumbir à pandemia, verifica-se o contrário, graças aos corredores digitais que, de certo modo, compensam objetivos que a pandemia suspendeu, na vertente de construção de infraestruturas.

O recurso a aplicações digitais de gestão e controlo, como o sistema "*Health Kit*", foram úteis para o combate à pandemia (Pardo, 2020; Duchâtel, et al., 2020). Para além dos corredores digitais relevamos nesta investigação outro corredor - *Health Silk Road* que complementa o complexo de infraestruturas da FRC. A pandemia tornou mais visível uma tendência pré-pandémica de criar uma rede complementar na FRC que integrasse corredores destinados à saúde. Com efeito, o auxílio da China a Itália num momento inicial da pandemia, veio reavivar a importância da *Health Silk Road*, enquanto expôs a fragilidade do Ocidente para enfrentar calamidades globais. Deste modo, a RSD juntamente com a *Health Silk Road* tem ajudado a suavizar os aspetos mais estratégicos da Iniciativa, sustentando uma alternativa à ordem liberal estabelecida (Buckley, 2020; Wheeler, 2020).

### **3.1.2.2. *Health Silk Road***

A reação da comunidade internacional ao lançamento da FRC oscilou entre o desinteresse e a resistência. Com efeito, à medida que a construção de infraestruturas avançava, a desconfiança acentuava-se junto dos países ocidentais, bem como dos estados vizinhos da China (Rolland, 2019). Não obstante, os primeiros anos se terem concentrado na construção de grandes infraestruturas logísticas, a China optou por entrar noutros domínios como sejam o da saúde.

Neste contexto, destaca-se o Plano Trienal da China para a Implementação do Intercâmbio e Cooperação em Saúde da Iniciativa FRC (2015-2017), que viria a materializar-se mais tarde na chamada *Health Silk Road* (Xinhua, 2016b; Commission of the People's Republic of China, 2017; Kun et al, 2017). O referido plano propunha-se alcançar diversos objetivos com vista a melhorar o nível de saúde e higiene dos países da FRC. Com efeito, a consciencialização da necessidade de resolver problemas de saúde

comuns, que derivam da globalização económica, levou a China a desenvolver uma “diplomacia da saúde global” (Junqueira, 2021 Santiago, 2021).

Em 2017, o presidente Xi Jinping mencionou a *Health Silk Road*, no “Fórum da FRC sobre cooperação em Saúde: Rumo a uma Rota da Seda da Saúde”. Esta iniciativa foi alvo de reconhecimento por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS). Com efeito, a formalização da *Health Silk Road* é fruto de um memorando entre Pequim e a OMS oficializando a cooperação, através de uma combinação de políticas de saúde e de investigação (Xinhua, 2017d; Lancaster, et al. 2020). A articulação entre Pequim e a OMS é visível, desde logo, com o plano “China saudável 2030”<sup>48</sup> lançado pelo governo chinês em 2016. Este plano consiste na implementação de políticas de saúde pública, mas seguindo os padrões internacionais de qualidade, nomeadamente os presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Saúde e Horizonte 2030 das Nações Unidas (Santiago, 2021). Em suma, a saúde passou a ser uma preocupação politicamente assumida pela China. Numa perspetiva neorrealista, a China detetou as falhas a nível global da governança em saúde e procurou criar um sistema que a projetasse como líder nesta matéria. Com efeito, a indiferença por parte dos países ocidentais, patente na falta de apoio às decisões da OMS, deixou espaço para que a China atuasse junto desta organização promovendo a sua visão em matéria de saúde global.

A expansão do número de países que têm vindo a aderir ao projeto da FRC assinala, por si só, a importância da cooperação internacional no âmbito da saúde, sendo prenúncio de uma profunda mudança na governança global neste setor. A *Health Silk Road* enfatiza a promoção da cooperação ao nível da formação qualificada dos profissionais de saúde, sistemas e políticas de saúde, bem como do controlo de doenças infecciosas (Tillman et al., 2021). Quando foram lançados estes corredores, um dos objetivos era tomar medidas preventivas para combater pandemias. Efetivamente, Pequim estava ciente das precárias condições sanitárias não só da própria China, que no passado originaram casos graves de saúde pública (gripe das aves, a síndrome respiratória aguda, o leite contaminado), como também dos países menos desenvolvidos. Por ironia, o Covid-19, que se presume ter tido origem em Wuhan (Euronews, 2022a), ajudou a promover a China na direção de uma

---

<sup>48</sup> As metas a alcançar até 2030 resumiam-se aos seguintes objetivos estratégicos: vida saudável; otimização dos serviços de saúde; melhorar a segurança sanitária; construir um ambiente saudável; desenvolver a indústria dos cuidados de saúde; construir mecanismos de apoio; reforçar a organização e implementação de políticas e medidas de saúde (Li, Bin 2020)

governança emergente da saúde a nível global. Deste modo, a *Health Silk Road* saiu reforçada em plena pandemia, quando os países ocidentais tiveram dificuldade em se organizar (Santiago, 2021). Importa salientar que a ajuda chinesa a uma Itália, sacrificada pelo vírus, constituiu o primeiro ato de afirmação da *Health Silk Road* (MFA, 2020a; Xinhua, 2020c). Os países do Norte da Europa foram morosos e hesitantes no socorro aos países do Sul fustigados pela pandemia, como Itália e Espanha (IntelBrief, 2020). No entanto, Pequim demonstrou a capacidade de dar resposta interna ao surto e, simultaneamente, distribuir suprimentos médicos essenciais à contenção a nível internacional (Bresnick e Haenle, 2020). Ilustrativo a este respeito é a distribuição de máscaras, fatos protetores, kits de teste, bem como as doações dos milionários chineses aos países afetados (Agence France 24, 2020a; BBC, 2020b; Rolland, 2020b).

Através da *Health Silk Road*, a China procurou promover-se junto da comunidade internacional como a defensora da saúde global (Manfredi, 2021; Huang, 2022). Neste âmbito, Pequim organizou *fora* e cimeiras como a *China-ASEAN Health Cooperation*, o *Global Health Forum of the Boao Forum for Ásia* e o *Lancet - CAMS Health Summit*, entre outros. Simultaneamente, também construiu diversas infraestruturas médicas, como o *African Center for Diseases Control* (Santiago, 2021).

Não obstante a polémica acusação por parte da Administração Trump que a China é responsável pela disseminação da pandemia, apelidando o vírus SARS-CoV-2 como vírus chinês (CNN, 2020; Letwin, 2021), a imagem da China saiu reforçada pela boa gestão da diplomacia da máscara, segundo Tillman et al (2021) e Calabrese (2022). Neste contexto, a *Health Silk Road* passa a assumir maior relevo no projeto FRC (Agence France 24, 2020b; Vadell e Staiano, 2020). A questão da vacinação dos países mais pobres, em alguns momentos, também constituiu outro exemplo que diferencia a China dos países ocidentais protegidos pelas patentes. Com efeito, diversos países preocupados em atingir elevados rácios internos de vacinação negligenciaram os países de menor capacidade económica para adquirir vacinas. Este comportamento motivou duras críticas da OMS, que acusou os países mais ricos de não contribuírem para a imunidade global (Diário de Notícias, 2020c; Euronews, 2021a; Wanyuan, 2021). Contrariamente, Pequim disponibilizou elevadas quantidades de vacinas chinesas face ao surgimento de novas variantes. (Yang et al, 2021; Xinhua, 2021b).

Numa ótica neorrealista, a China tem procurado consolidar o seu poder no sistema internacional, afirmando-se junto das instituições vigentes e das quais é membro. Neste

sentido, a articulação com a OMS foi crescendo à medida que Pequim aceitava as regras da organização, reconhecendo a importância da saúde à escala global. Assim, a China aproveita-se do fruto da sua cooperação, enquanto procura moldar esta organização incorporando-a na FRC. O memorando de entendimento assinado em 2017 com a OMS (China Daily, 2017) é ilustrativo desta tentativa de reestruturar as instituições vigentes dando-lhe um cunho chinês. A situação pandémica veio reforçar, na prática, esta cooperação entre a OMS e os desígnios chineses de contruir uma *Health Silk Road*. Não obstante os primeiros casos de Covid-19 terem surgido na China, a forma notável como esta geriu inicialmente a crise sanitária ao nível doméstico pode ser apontado como um exemplo para outros países. Pequim apresentou uma resposta eficiente, como atesta a célere construção de hospitais (Diário de Notícias, 2020b), o que lhe confere uma maior credibilidade para assumir um papel crescente em matéria global de governança em saúde.

Na próxima secção, analisaremos a forma como a FRC ajuda a estabelecer e/ou consolidar a influência que a China no mundo.

### **3. 2. A Influência da Faixa e Rota em Círculos Concêntricos**

À semelhança do passado milenar chinês (onde o mundo estava dividido em círculos concêntricos e o imperador chinês governava todos os que se encontravam debaixo do céu), subsiste na China da atualidade uma visão holística que se estende da periferia até às regiões mais remotas. Com efeito, hoje não existe um imperador chinês nem o mundo está dividido em círculos, no entanto a China continua a exibir uma abordagem da ordem mundial distinta da seguida pelos países ocidentais (Kissinger, 2011; Da Silva, 2021). Embora a política externa da China da atualidade tenha evoluído de um bilateralismo (do qual não prescinde) para um multilateralismo complementar no trato com os outros países, na verdade não desapareceu, por completo, a mesma essência que fazia da China o centro do planeta na antiga Rota da Seda. Dito por outras palavras, permanece na China uma visão de si mesma enquanto centro do mundo ligada a uma grande periferia global por um conjunto de rotas marítimas, terrestres, aéreas e digitais. Deste modo, a FRC procura, assim, recolocar a China no centro da conexão com os diversos países com vista à formação de uma CDC. Dotada de fronteiras flexíveis e/ou expansíveis, a CDC vai ao encontro da antiga ambição imperial de ordenar o Mundo em função dos interesses

chineses (Pornet, 2020). Dito isto, nesta secção analisaremos a forma como a FRC serve de utensílio para a China alcançar a tal visão central que tem de si na História (Montenegro, 2019; Gaspar, 2020).

O facto de a China ter lançado a FRC na periferia, mais propriamente no Cazaquistão, mostra a importância que a periferia tem para a China. A China compreende o que outras grandes potências já tinham percebido, que se não começar por ter uma preponderância regional dificilmente poderá ambicionar à hegemonia global (Duarte, 2014). Por isso, a periferia é a primeira tentativa natural de Pequim para exercer a hegemonia e materializar a CDC.

A CDC faz parte de uma visão anterior a Xi Jinping anunciada pelo seu antecessor Hu Jintao, que se insere no desenvolvimento harmonioso da China (Hu, 2005). A essência teórica da CDC baseia-se em princípios nobres como igualdade, equidade, justiça entre países, contribuições conjuntas e benefícios partilhados<sup>49</sup>(Ha, 2019) Contudo, na prática encontram-se nela elementos neorrealistas subjacentes aos desígnios chineses. A tentativa de reformular o sistema de pendor ocidental, que em muitos aspetos já não acomoda a reemergência chinesa, leva a Pequim a servir-se da narrativa *win-win*(MFA, 2016a) e da CDC (MFA, 2021) para forjar um sistema alternativo capaz de ajudar a satisfazer os seus interesses. Assim, a FRC e os instrumentos que a sustentam, como o BAI e o próprio 5G, são algumas das ferramentas de que Pequim se serve na ótica neorrealista para construir o tal sistema alternativo à hegemonia do Ocidente que deixou de apoiar a reemergência chinesa.

Sendo a CDC um conceito abstrato e vago, onde a China se visualiza no centro, a questão que se levanta é a de conhecer os contornos e sua esfera de alcance. Neste sentido, em virtude da sua vizinhança, os países que partilham laços históricos, económicos e culturais face à China podem ser considerados o primeiro círculo concêntrico de tentativa de materialização da CDC. Assim, o principal círculo que vamos analisar integra a periferia imediata da China composta por catorze países que partilham fronteiras terrestre e seis países com fronteiras marítimas<sup>50</sup> (Stokes, 2020). Por conseguinte, a menção a uma CDC

---

<sup>49</sup> Declarações políticas no âmbito da 70ª Assembleia Geral da ONU (setembro de 2015), no Fórum Económico Mundial de Davos (janeiro de 2017), na Cimeira inaugural do Cinturão e Estradas (maio de 2017) e no 19º Congresso do Partido (outubro de 2017) (Ha,2019).

<sup>50</sup> Fronteira terrestre com Afeganistão, Butão, Mianmar, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Laos, Mongólia, Nepal, Coreia do Norte, Paquistão, Rússia, Tajiquistão e Vietname. Fronteira marítima com Brunei, Indonésia, Japão, Malásia, Filipinas e Coreia do Sul (Stokes, 2020).

é mais pronunciada em relação aos países mais próximos, incluindo os do Sudeste Asiático. Com efeito, a China não tem poupado esforços para consolidar as relações regionais, através de ferramentas diplomáticas, quer por via bilateral como multilateral, junto dos países da ASEAN (Xinhua, 2021b).

No entanto, para a China a sua periferia é um conceito mais vasto, que se estende para além dos países adjacentes. Neste sentido, a China procura formar outros círculos constituídos por países que gravitem sob a sua influência (Gaspar, 2020). Nesta secção prestaremos especial atenção à constituição de alicerces para a formação de uma CDC disseminada pelos vários pontos do globo. Contudo, não nos limitaremos a investigar os círculos de influência com maior propensão para constituírem a CDC, como a aliança Sul-Sul. Ao invés, as tentativas menos óbvias e que revelam menor adesão por parte dos países que a constituem expõem a ambição de Pequim em estender a sua influência em terrenos geopolíticos dominados pelo Ocidente. Nesse sentido, a análise da cooperação entre a China e os países da Europa Central e Oriental (ECO), conhecida como o 16+1 é importante não pelo estado atual de coesão entre os diversos países, mas para apreciar os obstáculos à edificação da CDC. Nesta linha de entendimento, serão também avaliadas as tentativas de Pequim de se posicionar nas regiões polares do Ártico e na Antártida como corolário de domínio de uma superpotência em construção.

### **3.2.1. A importância da periferia e da ASEAN para a construção da CDC**

A crise financeira de 2008 operou uma transformação qualitativa do conceito de CDC, especialmente na Ásia, face à suscetibilidade dos modelos económicos e de governança ocidentais baseados no capitalismo. Com efeito, o modelo económico chinês tem-se afirmado como alternativa face àqueles. Neste sentido, Xi Jinping tem pugnado por uma diplomacia periférica mais ativa desde 2013, quando ocorreu a Conferência *Peripheral Diplomacy Work* (China usfocus, 2013). Como já foi referido, Xi Jinping tem priorizado as relações diplomáticas com os seus vizinhos da periferia, de modo a investir numa base sólida com vista à expansão de uma CDC mais ampla (MFA, 2020b). Dito de outro modo, o sucesso da CDC a nível mundial depende, acima de tudo, do seu êxito a nível regional (Mastro, 2019).

A energia da projeção desta comunidade regional é conseguida através da FRC como instrumento da nova política externa chinesa. Assim, a FRC é a força que coloca a

China em estreito contacto não só com uma periferia mais imediata, mas também em locais geograficamente mais distantes. Importa realçar que a estratégia económica da China na Ásia não pode ser dissociada da sua estratégia política ou de segurança. Os benefícios comerciais decorrentes de acordos bilaterais com os países vizinhos, não raras vezes têm como contrapartida o alinhamento com Pequim, em questões políticas (Hortan, 2020). Com efeito, os investimentos da FRC, por via do BAI, aumentaram a influência financeira da China no plano internacional, especialmente, no sul e sudeste asiático. Neste seguimento, passamos a analisar os três grandes motivos que influem na coesão da comunidade regional, que são a segurança, o crescimento económico e a influência política (Kong Xuanyou, 2015; Stokes, 2020).

Em primeiro lugar, esta comunidade visa satisfazer necessidades de segurança doméstica chinesa, nomeadamente manter a integridade do território chinês. Por este motivo, a China usa como narrativa a FRC para criar uma CDC integrando, também, estados com os quais está em litígio fronteiriço. Por conseguinte, a periferia é essencial para preservar a segurança nacional, principalmente na luta contra o separatismo, independentismo e terrorismo (Swaine, 2018; Stokes, 2020). Em segundo lugar, a formação desta comunidade regional permite a expansão económica imprescindível à estabilidade interna da China. Deste modo, Pequim tem vindo a reavivar o período áureo da Rota da Seda através da construção de infraestruturas físicas, mas juntando a contemporaneidade da criação de redes tecnológicas para impulsionar o comércio regional. O acesso ao mercado interno chinês constitui, igualmente, um atrativo para fomentar a coesão periférica e, em contrapartida, permite a Pequim usufruir dos mercados asiáticos. A terceira razão, que tem persistido desde 1990, visa serenar os países vizinhos quanto à ameaça causada pelo aumento do poder da China. Com efeito, a necessidade de apaziguar a periferia é cada vez mais relevante face ao crescimento económico da China, mas também em consequência das medidas assertivas assumidas por Pequim nos mares da China meridional e oriental. A projeção da China na sua periferia, também visa neutralizar possíveis alianças dos EUA na Ásia (Swaine, 2018; Xinhua, 2019a). Ao mesmo tempo que a China procura conter as ambições dos EUA na esfera asiática, Pequim também tem interesse em competir por influência na região, com outros países asiáticos, tais como Rússia, Japão e Índia (Yoshikazu, 2019; Stokes, 2020).

Pequim tem sido particularmente bem-sucedido no reatar das relações com Moscovo, não obstante a rivalidade que caracterizou o período da Guerra Fria. No entanto,

o alinhamento estratégico com a Rússia tem beneficiado de fatores exógenos que derivam do afastamento de Putin face ao Ocidente acentuado, sobretudo, pela atual guerra com a Ucrânia (Euronews, 2019a; 2022b). Um dos eixos centrais da ligação da China à Rússia resulta da necessidade de Pequim combater a vulnerabilidade energética e simultaneamente da tentativa de construir um mundo menos polarizado no Ocidente e com mais espaço para países emergentes. Com efeito, a parceria sino-russa tem fomentado, corredores alternativos para o trânsito do petróleo face à tradicional passagem pelo estreito de Malaca (Murray e Keifer, 2022). Rússia e China também fazem parte da Organização de Cooperação de Xangai (OCX)<sup>51</sup>. Do ponto de vista neorrealista, a OCX é reflexo da tentativa revisionista da China (juntamente com outros países) em reformular a visão estabelecida do sistema marcadamente ocidentalizado (Letwin, 2021; Pautasso e Nogara, 2021). No entanto, note-se, que em vez de espelhar uma visão anti-ocidental a OCX reflete uma essência não ocidental.

Apesar de a relação sino-japonesa ser pautada por episódios conflituais ao longo de séculos, desde 2015 tem-se verificado uma aproximação entre Pequim e Tóquio, essencialmente por via da cooperação económica. Contudo, esta aproximação económica tem sido marcada por disputas territoriais que têm gerado tensão a nível bilateral (Hortan, 2020). Por este motivo, a aproximação económica na sua origem possui, igualmente, um carácter geopolítico visível na tentativa de a China impedir que o Japão forme parcerias regionais fortes.

A Índia tem sido o país mais resistente na formação de uma comunidade asiática de destino comum. Por outro lado, esta oposição é ainda agudizada pelo facto de os investimentos da FRC beneficiarem um rival da Índia que é o Paquistão (Hortan, 2020). Acrescem problemas fronteiriços entre a Índia e a China, no planalto Doklam, no Tibete, bem como desequilíbrios comerciais persistentes entre ambas (Letwin, 2021). No entanto, Nova Deli não se absteve de participar, como membro efetivo, em organizações regionais como a OCX, o BAI e o Banco de Desenvolvimento da China. Na ótica neorrealista, tal deve-se ao facto de os estados, como no caso da Índia, mesmo

---

<sup>51</sup> A OCX foi fundada a partir do antigo grupo dos Cinco de Xangai criado em 1996. Atualmente é composta por nove membros (China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, desde 2001; Índia e Paquistão a partir de 2017; e o Irão, a partir de 2021). Esta organização integra, também, três países observadores (Afeganistão, Bielorrússia e Mongólia) e nove parceiros de diálogo (Azerbaijão, Armênia, Camboja, Nepal, Turquia, Sri Lanka, Arábia Saudita, Egito e Qatar) (Pautasso e Nogara, 2021)

pertencendo a sistemas ideológicos diferentes, poderem obter vantagens em colaborar com outras instituições dentro de um sistema internacional alternativo ao modelo Ocidental.

Estabelecidos os princípios gerais da coexistência da China com outras potências regionais, importa analisar a coesão com outros países que formam a sua periferia. Neste sentido, a ajuda económica chinesa é particularmente dirigida a governos não liberais dentro da sua periferia (Shahbaz, 2018; Stokes, 2020). Assim, uma das vantagens que Pequim oferece é a possibilidade de países não democráticos, como a Coreia do Norte e países centro-asiáticos, de acelerarem o seu desenvolvimento, sem se submeterem ao condicionalismo inerente ao Consenso de Washington (Mendes, 2020; Repucci, 2020; Diário de Notícias, 2022b). O apoio económico dado pela China através OCX afigura-se um instrumento crucial para diminuir a instabilidade interna nestes países (Stokes, 2020).

Por via da diplomacia Pequim procura obter maior apoio junto dos países que constituem a sua periferia. Ilustrativo a este respeito é o esforço diplomático de Pequim a nível do multilateralismo regional, que se manifesta entre outros aspetos, em encontros trilaterais, como sejam China-Coreia do Sul-Japão; Rússia-Índia-China; ou ainda China-Mongólia-Rússia (Stokes, 2020). Por meio da Cooperação Lancang-Mekong, Pequim também procura envolver os cinco países do rio Mekong: Camboja, Laos, Myanmar, Tailândia e Vietname (Portuguese China, 2017; Xinhua, 2022a). Importa salientar que a diplomacia periférica seguida por Pequim visa reativar o antigo conceito de *tianxia*, que outrora estava presente na antiga Rota da Seda chinesa. Neste sentido, a relação entre os diversos países está disposta segundo uma ordem hierárquica em que os pequenos respeitam os grandes, e os grandes toleram os pequenos (Ha, 2019). Por conseguinte, a China tem revisitado a filosofia confucionista na articulação e desenho da sua política externa. Contudo, os sinais de desarmonia são combatidos por Pequim por meio de uma diplomacia económica (Walker e Ludwig, 2017; Cathcart, 2020).

Com base nas lentes neorrealistas, os estados podem exercer manifestação de poder para preservar a sua hegemonia (Walt, 1987). A lógica neorrealista de contenção de ameaças justifica parcialmente a interação entre a China e a ASEAN. A manutenção do *status quo* de uma China forte no seio da ASEAN justifica-se, de acordo com o neorrealismo ofensivo, pela maximização do seu poder (Mearsheimer, 2001). A interação da China e dos estados da ASEAN assenta nos laços geográficos, históricos e económicos. A China é o

maior parceiro comercial da ASEAN desde 2010 (Mendes, 2019), superando atualmente os valores comerciais resultantes das transações com a UE e os EUA (Xinhua, 2021a). Por conseguinte, a ASEAN ocupa um lugar primordial na implementação da CCD. Com efeito, é premente criar ideais e responsabilidades comuns entre a China e os países da ASEAN (Xinhua, 2018c). Tal circunstância leva Pequim a persuadir os membros da ASEAN a respeitarem os interesses da China (Ha, 2019). Por esse facto, recompensa os países que seguem a sua linha oficial, e pune aqueles que põem em causa a sua soberania (Wang e Tiang, 2017; Harrell et al., 2018), servindo-se do seu prevaemente poder económico na região.

Contudo, existe um entendimento na literatura de que as relações entre a China e os países da ASEAN estão minadas pela desconfiança (Ha, 2019; Hortan, 2020; Lee, 2022). Refira-se a título de exemplo as questões em torno do Mar do Sul China que afetam negativamente as relações entre a China e a ASEAN. Tal tem-se manifestado no ceticismo de vários vizinhos da China, que na ausência de uma armada forte se voltam para a proteção dos EUA (Stokes, 2020). Com a Administração Biden, os EUA redefiniram a sua estratégia de segurança nacional, não vendo a Rússia como a única ameaça, mas cada vez mais a China constituindo um desafio económico, militar, científico e tecnológico à supremacia dos EUA (The White House, 2022a). Por este facto, Washington tem vindo a priorizar a Ásia-Pacífico, na contenção da China (Hortan, 2020; Letwin, 2021). Assim, a contenção dos EUA face à China enfraquece a tentativa de reforço da influência chinesa (Pimenta, 2014).

De acordo com os pressupostos neorrealistas de Mearsheimer (2013), a sobrevivência é um dos objetivos principais dos estados. Tal explica que num sistema anárquico onde os estados não têm amigos nem inimigos, apenas interesses permanentes, vários países da ASEAN pretendam beneficiar da capacidade económica e tecnológica disponibilizada pela China. Na comemoração do 30<sup>o</sup> aniversário do estabelecimento das relações de diálogo entre a China e a ASEAN, o então ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi apelou à união. Para o efeito, Wang Yi realçou o caminho percorrido entre a China e estes estados, e principalmente a colaboração no combate da pandemia do Covid-19<sup>52</sup>(China-embassy, 2021).

---

<sup>52</sup> Colaboração no fornecimento de suprimentos médicos e vacinas que ascenderam a 190 milhões de doses distribuídas pelos 10 países da ASEAN (China-embassy, 2021).

Não obstante os esforços envidados pela China com vista à cooperação, na realidade a instabilidade causada pela pandemia veio destacar a essência neorrealista do comportamento chinês. Com efeito, mais que cooperar a China está a criar uma armadilha a médio e longo prazo que se manifesta, nomeadamente no sobreendividamento dos países da ASEAN (BBC, 2022). Dito de outro modo, a instabilidade económica e política enfraquece a retórica da cooperação se Pequim exigir o cumprimento dos pagamentos referentes aos financiamentos concedidos (Kai, 2022).

Concluindo, a formação do círculo concêntrico de maior relevância para a ambição da China construir uma CDC, apresenta diversas fragilidades decorrentes da desconfiança dos países da ASEAN na China, o que estimula alianças militares com os EUA (Letwin, 2021). Esta nova realidade tem potencial para refrear tendências revisionistas de Pequim e acomodar um *status quo* que promova a confiança na sua periferia.

Na próxima secção prestaremos especial atenção à cooperação entre a China e os países da Europa Central e Oriental (ECO), conhecida até 21 de maio de 2021 como a plataforma 17+1. Contudo, este grupo de cooperação voltou ao formato inicial de 16+1 no seguimento da saída da Lituânia (Jornal de Notícias, 2021).

### **3.2.2. O papel da plataforma (16+1) na construção da CDC**

Esta plataforma criada em abril de 2012 em Varsóvia, inicialmente incluía 16 países<sup>53</sup> para além da China (Richet, 2018; Vadell e Staiano, 2020). Desde abril de 2019, que os objetivos predominantemente económicos deram lugar a ambições políticas e normativas (Szcudlik, 2020). Neste sentido, a adesão da Grécia alterou a configuração do bloco para 17+1, coincidindo com a mudança na visão estratégica da política externa da China implementada por Xi Jinping (Da Silva, 2021).

Este formato de diálogo é exemplo de uma aposta da China na criação de um multilateralismo seletivo de características chinesas<sup>54</sup> (Liu, 2017; Huang e Liu, 2018; Mierzejewski, 2018; Duarte, 2019; Xi, 2021). Efetivamente, a importância deste círculo além de económica é também política, em virtude de explorar as diferenças dentro da UE

---

<sup>53</sup> Inclui Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Checa, Estónia, Hungria, Macedónia, Montenegro, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Sérvia, Eslováquia e Eslovénia (Vadell e Staiano, 2020)

<sup>54</sup> Este tipo de multilateralismo significa que os membros de uma organização partilham uma base comum sobre questões internacionais selecionadas e trabalhadas em conjunto de três ou mais países (Keohane, 1990).

e em particular as características deste grupo de países, para melhor fazer valer os interesses da China (Vadell e Staiano, 2020). Dito de outra forma, Pequim tenta alargar a *tianxia* a países distantes da China, mas que têm um passado socialista em comum (Szcudlik, 2020). À semelhança da Aliança Sul-Sul, Pequim procura juntar países que de algum modo se considerem preteridos na ordem global liderada pelo Ocidente (*ibidem*). Todos os países que integram a plataforma 16+1 são novos membros da UE ou aspiram à adesão nesta organização, pese embora marcados por diferentes ritmos de desenvolvimento face aos demais (Vadell e Staiano, 2020). Uma outra característica prende-se com a flexibilidade com que a China tem conseguido agregar estes países, o que é indutor de três subcírculos. Assim, o Grupo Visegrad<sup>55</sup>, favorece o comércio e investimento. Por sua vez, um segundo grupo composto pelos estados Bálticos<sup>56</sup> tem privilegiado a criação de infraestruturas. Por fim, um terceiro grupo composto pelos estados das Balcãs<sup>57</sup> complementam a cooperação marítima na ligação terrestre da Ásia com a Europa, nomeadamente através de uma linha férrea idealizada pela China que se estenderá entre Piréu na Grécia até Budapeste na Hungria (Huang e Liu, 2017). No entanto, o grupo não se considera fechado, pelo que Pequim afirma que qualquer país interessado pode aderir a esta iniciativa de multilateralismo chinês. Deste modo, a possibilidade de integrar novos membros na Europa, tal como aconteceu mais recentemente com a Grécia, contribui expor alguma fragilidade na coesão da UE, o que proporciona à China maior protagonismo (Szcudlik, 2019; 2020).

O círculo inicial composto por 16 países foi formado após a crise financeira global de 2008, com o intuito de diversificar os mercados e ajudar a escoar os produtos chineses (Vadell e Staiano, 2020). Esta situação permitiu que a China prestasse mais atenção a este grupo de países, o qual é suscetível de absorver a capacidade excedentária da indústria de construção chinesa. A sua localização na Europa serve os intentos da FRC que passam, entre outros aspetos, pela criação de redes ferroviárias, rodoviárias e portos para melhor ligar a China à Europa Ocidental (Turcsányi, 2020).

Pequim aproveitou o facto de o círculo formado pelos países da Europa de Leste e Central ainda não estarem plenamente integrado nas instituições ocidentais. Com efeito,

---

<sup>55</sup> Polónia, República Checa, Eslováquia e a Hungria (Huang e Liu, 2018).

<sup>56</sup> Grupo inicialmente composto Estónia, Letónia e Lituânia (Huang e Liu, 2018).

<sup>57</sup> Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Macedónia, Montenegro, Roménia, Sérvia, Eslovénia e Grécia (Huang e Liu, 2018).

esta adaptação incipiente facilitou uma abordagem não ocidental. À semelhança da cooperação Sul-Sul, a China constitui-se como porta-voz dos que se sentem marginalizados pelo sistema internacional criado e dominado pelos países ocidentais (Kowalski, 2017; Vadell e Staiano, 2020). Pequim busca outra vantagem em estabelecer relações com este círculo de países que passa pela aceitação, dentro da UE, das posições chinesas. Na prática, a postura colaborante da China junto dos membros da plataforma que simultaneamente fazem parte da UE atenua a posição de competidor (Szcudlik, 2020).

Pese embora a plataforma 16+1 seja um claro exemplo de sofisticação da China no multilateralismo, o que Pequim tem vindo a produzir nesta plataforma revela-se de eficácia discutível (Brínsã, 2021). Com efeito, de entre os vários países que integram esta plataforma somente a China conseguiu aumentar a sua quota de exportações. Mesmo as linhas de crédito disponibilizadas por Pequim com elevadas taxas de juro e com garantias soberanas não foram significativamente utilizadas, por transferirem o risco para o país beneficiário. Como consequência, nesta plataforma os investimentos chineses baseados em empréstimos para a construção de infraestruturas<sup>58</sup> estão a ser implementados principalmente nos países que não são membros da UE e que por isso não têm acesso a fundos europeus (Szcudlik, 2020). A China tem interesse em investir em portos para dispor, assim, de um acesso facilitado a um vasto mercado europeu. Ilustrativo a este respeito é a participação maioritária da Ocean Shipping Company da China no porto do Pireu, na Grécia (Xinhua, 2019b). Outros portos de relevo na plataforma 16+1 são Rijeka na Croácia e Bar no Montenegro. Contudo, a maior parte do investimento chinês a eles afeto não foi concretizada.

Concluindo, o formato da plataforma 16+1 tem vindo a assumir contornos mais políticos do que propriamente económicos para a China. Por este facto, a oscilação do número de países evidencia as fragilidades da organização. A entrada da Grécia em 2019 formando a plataforma 17+1, reforçou o formato inicial de 16+1 (Liu, 2019; Szcudlik,

---

<sup>58</sup> No Montenegro as linhas de crédito chinesas permitiram a construção do corredor europeu de auto-estradas para a Sérvia, sendo que na Bósnia e Herzegovina foi construída a ponte Pocitelj. Também, por via do crédito chinês a Sérvia construiu a central térmica de Kostolac e a ponte sobre o Danúbio. A Sérvia tem também planos de reconstrução de auto-estradas e caminhos-de-ferro, para além de minas de ouro e cobre. A Macedónia e a Albânia recorreram às linhas de crédito chinesas para reforçar a sua rede de auto-estradas. Na Albânia a empresa China Everbright Limited é a concessionária do Aeroporto Internacional de Tirana até 2027 (Szcudlik, 2020; Choice, 2022)

2020). Contudo, a Grécia detinha, desde 2016, o estatuto de membro observador na plataforma como consequência da cooperação dos dois países na iniciativa FRC, através do porto de Pireu<sup>59</sup> (Xinhua, 2016c). Importa salientar que a inclusão da Grécia, um país que representa uma grande civilização como a chinesa, reforça a narrativa inerente à FRC<sup>60</sup> (Liu, 2019).

As incursões da China na Europa, por via dos países da plataforma 16+1, tem provocado apreensão em Bruxelas, face à crescente influência de Pequim na UE (Da Silva, 2022a). Todavia, a UE sob a presidência alemã em 2020 criou o formato 27+1 que teve o intuito de transmitir uma mensagem política. Esta mensagem traduziu-se na necessidade de os países da UE estabelecerem em conjunto diálogo com a China de modo a proteger os seus interesses comuns. Analisados os factos, os apoios que Pequim tem conquistado na plataforma 16+1, como o da Sérvia, pelo auxílio chinês no período da pandemia (CGTN, 2020), não podem ser considerados suficientes para sustentarem uma CDC dentro da Europa (Szcudlik, 2020). Com efeito, estes países têm dificuldade de aceitar, na atualidade, a lógica preconizada por Pequim de relações *win-win* com um misto de pressão exercida para que os membros se abstenham de estreitar laços com Taiwan (Karásková et al, 2018). Esta foi a razão que afastou a Lituânia da plataforma 17+1. Efetivamente, Pequim não aceitou que Taipé abrisse embaixada em Vilnius. Como retaliação, o governo chinês reduziu as relações diplomáticas com a Lituânia (Euronews, 2021b, Da Silva, 2022b). Simultaneamente, a ambição global da China, em conflito crescente com os EUA, tem gerado tensões geopolíticas no seio da Europa que se repercutem no âmbito da plataforma 16+1 (Da Silva, 2022a).

Na próxima secção vamos analisar a cooperação Sul-Sul que se encontra na génese da formação de outro círculo concêntrico importante que abarca o hemisfério Sul onde a China se apresenta como porta-voz dos países em desenvolvimento. Limitaremos este estudo à influência exercida pela China em África e América Latina, dado que a Ásia já foi abordada na secção anterior.

---

<sup>59</sup> Acordo tornado público na visita do primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras à China em 2016 (MFA, 2016b)

<sup>60</sup> A Grécia anunciou oficialmente a sua vontade de aceder ao formato antes da Cimeira de Sófia, em 2018. A integração foi assumida apenas em abril de 2019, na cimeira de Dubrovnik, na Croácia (Szcudlik, 2020).

### 3.2.3. Cooperação Sul-Sul

Em primeiro lugar importa entender o que é a cooperação Sul-Sul e como se formou, dada a sua relevância para o tema desta investigação. A cooperação surge da interação dos países do Sul Global<sup>61</sup> que procuram, por este meio, repor a relação de forças que tem sido tradicionalmente desigual face aos países do Norte Global. Contudo, a cooperação Sul-Sul resultou do próprio reconhecimento dos EUA<sup>62</sup>, que defenderam a necessidade de os países subdesenvolvidos evoluírem para o desenvolvimento, fazendo surgir uma nova categoria de países “em desenvolvimento” (Truman, 1949). Esta consciencialização permitiu que os países “em desenvolvimento” do Sul, por via da cooperação, evitassem que o seu desenvolvimento continuasse a depender exclusivamente do Norte desenvolvido. Na origem da cooperação Sul-Sul está a conferência Afro-Asiática de 1955 (chamada “Conferência de Bandung”) (Amin, 2015; Santos, 2017; Da Silva 2021) e o Movimento de Países Não-Alinhados, em 1961.

Numa primeira fase, o diálogo Sul-Sul foi encetado entre Pequim e os movimentos africanos de libertação (Jafar, 2021). Com efeito, a oposição ao colonialismo ocidental, justificada pela memória dos Tratados Desiguais, levou a que China se sentisse vítima do Ocidente (Mendes, 2020). Assim, desde a Conferência de Bandung que a China se tem aproximado deste grupo enunciando os princípios que sustentavam a cooperação com África. Esta cooperação baseia-se no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e benefícios mútuos. Fruto da abertura ao Ocidente, o fim da Guerra Fria, veio permitir um novo envolvimento da China em África (Da Silva e Varela, 2020). Esta nova etapa de cooperação tem privilegiado sobretudo a esfera económica, pela necessidade de obter recursos que viabilizem o crescimento exponencial chinês, numa estratégia *Going Out* (Duarte, 2019, Da Silva e Varela, 2020; Jafar, 2021). Contudo, não foi só a busca de novas matérias-primas e de mercados que reativou uma cooperação da China com os países do Sul Global. De facto, a afinidade deste grupo de países continua a cimentar-se no descontentamento por si sentido face aos países desenvolvidos do Norte (Houtart, 2016; Mendes 2020). Nem mesmo a cooperação dos países do Norte para o desenvolvimento dos países do Sul tem

---

<sup>61</sup> Abarca o conjunto de países “subdesenvolvidos”, do “terceiro mundo”, “não-alinhados” e “periféricos” (Hurrel, 2013).

<sup>62</sup> Reconhecimento por parte do presidente norte-americano Harry Truman, em 1949.

sido considerada como aceitável por estes últimos. Assim, a cooperação limitada por condições impostas pelas instituições que formam o Consenso de Washington, liderado pelo Ocidente, agravou o sentimento generalizado de discriminação dos países do Sul-Global. Deste modo, o Consenso de Pequim que se tem apresentado como uma alternativa ao Consenso de Washington, fortalece a relação da China com o Sul-Global (Caixeta, 2022). A insatisfação dos países do Sul agravou-se com as crises económicas e segurança que têm fustigado os EUA e o Ocidente, o que tem proporcionado à China maior influência no mundo. Um olhar neorrealista leva-nos a concluir que Pequim soube aproveitar os momentos estratégicos para agregar aliados e reforçar o sentimento de opressão que o Ocidente induz sobretudo nos países subdesenvolvidos. Assim, a China tem fortalecido a sua influência na política internacional, baseando-se num discurso de harmonia e expondo uma alternativa chinesa para a governação global, que tem sido, até hoje, na sua perspetiva demasiado ocidentalizada (Kupchan, 2014; Duarte, 2017; Paulino, 2019).

O reforço do comércio e do investimento na América Latina e, principalmente, em África decorrentes da implementação da FRC, consolidam a cooperação Sul-Sul. No entanto, o contributo dos países do Sul extravasa a esfera económica, na medida em que estes países apoiam politicamente as posições da China no âmbito da ONU. Com efeito, a pressão do círculo formado pelo Sul-Global, maioritário em termos de votos, tem operado mudanças na agenda global daquela organização. A política de uma só China tem sido promovida por Pequim junto das instituições internacionais. Contudo, a força deste conjunto de países tem também permitido à China contestar junto da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, direitos universais que alicerçam os valores ocidentais. A China defende que o direito ao desenvolvimento dos povos não pode estar condicionado pela defesa dos direitos humanos (Heijmans e Putten, 2018; Letwin, 2021). Para Pequim os direitos humanos são assuntos internos de um país que não devem ser escrutinados pela comunidade internacional. Com base neste discurso, a China tenta liberar-se do sistema de valores ocidentais que constituem um desafio ao PCC. Dito de outro modo, a China tem procurado uma alternativa ao sistema de *Bretton Woods* (que reflete a visão Ocidental das RI) que proporcione o desenvolvimento através de uma opção mais cativante para o resto do mundo, particularmente para os países do Sul Global (Flint e Xiaotong, 2019). Assim, a FRC constitui a alavanca para a propagação dessa prosperidade de característica chinesas (China Daily, 2019), ao mesmo tempo, que a China grangeia o

reconhecimento indispensável à uma eventual liderança de uma nova ordem mundial (Rolland, 2020a). Juntamente com o direito ao desenvolvimento, Pequim tem promovido o conceito de CDC junto da Nações Unidas e conseguindo a adesão de um grande número de países (Mações, 2018).

Para o neorrealismo Pequim tem procurado fazer uso do descontentamento do Sul-Global utilizando instituições construídas pelo Ocidente para introduzir, através do voto, ideias assentes no modelo alternativo de desenvolvimento chinês, com potencial para moldar uma nova ordem mundial. Assim, a narrativa da CDC ajusta-se a esta pretensão hegemónica (Rolland, 2020a).

Contudo, uma posição mais cética entre os países do Sul pode comprometer a coesão deste círculo de países no seu apoio a Pequim. A cooperação chinesa *win-win* não esconde o descontentamento de alguns países do hemisfério Sul relativamente às práticas comerciais utilizadas pela China. Refira-se, a título de exemplo, o facto de as exportações chinesas enfraquecerem a indústria local e agravarem a balança comercial destes países (Chellaney, 2017). Por outro lado, a exploração de recursos naturais em África e na América Latina constitui outra prática considerada cada vez mais abusiva, por criar problemas ambientais e de sustentabilidade. Este modo de atuar não distingue a China de outras antigas potências colonialistas do Norte, o que enfraquece a sua posição de porta-voz dos países do Sul Global (Páes, 2019; Jafar, 2021).

No entanto, Pequim tem-se empenhado em fomentar o multilateralismo para concertar posições entre os países do Sul Global. O apoio, por esta via, aos países emergentes tem latente o objetivo de transformar o sistema internacional. Com efeito, o reforço do processo de desenvolvimento dos países do Sul permite criar os alicerces para combater a unipolaridade dos EUA (Homerin, 2003; Gladun, 2018; Paiva 2022). Ao mesmo tempo, Pequim cria condições para reforçar a sua posição de liderança numa nova ordem internacional em construção, sustentada pelo apoio dos países do Sul. Ilustrativa desta união surgiu em 2008 os BRICS composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esta organização, que representa os países emergentes posicionou-se na ordem internacional com as suas instituições financeiras, tais como o Novo Banco de Desenvolvimento com sede em Xangai. Não obstante, as dúvidas que surgem em alguns países do círculo do Sul sobre os intentos geopolíticos da China no século XXI, a relação entre a China e os países em desenvolvimento do hemisfério sul tem beneficiado da

interação entre os vários membros dos BRICS. Refira-se a título elucidativo a cooperação dos BRICS no combate à pobreza (Acioly, 2019), que expõe ao mesmo tempo a incapacidade do Ocidente e das suas instituições (como o Banco Mundial) para combater este problema global.

Uma potência em ascensão como a China busca influência em todos os continentes, mesmo os mais remotos. É o caso das regiões polares. Não obstante a incursão chinesa nas zonas glaciares se fazer paulatinamente, como analisaremos na próxima secção, esta ambição evidencia as intenções de Pequim em marcar território fora dos círculos mais recetivos à sua reemergência.

### **3.2.4. Regiões Polares**

A formação de círculos de influência junto das regiões polares é movida, na sua génese, por interesses económicos, à semelhança dos outros círculos concêntricos que temos vindo a analisar. O facto de ser o país mais populoso do mundo tem levado a China a procurar mais recursos bem como a diversificar as fontes de aprovisionamento. Por conseguinte, as regiões polares poderão colmatar, numa perspetiva de longo prazo, a necessidade de matérias-primas, recursos energéticos e inclusive alimentares. Não obstante, os vários tratados proibirem, até ao presente, a exploração energética e outros recursos nas regiões polares, analisaremos o posicionamento da China para colher no futuro as riquezas naturais destes territórios. Dito isto, o comportamento que a China adota no Ártico é diferente da postura que exhibe na Antártida, condicionado pelas especificidades de cada uma das regiões. O Ártico é governado pelo chamado Conselho do Ártico no qual são membros os oito estados do Ártico (Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia), incluindo também organizações de povos indígenas, com estatuto permanente e estados, que não sendo do Ártico, obtiveram o estatuto de membro-observador, como a China (Conselho do Ártico, 2015; Brady, 2017). No caso da Antártida, por não existirem estados litorais, a China tem beneficiado de uma maior margem de manobra do que no Ártico.

Não sendo um país litoral do Ártico, ao contrário dos estados acima mencionados, a China tem vindo a procurar um maior envolvimento na região. Refira-se a título de exemplo, a iniciativa reportada a 2004 de construção de uma estação polar na região

(Yellow River) (Dams et al, 2020). Apesar de não ser uma região do litoral do Ártico, a China acredita que tem, contudo, direito a pelo menos um quinto das suas riquezas proporcionalmente à percentagem da população mundial que possui (Avdaliani, 2021; Doshi, 2021). Contudo, foi a narrativa de um país responsável e respeitador da soberania dos estados do Conselho do Ártico, que viabilizou, desde 2013, a sua participação nesta organização, enquanto membro-observador. Este estatuto confere-lhe maior legitimidade para se posicionar paulatinamente na região. Por sua vez, a construção de corredores comerciais no Ártico (a chamada Rota da Seda Polar), enquadra-se no propósito logístico da FRC de ligar a China a todo o planeta. O aproveitamento do Ártico pela China tem igualmente a intenção de encurtar sazonalmente (no verão) a distância que vai da China à Europa<sup>63</sup> em cerca de duas semanas (Duarte, 2017; State Council of the People's RPC, 2018). Desta feita, a chamada a rota Marítima do Norte constitui-se como como via complementar aos Oceanos Índico e Pacífico. O célere degelo causado pelas alterações climáticas tem, de facto, proporcionado essa oportunidade sazonal de travessia do Ártico, encurtando a distância entre o Oriente e o Ocidente. Mesmo que a transitabilidade não seja muito relevante no presente, ela constitui uma alternativa que, no futuro, pode ser mais rentável.

Aqui chegados, de acordo com o neorealismo, constatamos que a Rota da Seda Polar proporciona à China uma dinâmica própria com vista a consolidar a sua presença no Polo Norte. Para o efeito, a China tem explorado as relações bilaterais com os países nórdicos. A título de exemplo, a China posicionou no Ártico sueco a primeira estação terrestre de receção de satélite contruída no exterior (Xinhua, 2016d). Esta situação permite maior rapidez de acesso à informação que os satélites disponibilizam, dado que estes transitam com mais frequência à volta da terra no Ártico<sup>64</sup>. De um modo geral, as relações da China com os países nórdicos e com o Canadá são cordiais, como atesta o fortalecimento das relações diplomáticas entre Pequim e estes países. Neste seguimento, têm sido estabelecidos acordos para a exploração de recursos (como os Metais de Terra Rara e Urânio na Gronelândia), construção de infraestruturas complementares da FRC e exploração científica (Feal, 2022). Não obstante o bom entendimento entre a China e estes

---

<sup>63</sup> Passagem do Nordeste, através do Oceano Pacífico ligando a Rússia e Noruega; Através Oceano Pacífico passando pelo Norte do Canadá e Alasca; Rota Marítima Transpolar, através do Polo Norte; Rota do Mar do Norte, através da Rússia, desde o Estreito de Bering até ao Mar de Kara; Ponte do Ártico liga a Rússia ao Canadá (Duarte, 2017)

<sup>64</sup> Estação de satélite em Kiruna (Xinhua, 2016d)

países, a diferença de valores que os separa fazem com que eles não tenham, até hoje, aderido formalmente à FRC, em grande parte fruto da pressão geopolítica dos EUA. No entanto, não se verifica uma rejeição relativamente ao projeto chinês. A presença da China no Ártico começa a gerar preocupações geopolíticas como foi o caso da Gronelândia na administração Trump que a pretendeu comprar em 2019 (Expresso, 2019). Escamoteada na narrativa de que o comércio é fonte de paz, a presença da China como observador no Conselho do Ártico, tem-lhe permitido posicionar-se na Gronelândia, já que esta necessita dos subsídios anuais provenientes de Copenhaga. Tal é suscetível de contribuir para que a China seja o ator extra-regional capaz de permitir a autonomia financeira e, por conseguinte, independência da Gronelândia face à Dinamarca (Duarte, 2017; BBC, 2018).

Se, no Pólo Norte, os avanços da China dependem muito daquilo que são as condicionantes dos países da região, nomeadamente do Conselho do Ártico, já o Polo Sul, no qual não existem estados litorais é mais vulnerável aos avanços da China. Com efeito, este território abarca a Antártida não habitada, pelo que a presença humana se reduz a uma população de cientistas de diferentes partes do mundo, integrados em diversas expedições. As investigações nesta zona do globo dão conta de uma elevada riqueza de recursos naturais. Como exemplo dessa riqueza, destaca-se a maior reserva, quer de água, quer de petróleo, do planeta. Contudo, a exploração de estes recursos encontra-se atualmente proibida (The Antarctic Treaty, 1959; BBC, 2021a). O tratado da Antártica<sup>65</sup>, que passou a ser conhecido mais tarde por Sistema do Tratado da Antártida (STA) convencionou que este território seria exclusivamente usado para fins científicos, em prol da natureza e do controlo do aquecimento global. Se, até ao momento, a governação coletiva internacional tem protegido o continente, Pequim tem, contudo, vindo a aumentar a sua influência na região com vista a ter uma palavra no futuro na governação da Antártida (Brady, 2010). Vários são os exemplos de comprovam o dinamismos da China no Polo Sul. Com efeito, para além de ter estabelecido um esquadrão aéreo nesta região, também tem vindo a dar nomes aos territórios que vai descobrindo e a possuir um conjunto de bases polares com o pretexto de estudar o clima. Assim, quando chegar 2048, momento em expirará o tratado que proíbe a perfuração do Polo Sul, a China estará

---

<sup>65</sup> Dinamizado pelos EUA em 1959, este Tratado tem como objetivo a desmilitarização do continente com a colaboração da ONU que assegura a paz na região (Herbert, 2017). Também conhecido pelo Tratado de Washington, este visa, igualmente, a proteção ambiental proibindo a perfuração comercial de recursos na Antártida até 2048 (The Antarctic Treaty, 1959).

bem posicionada para explorar os recursos existentes na Antártida (Duarte, 2017). Concluindo, a China está a operar na Antártida uma revolução silenciosa, orientando o seu esquadrão aéreo e navios quebra-gelo para que a longo prazo possa explorar as riquezas existentes na região.

A afirmação da presença da China neste continente tem crescido desde 1978. Com efeito, após uma fase em que a China colaborava em missões científicas juntamente com outros países na Antártida, seguiu-se o estabelecimento autónomo, incrementando expedições e investigações. Em 2005 os chineses alcançaram o ponto mais alto da Antártida (Dome A). Este e outros feitos têm conferido prestígio à China, facilitando, assim, o estabelecimento como potência no polo Sul (Brady, 2010). Em suma, o percurso percorrido pela China na Antártida é demonstrativo das ambições de Pequim nos vários locais do planeta, mesmo nos mais inóspitos. Em 1985, a China ganhou direito a voto no Sistema do Tratado da Antártida. Posteriormente, Pequim tem demonstrado que não concorda com o elitismo a que está sujeita esta organização (Brady, 2012) ao mesmo tempo que contesta a interferência da ONU na Antártida. Porém, a China tem vindo a seguir as regras da organização reafirmando exclusivamente o seu interesse científico.

A dinâmica entre os países estabelecidos nesta zona do planeta tem vindo a sofrer alterações. Com efeito, a riqueza piscatória da região confronta interesses comerciais com intenções de preservação. A China tem vindo a juntar-se ao grupo de países interessados nas atividades pesqueiras (Rússia, Ucrânia e Japão). Outro ponto de grande interesse da China na região é a estação de Dome A, local privilegiado para observação do espaço sideral. O facto de a China ter acesso exclusivo de esta zona não é do agrado de outros países, nomeadamente a Austrália. Sem dúvida que a importância do acesso a esta estação permite não só posicionar a China na exploração espacial, como também confere a possibilidade de desenvolver o seu próprio sistema de navegação por satélite. Com vimos anteriormente, o BeiDou é de extrema importância para a China e seus aliados, se libertarem do domínio do GPS americano. Outro dos interesses que se avizinha no posicionamento da China no Polo Sul é expansão da FRC por países da América do Sul, como é o caso do Chile e da Argentina, nomeadamente do porto de Punta Arenas e na Tierra del Fuego respetivamente (Fishman, 2019; Saavedra, 2023).

O interesse da China na Antártida é elucidativo das suas ambições como superpotência em construção. O seu posicionamento confere prestígio a Pequim,

permitindo-lhe destacar-se de outros países dotados de infraestruturas com maior capacidade para interagir nesta região. O modo chinês de operar na Antártida não tem sido diferente da estratégia utilizada por Pequim na sua senda de expansão de influência em outras regiões do mundo.

## **Conclusão Parcial**

O capítulo que aqui finda teve o intuito de promover a compreensão da Faixa e Rota como meio privilegiado da política externa chinesa na criação de um sistema alternativo ao que tem existido, marcadamente ocidental. O neorrealismo ajuda-nos a perceber que a China começou por se integrar no sistema internacional de pendor ocidental, tendo, inclusive, obtido benefícios económicos como demonstra a sua entrada na OMC, em 2001. Porém, nem todas as regras em que este sistema ocidentalizado assenta, servem os propósitos de desenvolvimento da China e, em bom rigor, de outras potências no mundo. Em consequência, Pequim adotou uma estratégia de sobrevivência económica e política sob a narrativa reformulada da antiga Rota da Seda.

O instrumento crucial de apoio à reemergência é a FRC que transcende a antiga Rota da Seda quer em extensão, objetivos e principalmente meios tecnológicos. Sublinhamos a importância dos corredores da FRC, com particular destaque para a Rota da Seda Marítima do século XXI, que promove a conectividade através do mar. Aliás, a China passou a compreender a importância de ter uma marinha mercante apoiada numa marinha de guerra, que preserve os interesses nacionais não só no Mar da China Meridional, mas que navegue, igualmente, para pontos cada vez mais distantes no oceano. A premissa neorrealista, da desconfiança dos Estados, justifica a atuação de Pequim que se protege, assim, contra um eventual embargo petrolífero por parte dos EUA, no estreito de Malaca.

A desconfiança está igualmente presente na Rota da Seda Digital, que constitui um dos corredores mais recentes da FRC. A importância da Rota da Seda Digital reforça a centralidade da China, apoiando o seu papel na globalização e procurando impedir os EUA de continuarem a deter o domínio exclusivo do ciberespaço. Os avanços de Pequim a nível da cibernética vão ao encontro dos postulados neorrealistas, na medida em que a China procura libertar-se da tradicional dominação ocidental. Para este efeito, as construções de cabos alternativos, nomeadamente por satélite, possibilitam que os dados circulem através dos Corredores Digitais centralizados na China. Dito isto, o objetivo chinês em construir uma comunidade de destino comum no ciberespaço não escamoteia, contudo, a intenção de servir acima de tudo os seus interesses domésticos, que passam pelo controlo da internet. A Rota da Seda Digital também facilita a transformação do sistema financeiro

fundado em *Bretton Woods*, nomeadamente através da internacionalização da moeda chinesa– RMB, contribuindo para o enfraquecimento do uso do dólar.

Para além dos Corredores Digitais, destacamos a importância da *Health Silk Road* enquanto corredor complementar aos restantes. Como vimos, a *Health Silk Road* é ilustrativa da capacidade de Pequim em explorar as debilidades do sistema internacional, tendo aproveitado a indiferença dos países ocidentais face às decisões da OMS, em momentos cruciais de combate à pandemia. Na ótica neorrealista, as falhas detetadas a nível global na governança da saúde deram espaço para a China divulgar a sua visão alternativa à ocidental, o que atesta uma ambição revisionista, de se projetar como líder mundial neste setor.

Neste capítulo realçámos também a vertente *soft power* da FRC, pelo que a conectividade não se restringe aos aspetos económicos, mas abarca, também, a noção de Comunidade e Destino Comum que completa a visão do mundo centrada na China. Esta conceção integra um conjunto de países que trabalham em prol de uma comunidade desvalorizando a importância dos direitos individuais presentes no sistema Ocidental. Inspirados pela divisão em círculos concêntricos do mundo por parte da China milenar, o capítulo que aqui finda aplicou uma mesma divisão concêntrica face ao escopo da intervenção da FRC. Tal tem como vantagem oferecer uma visão holística em que a China permanece no centro, embora ligada à grande periferia global. Constatamos que a Comunidade de Destino Comum apresenta maior capacidade de materialização junto da periferia imediata da China.

Contudo, realçou-se também outros círculos que revelam menor adesão, mas que expõem, igualmente, a ambição de Pequim em propagar a sua influência em terrenos geopolíticos dominados pelo Ocidente. Por isso, o segundo círculo concêntrico analisado expôs o propósito da FRC ligar a China à Europa Ocidental através da Europa Central e Oriental, explorando as fragilidades encontradas entre os países que a constituem, nomeadamente no seio da UE. Por sua vez, a tentativa de Pequim se constituir como porta-voz dos que se encontram à margem do sistema internacional criado e dominado pelos países ocidentais, levou-nos a estruturar outro círculo concêntrico de cooperação Sul-Sul. A cooperação entre a China e os países do Sul Global sustenta uma alternativa de governação, na qual o Consenso de Pequim se impõem gradualmente face ao Consenso de Washington. As relações *win-win* que sobressaem do Consenso de Pequim não

dispensam que os países do Sul Global apoiem as posições políticas de Pequim junto da Nações Unidas. Este círculo de influência tem contestado os direitos universais que alicerçam os valores ocidentais. Neste contexto, a FRC surge como alavanca de afirmação da China na governação global face ao Ocidente. O último círculo avaliado integra as regiões polares do Ártico e da Antártida, tendo vindo a demonstrar a aspiração de Pequim em, gradualmente, se substituir à superpotência americana.

O capítulo que aqui termina procurou ilustrar a essência holística e multidimensional da FRC. Esta sustenta, ainda, um misto de *soft* e *hard power*, como procuraremos examinar no capítulo que se segue, que aprofunda o tema da propensão revisionista ou *status quo* da China atual.

#### 4. A China atual: entre *status quo* e revisionismo

Ao longo desta dissertação fomos enumerando os diferentes posturas que a China exhibe na sua política externa, a qual sugerem focos de revisionismo. Constatamos que o sistema em vigor, criado pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, já não espelha a nova arquitetura do sistema internacional composto por potências emergentes e, no caso da China, reemergente. A Ásia passou a ser o âmago do poder económico, embora o sistema internacional continue a basear-se em regras ocidentais de cariz pós-iluminista e individualista (Letwin, 2021). Dito isto, a China tem procurado construir um sistema alternativo, que não limite a expansão da sua influência, o crescimento económico e ponha em causa as suas convicções ideológicas. A China da atualidade tem vindo a acumular poder suscetível de alterar a ordem mundial ou, pelo menos, dotá-la cada vez mais de características chinesas (Rolland, 2019; 2020a). Aliás, esses contornos têm vindo a ser delineados paulatinamente, através da criação de novas instituições ou operando junto das erigidas pelo Ocidente. Neste sentido, a FRC constitui-se como um instrumento ao serviço dessa mudança que, no entanto, tardiamente foi reconhecida pelo Grupo dos Sete (G7)<sup>66</sup>. A capacidade de a China moldar o sistema internacional, tem também beneficiado de um certo afastamento por parte do Ocidente, relativamente às instituições que fundou. No entanto, a dúvida persiste sobre se a FRC será o fator que visa ativar o revisionismo chinês ou, antes, que visa perpetuar a China como potência do *status quo*.

Passadas três décadas desde o fim da Guerra Fria, a recente invasão da Rússia à Ucrânia veio comprometer a paz perpétua e o reinado único das democracias como Fukuyama antevia (1992). Independentemente do desenrolar desse conflito, não pode ser ignorada a capacidade que a China detém, na atualidade, para desequilibrar a relação de forças entre o Ocidente e a Rússia, não obstante a postura ambígua que Pequim tem manifestado desde o início desta “operação especial” (Da Silva, 2022b).

Contudo, há trinta anos a China aproximava-se do Ocidente através de uma postura discreta, sem que transparecesse sombra de ambição hegemónica. Expusemos acima como a China conseguiu ganhar a confiança do Ocidente, permitindo-lhe ser o maior beneficiário da globalização. Com efeito, defendemos nesta dissertação que desde Mao

---

<sup>66</sup> Grupo de países mais desenvolvidos do Ocidente: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido

Tsé-Tung, a China tem procurado recompor-se face a um Século de Humilhações infligido pelo Ocidente. A tentativa de se restabelecer tem sido um propósito comum das várias lideranças chinesas, que têm utilizado narrativas diversas, embora complementares. Neste sentido, Mao traçou a meta de ultrapassar os EUA, tendo as lideranças que se seguiram sabido criar as condições que possibilitassem o rejuvenescimento da China. Um século após a proclamação da RPC, Pequim pretende em 2049 afirmar-se como uma potência forte e próspera (Gaspar, 2020; El País, 2021; Paiva, 2022).

A primeira aproximação de Pequim face ao Ocidente beneficiou da rutura da China com a URSS. Seguiu-se a integração económica no sistema ocidental através de reformas, sem, contudo, prescindir do socialismo. O Ocidente acreditou que o desenvolvimento económico forçaria a China a mudar o carácter autoritário do seu regime. Esta convicção escamoteou os sinais que foram dados em diversos momentos históricos, como o massacre de Tiananmen. Porém, outros aspetos foram negligenciados, contribuindo para despertar o Gigante Adormecido (Peyrefitte, 1973, Holslag, 2021; Mearsheimer, 2021).

Desde logo ressalta o aspeto dimensão demográfica. Apesar desta não ser um fator determinante para a consolidação do poder de um país, não podem ser descuradas outras variáveis associadas. Com efeito, sendo a China o país mais populoso do mundo com elevada pobreza, no qual as necessidades coletivas se sobrepõem às individuais, seria de admitir que atingisse a prosperidade mais rapidamente que outros países em desenvolvimento. Aliás, a ambição de ser rico passou a ser incitado pelas elites, de modo a potenciar o crescimento do país (Mendes, 2020). Sem reivindicações laborais e preocupações ambientais numa primeira fase, a China foi cimentando uma posição económica que lhe permitiu ascender ao patamar em que hoje se encontra.

Aliando a dimensão demográfica ao poderio económico foram criadas as condições para o desenvolvimento de um *hard power* mais sofisticado. A China foi incentivada pelos EUA a ter um papel mais ativo na luta contra o terrorismo, após o 11 de setembro, considerando a posição que passou a ocupar na ordem internacional (Homerin, 2003). Com efeito, os EUA conviveram com a crescente militarização da China na convicção de que a tendência da China para o pendor *status quo* se sobrepunha ao impulso revisionista (Rato, 2020). A popularidade desta convicção (comum às diversas Administrações Americanas) baseou-se muito no discurso pacifista da China (Mahbubani, 2020). Contudo, Xi Jinping tem demonstrado que não pretende fazer concessões democráticas, tendo

inclusive promovido medidas opressivas para assegurar a continuidade do socialismo de características chinesas(Rieger e al, 2020). Tal contribuiu para esmorecer a confiança inicialmente depositada pelos EUA na China. Simultaneamente, a competição pela segurança ativou a rivalidade entre a potência dominante e a potência ascendente. Em suma, o Ocidente patrocinou o crescimento de um competidor (Mearsheimer, 2021)

O debate que se instalou coloca a dúvida sobre se a China pretende somente alcançar a hegemonia regional ou se as suas ambições são globais (Pautasso, 2019; Ha, 2020; Rolland 2020a). De acordo com os postulados neorrealistas, à medida que o poder aumenta é previsível que a ambição provoque comportamentos revisionistas, que exijam equilíbrios entre os países mais poderosos (Mearsheimer, 2021). Daqui resulta o aumento da competição pelo poder militar de modo a garantir a segurança: Dilema de Segurança<sup>67</sup>. Como num sistema anárquico os estados zelam pela sua segurança, é plausível que a desconfiança entre estes desencadeie conflitos armados remetendo para um outro dilema, denominado de Dilema de Tucídides (Allison, 2019). Assim, a China como potência reemergente, na competição pelo poder com os EUA, busca uma paridade militar. Exemplificativo desta situação foi a reação de Pequim no estreito de Taiwan como consequência visita de Nancy Pelosi à Formosa, a 3 de agosto de 2022, que se distinguiu das crises anteriores, pela maior assertividade. Os EUA pretendem que Taiwan permaneça um berço de democracia no oásis de ditadura que impera na região, o que não convém a Pequim que considera a ilha como fazendo parte do seu território. Este incidente levou a China a proceder a manifestações de força em redor de Taiwan não presenciadas nas últimas décadas. Assim, a visita de Nancy Pelosi constituiu para a China o gatilho que permite alterar a ambiguidade estratégica que tem norteado as relações entre as duas potências.

A ambiguidade também caracteriza a posição da China face ao conflito armado entre a Rússia e Ucrânia (Da Siva, 2022; Público, 2022). A necessidade de sobrevivência incentiva alianças, em conjunturas instáveis. Deste modo, a China tanto pode preservar a aliança com a Rússia, enfraquecendo a posição ocidental numa parceria estratégica sem

---

<sup>67</sup> O Dilema de Segurança reporta para a insegurança resultante da escalada de armamento, quando um estado, na ânsia de proteção contra rivais, recorre a armamento mais sofisticado, o que por sua vez, vai induzir nova procura de armamento por parte dos outros estados.

limites<sup>68</sup>, como manter a atual posição, para não ferir o Ocidente e não agravar as sanções sobre a sua economia. Percebido através das dinâmicas neorrealistas, a China aproveita o conflito para se posicionar numa ordem internacional mais favorável aos seus interesses, condenando o expansionismo da NATO. Aliás, tem sido a flexibilidade da sua conduta que lhe permite, na atualidade, expor o seu poder, nomeadamente bélico (Gaspar, 2020; Mearsheimer, 2021).

Mesmo que Pequim não opte por enveredar por tendências realistas nas tensões entre a Rússia e o Ocidente, outros focos de atrito podem reacender disputas latentes. É o caso da contenda fronteiriça com a Índia, que é ilustrativa de um revisionismo chinês no Leste Asiático. Somam-se variados exemplos, como o propósito de reintegrar Taiwan, recuperar as Ilhas Senkaku em contencioso com o Japão e manter o controlo sobre a maior parte do Mar da China Meridional (Letwin, 2021). Em suma, à medida que o poder da China aumenta, o seu cariz revisionista vai ficando mais vincado (Mearsheimer, 2021), dado que a China tem a possibilidade de construir um multilateralismo paralelo ao do Ocidente. Pequim tem vindo a promover a crescente militarização do Oceano Pacífico, por via da implementação de estruturas militares em pontos-chave no Mar do Sul da China, ganhando terreno aos vizinhos que reivindicam o mesmo território. Nem o veredito do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia que decidiu a favor das Filipinas sobre contenda territorial, em 2016, constituiu um obstáculo para China, que não lhe reconhece legitimidade (Euronews, 2016; Duarte, 2017). Contudo, os EUA e seus aliados têm renovado a tentativa de contenção do crescimento da China na sua chamada zona de influência natural, o mar do Sul da China. Refira-se a este título, o pacto militar Aukus<sup>69</sup>, que junta os EUA, Reino Unido e Austrália numa parceria de defesa na região Indo-Pacífico (BBC, 2021b; Paiva, 2022). Os esforços diplomáticos dos EUA e seus aliados replicam-se junto das ilhas do Pacífico, que Pequim tem vindo a arregimentar para formar uma rede de parceiros alternativos dada a forte contenção da China, por parte dos EUA e seus aliados nesta região. O pacto de segurança assinado em abril de 2022 entre a China e as Ilhas Salomão aumentou o receio de a Austrália vir a ser confrontada com uma base naval chinesa perto da sua costa (Lusa, 2022).

---

<sup>68</sup> Declaração Conjunta da Federação Russa e da República Popular da China sobre as Relações Internacionais numa nova era e o desenvolvimento sustentável global, assinada entre Vladimir Putin e Xi Jinping, na visita do presidente da Federação Russa à China, em 4 de fevereiro de 2022 (Kremlin, 2022)

<sup>69</sup> **Aukus** aprofunda a cooperação ao nível da defesa entre a **Austrália**, Reino Unido (**UK**) e **EUA**.

Outro ponto de tensão entre os EUA e a China tem sido a contenda comercial. Washington não hesitou no passado recente em conceder à China o *status* de país mais favorecido em termos comerciais (Mearsheimer, 2021). No entanto, com o acesso aos mercados globais, as empresas chinesas expandiram-se reproduzindo tecnologia ocidental (Mendes, 2020; Letwin, 2021). Ciente de que fraquejou face ao Ocidente no século XIX por não ter acompanhado a Revolução Industrial, a China desde Hu Jintao percebeu que deveria privilegiar o investimento tecnológico (Gaspar, 2020). Em consequência, os EUA deixaram de deter o domínio sobre a inovação tecnológica, não obstante a tentativa da antiga Administração Trump em limitar a ascensão do gigante tecnológico *Huawei* (Euronews, 2019b; Paiva, 2022). Por sua vez, a administração de Biden reconhece que quem dominar as tecnologias de ponta tem a capacidade de expor a sua visão ao mundo, o que ativa a adoção de novas medidas de competição (BBC, 2021c). Esta convicção tem vindo a estimular a construção de novas fábricas de semicondutores no mercado norte-americano, através de financiamento público, para suprir a dependência da Ásia (nomeadamente Taiwan), neste tipo de equipamento especializado. A tensão comercial no setor de tecnologia de ponta conheceu novos desenvolvimentos, após a crise entre China e Taiwan, a 3 de agosto de 2022. Como precaução, os EUA aprovaram a Lei CHIPS and Science Act, em 10 de agosto 2022, para colmatar os efeitos negativos que a falta destes componentes origina na produção de bens de alta tecnologia (The White House, 2022b; Diário de Notícias, 2022c).

A guerra comercial sino-americana constitui somente mais um foco de tensão entre Pequim e Washington. Com efeito, a China da atualidade é simultânea e paradoxalmente um estado autoritário e capitalista (Pearson et al, 2019), que ostenta uma economia com grande capacidade de adaptação. Também não é irrelevante o poder que advém da galvanização nacionalista assente no excecionalismo chinês, que Pequim tantas vezes tem enaltecido. Após destacarmos os fatores principais de uma agenda expansionista chinesa, voltamos, contudo, à questão de Taiwan que sobressai como bastião da discórdia entre Pequim e Washington.

De acordo com o postulado neorrealista de autopreservação, os estados formulam estratégias para assegurar a sua integridade política e territorial. Desde a constituição da RPC, que Pequim tem utilizado estratégias diplomáticas ao seu alcance para recuperar o território outrora disperso. Com efeito, Deng Xiaoping adotou a fórmula “um país dois

sistemas”, admitindo que a reunificação coexista com a autonomia (China. org, 1984; Mendes, 2020). Esta fórmula tem assegurado a autonomia da governação regional, não obstante depender do poder central em matéria de segurança e de política externa. Hong Kong e Macau seguiram esse modelo, contudo, a reunificação não ficou completa, porque Taiwan não aceita a integração (Maizland, 2021). Apesar de reconhecer o princípio de uma só China, Washington tem vindo a apoiar Taipé na sua pretensão de independência. A insubmissão de Taiwan tem sido tolerada por Pequim, desde que não seja transposta a linha vermelha, algo que aconteceu em agosto de 2022 com a visita de Nancy Pelosi, a então presidente da Câmara dos Representantes dos EUA. A reação de Pequim a esta visita, com a subsequente demonstração de força em torno de Taiwan, demonstra que Xi Jinping não pretende protelar a questão de reunificação nacional, considerando-a como uma missão histórica (Da Silva, 2022c; Xinhua, 2022b). Deste modo, o *status quo* que sustentava as relações entre a China e província rebelde ruiu, tendo passado a um novo patamar. Com efeito, a China já não receia exibir a sua força bélica com maior intensidade do que a utilizada nas crises do estreito de Taiwan nos anos 90. Esta nova de assertividade (agosto de 2022) impeliu as forças armadas chinesas a dispararem munições reais, nomeadamente mísseis balísticos que acabaram por penetrar na Zona Económica Exclusiva do Japão (Diário de Notícias, 2022d). A China não tem receio, como tinha no passado, do impacto internacional que possa gerar a sua demonstração de força. Aliás, a China avisou que a visita de Nancy Pelosi teria consequências e não se ficou pelas palavras, tendo procedido às manobras mais completas e intensas de que há memória (O Jornal Económico, 2022).

A guerra da Rússia com a Ucrânia abre um novo capítulo no debate sobre a tendência *status quo versus* revisionismo da China. Aliás, a Declaração Conjunta da Federação Russa e da República Popular da China, assinada entre Vladimir Putin e Xi Jinping, na visita do presidente da Federação Russa à China, em 4 de fevereiro de 2022, firma um compromisso para uma nova era (Kremlin, 2022). O alinhamento da China com a Rússia atesta uma parceria mais forte do que nunca, sem limites nem fronteiras. Complementarmente, a China uniu-se com a Rússia para condenar a NATO considerando-a uma organização expansionista. Não será despiciendo afirmar que a China guarda dissabores desde que, em 1999, a NATO bombardeou a embaixada chinesa em Belgrado (Duarte, 2014; News China, 2022). Apesar da China não ter fornecido, por enquanto,

material bélico à Rússia, o posicionamento contra a NATO acentua a seu pendor revisionista, que veio a ser reforçado pelos acontecimentos que precederam a visita de Pelosi, nomeadamente exercícios militares conjuntos entre a China, Rússia e outros países como Índia, Bielorrússia, Mongólia e Tajiquistão (Reuters, 2022).

À luz do neorrealismo a política externa tem por diversas vezes uma base interna. Com efeito, o incidente em Taiwan ocorrido em agosto antecedeu o Congresso do PCC de outubro de 2022, pretendendo Xi Jinping consolidar o seu poder e inviolabilidade do projeto ideológico chinês. Por isso, o reforço da imagem de um líder forte, capaz de anular ideais democráticos não compatíveis com a revitalização nacional e o retorno pleno do país às suas raízes comunistas, passou a ser imprescindível.

Não obstante a retórica expressa no Livro Branco<sup>70</sup> sobre a afinidade da população em ambos os lados do Estreito de Taiwan, esta não extravasa a área comercial. Efetivamente, entre a China Continental e Taiwan não existe uma única mundivisão. Por isso, acenar com a fórmula “um país dois sistemas” traz à memória os incidentes que ocorreram em Hong Kong em 2014, que ganharam expressão como o *Umbrella Movement*. Este movimento desafiou a fórmula “um país dois sistemas” ao expressar a resistência nas ruas ao sistema político imposto por Pequim. Em causa esteve a tentativa de impedir que os candidatos submetidos a eleições em Hong Kong fossem pré-selecionados pelo PCC (Maizland, 2021). O último incidente mediático pró-democracia ocorrido em Hong Kong, em 2019, insurgia-se contra o novo projeto de Lei de Extradução, que inibia a liberdade dos cidadãos.

Concluindo, o vasto espaço de reunificação que a China propõe a Taiwan não deixa de limitar as bases democráticas de que a ilha dispõe. Apesar de Pequim ter meios bélicos suficientes para submeter Taiwan, envergar por um conflito armado teria pelo menos a propensão para atear a guerra comercial retirando, simultaneamente, força à narrativa pacifista em que a China da atualidade se refugia. Importa salientar que o *soft power* tem sido uma ferramenta complementar ao *hard power*, para que a China alcance, os seus

---

<sup>70</sup> O livro branco intitulado "A Questão de Taiwan e a Reunificação da China na Nova Era" foi publicado em 10 de agosto de 2022 pelo Departamento dos Assuntos de Taiwan bem como pelo Departamento de Comunicação. Salienta a cooperação alcançada nas últimas sete décadas por ambos os lados do Estreito de Taiwan. Todavia, Pequim justifica uma eventual posição armada lançando um aviso: "Estamos prontos para criar um vasto espaço para a reunificação pacífica, mas não deixaremos espaço para atividades separatistas de qualquer natureza" (Xinhua, 2022b, para.17).

objetivos no plano internacional. O *soft power* chinês, que ganhou maior expressão com a FRC, apresenta-se como uma ferramenta tardia, mas eficaz para corrigir percepções sinofobas um pouco por todo o mundo (Duarte, 2019).

Neste contexto, a substituição gradual da única superpotência da atualidade (EUA) por outra em devir (China) é acompanhada pelo aumento do *hard* e do *soft power* chinês. Como advoga o neorrealismo os estados, numa lógica de adaptação sistémica, acumulam poder com vista à sobrevivência, o que é suscetível de provocar alterações no próprio sistema. O instrumento por excelência que permite a acumulação do poder e a consolidação do mesmo é justamente a FRC, que possibilita forjar um sistema distinto daquele que tem sido marcadamente ocidental (Kim e Gates, 2015). Contudo, as opiniões dos especialistas conceituados na matéria não evidenciam consenso quanto ao facto da FRC revelar apenas revisionismo, altruísmo ou um misto dos dois estados (Heath, 2013, Schweller, 2015; Callahan, 2016; Jones, 2020; Liu, 2022;). Para uns, a FRC confronta a hegemonia ocidental e expõe comportamentos revisionistas (Heath, 2013; Callahan, 2016). Para outros, à semelhança de Jones (2020), a FRC permite a Pequim acalentar o nacionalismo como forma de preservar o poder do PCC. Neste caso, a FRC teria motivações internas puramente económicas, consistentes com a ordem global vigente, não obstante desafiar algumas normas, de acordo com a percepção de Liu (2021).

Lina Liu (2021) considera que a perspetiva binária entre o *status quo* e o revisionismo simplifica as motivações da FRC. Com efeito, esta investigadora prefere salientar os diversos papéis que a FRC pode desempenhar no cenário mundial. Por isso, defende que a FRC apresenta características que se adequam à ordem global de pendor Ocidental, enquanto implementa reformas ou cria regras, o lhe confere um cariz revisionista. Nesta perspetiva, os estados emergentes podem pretender alterar regras ou modelos de desenvolvimento, por os considerarem injustos e discriminatórios (Nel, 2010). Assim, a dicotomia revisionismo *versus status quo* não releva a possibilidade de os estados desejarem alterar parte da ordem global (Johnston, 2003). Em consequência, podem coexistir rearranjos de normas sem que a ordem global seja desrespeitada. Esta situação surge quando os estados se confrontam com o vazio do poder, ou seja, quando problemas urgentes são ignorados no contexto global (Liu, 2021). Constituindo a FRC uma resposta aos problemas que afetam a ordem global, importa distinguir o grau de revisionismo que lhe é subjacente.

O estudo de Liu integra o conceito da ordem global de Mazarr et al. (2016). Para estes autores, a ordem global encontra-se suportada a três níveis: princípio, motor e elemento. Deste modo, o princípio subjacente ao pós-guerra centra-se no liberalismo ocidental combinado com valores de abertura económica, reciprocidade e gestão multilateral. Quanto ao segundo nível, o motor é personificado pela liderança dos EUA no mundo. Por fim, o elemento agrega as instituições, normas, tratados e regras no campo da política, da economia e da segurança da sociedade. Não obstante o princípio central se revelar essencial para toda a estrutura da ordem global, ajustar elementos específicos da ordem global não significa desafiar a base do todo (*ibidem*). Neste contexto, a autora Liu conclui que alguns aspetos da FRC poderão somente responder a problemas não cobertos pela ordem global vigente. Esta situação é plausível em virtude das dinâmicas decorrentes da globalização.

Na realidade aos desafios colocados pelo fim de uma era estável, como foi o período que decorreu após a Guerra Fria, somaram-se outros desafios gerados pela globalização crescente. É o caso da cibernética, do terrorismo, mas também crises económicas e de saúde pública, que por via da globalização são sentidas em qualquer parte do mundo. Face aos desafios da era da aldeia global, onde a imprevisibilidade e insegurança são omnipresentes, as respostas também são heterogéneas. Por conseguinte, a perspetiva chinesa de que as soluções são inadequadas, pode exigir reformas dentro de uma instituição ou sistema (Drinhausen e Legarda, 2022). Assim, a FRC é uma narrativa que a China usa com fins pacifistas, embora em alguns aspetos lhe permita dar uma nova forma ao mundo, respondendo aos anseios dos países colocados à margem do sistema.

Dito isto, moldar normas desadequadas a problemas para os quais o sistema não apresenta soluções poderá não ser um comportamento revisionista (Liu, 2021). Decerto, que os pequenos países mais dependentes são, por regra, respeitadores do *status quo*. Confrontar o sistema, mesmo sem intenções revisionistas não está ao alcance de todos os países. Até os países mais poderosos podem não demonstrar interesse em proceder a ajustamentos na ordem estabelecida. Contudo, nada impede que um país geralmente do *status quo* tenha tentações revisionistas (Keohane, 1989). Em suma, não ignorar questões atuais não significa rejeitar a ordem global (Liu, 2021).

Lina Liu (2021) defende que se a política externa dos estados mais revisionistas não comprometer os princípios da ordem global atual, então as soluções encontradas por

estes tenderão a trazer benefícios para o sistema como um todo. Contudo, à medida que o estado ganha mais influência a nível internacional, a capacidade para remodelar a ordem vigente também aumenta. Mesmo assim, esta abordagem por si só não poderá classificar um país como revisionista. Muitas reformas de instituições não se devem a desejos revisionistas, mas surgem pela acomodação das antigas instituições que não reagem à necessidade de introduzir mudanças prementes (Streeck e Thelen, 2005). Por isso, para Lina Liu (2021) importa distinguir se as mudanças são introduzidas com o objetivo de beneficiarem o sistema ou simplesmente confrontarem a autoridade das instituições originais. Uma postura anti *status quo* que se realize por via do confronto ideológico é notoriamente revisionista porque desafia o princípio essencial da ordem liberal atual (*ibidem*) .

De acordo com os papéis que a China desenvolve no cenário internacional sob a égide da FRC podemos descortinar até que ponto Pequim está a reformular normas e instituições, ou até quebrar regras e confrontar ideologicamente o sistema de pendor ocidental. Não obstante Liu referir vários aspetos que melhor caracterizam a FRC, destaquemos aqueles que nos parecem fundamentais para a avaliar o carácter revisionista ou *status quo* desta Iniciativa. São eles a conectividade, mecanismos multilaterais, plataformas financeiras e cooperação educacional e cultural.

Ao que ao primeiro diz respeito, a FRC proporciona uma logística de comunicação, por terra, mar e ar que tem em si inerente uma conectividade que assenta no comércio livre, característica do liberalismo. Nesta perspetiva, a FRC tende a promover o *status quo* uma vez que o liberalismo não é necessariamente compatível com o revisionismo (Weinhardt et Brink, 2019). Assim, trata-se de mera tentativa de aprimorar o comércio por meio de estruturas mais sofisticadas. No entanto, a melhoria da conectividade, em função da modernização de infraestruturas serve para promover o comércio, mas ao fazê-lo coloca a China no centro da logística. Efetivamente, se na *Pax Romana* todos os caminhos iam dar a Roma, já na FRC todos os caminhos levam à China (Duarte, 2017). Em suma, para Liu a conectividade tanto pode ser vista como um elemento que consolida o *status quo*, como contribui para o revisionismo ao colocar a China no centro da conectividade.

Quanto ao segundo elemento, os mecanismos multilaterais, importa destacar que a China beneficiou do multilateralismo ocidental, como prova a sua integração na OMC.

Contudo, apesar da China ter sido favorecida pelo impulso do Ocidente de a dirigir para o multilateralismo, atualmente Pequim tem a capacidade de criar uma ordem multilateral paralela à do Ocidente. Com efeito, a China promove um multilateralismo seletivo que pode excluir os países ocidentais (Hillman, 2020) ou consolidar a sua participação. Contudo, as organizações multilaterais de raiz ocidental também sofrem de uma modelação chinesa, que alguns investigadores consideram de revisionismo camuflado (Sasaoka, 2018; Rolland, 2020a). O conceito de construção de uma Comunidade de Destino Comum foi incorporado a 23 de março de 2018 numa resolução Conselho de Direitos Humanos da ONU:37ª sess.:2018: Genebra (United Nations, 2018). Esta situação é exemplificativa da tentativa de a China usar o multilateralismo para promover a sua agenda de política externa, divulgando uma terminologia e conceitos que redefinem uma nova fase da globalização com características chinesas (Worden, 2020).

Outro mecanismo a ressaltar são as plataformas financeiras, por conseguinte muito interdependentes do multilateralismo acima referido. Estas plataformas financeiras, visam responder a uma lacuna do sistema de *Bretton Woods* (Liu, 2021; King, 2022). O cariz revisionista desta abordagem fica sublinhado pela acentuada contestação das normas financeiras formuladas pelo Ocidente. Deste modo, as instituições financeiras chinesas têm cooperado no financiamento dos projetos da FRC, viabilizando a reemergência chinesa.

Por último, a cooperação educacional e cultural revela-se um mecanismo importante para aferir se a FRC é dotada de um pendor *status quo* ou revisionista. Como vimos anteriormente, a divulgação da FRC através de campanhas mediáticas demonstra a importância que a exploração da nostalgia, associada à prosperidade da antiga Rota da Seda, tem para a China. Nesse sentido, sucedem-se campanhas de cooperação educacional e cultural relacionadas com a Rota da Seda. Com efeito, os eventos culturais associados à FRC reforçam os laços culturais que se foram segmentando desde a China milenar (Xinhua, 2015; Nawab, 2022). Contudo, importa salientar que estas manifestações transcendem as fronteiras do continente asiático. Neste sentido, a FRC serve-se do intercâmbio comercial, científico e cultural, para facilitar a posição da China no âmago do poder global. Esta abordagem segue uma tendência *status quo*.

Porém, o sinocentrismo e o excecionalismo chinês também confrontam a cultura ocidental. Deste modo, a cultura oriental apresenta-se com a pretensão de enfrentar

problemas globais e como alternativa ao caos criado por décadas de globalização de pendor ocidental (Xinhua, 2021c). A aposta de Pequim na educação e ensino tem vindo a crescer. Com efeito, o Ministério da Educação da RPC lançou em 2016 um plano de ação (Education Action Plan for the Belt and Road Initiative), que traça as linhas de cooperação com os países da FRC no campo da educação. A importância que a China confere à cooperação internacional, a nível da educação, tem o intuito de construir uma comunidade educacional integrada (Xinhua, 2020d). Por meio da cooperação entre a China e Universidades Sérvias, Pequim tem procurado aprofundar os seus laços nos Balcãs. Por sua vez, com a Hungria salienta-se uma parceria universitária em Budapeste com as Universidades Fudan e Xangai, para sediar o primeiro campus universitário chinês na UE (Lusa, 2021). A China pretende envolver a comunidade internacional na FRC (Belt and Road Portal, 2017), com a intenção de debelar resistências e conseguir atingir as metas que se propôs, no âmbito deste projeto. O traçar de um padrão educacional ao longo da FRC, é um passo importante na propagação de uma CDC, pelo envolvimento de novas gerações (Rolland, 2020b). Esta abordagem é marcadamente revisionista e define a CDC.

## Conclusão Parcial

Como vimos ao longo deste capítulo que aqui finda, a China tem vindo a acumular poder para se afirmar como uma potência forte e próspera. Este estado de desenvolvimento foi conseguido com o apoio do Ocidente, convicto, inicialmente, de que o pendor *status quo* da China se sobrepunha ao seu impulso revisionista. Pequim utilizou uma narrativa que associava o desenvolvimento às características pacifistas chinesas. No entanto, de acordo com os postulados neorrealistas, à medida que o poder aumenta é previsível que surjam comportamentos revisionistas. Com efeito, vários focos de atrito foram subsistindo ao longo do tempo, levantando dúvidas quanto às intenções de Pequim.

Como exemplo de revisionismo, destacou-se a tensão comercial que surgiu entre Pequim e Washington. Com efeito, os EUA constataram que poderiam deixar de deter o domínio sobre a inovação tecnológica, ferramenta imprescindível para enfrentar uma nova fase da globalização. Outro foco de revisionismo advém dos problemas fronteiriços entre a China e os países vizinhos que revelam, também, uma crescente militarização, nomeadamente do Mar do sul da China. No entanto, Taiwan sobressai como baluarte da discórdia entre Pequim e Washington. A ambiguidade estratégica que tem norteado a relação China-EUA-Taiwan tem subsistido à custa do reconhecimento por parte de Washington do princípio de uma só China. Porém, a tolerância de Pequim face ao apoio dos EUA à ilha rebelde, que não aceita a reunificação no território chinês, tem limites cada vez mais definidos. Com efeito, Taiwan mantém-se como um reduto de democracia do mar da China Meridional, o que não convém ao PCC.

O fortalecimento do *hard power* chinês permite à China, na atualidade, redefinir as linhas vermelhas que não consente que sejam ultrapassadas, nomeadamente em Taiwan. Por esse motivo, Pequim reagiu à visita da então presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, com uma demonstração de força nunca presenciada em torno da ilha. Esta atitude encontra justificação no facto de Pequim já não temer como antes a reação dos EUA face à sua assertividade. Aliás, a China alinou-se com a Rússia contra o expansionismo da NATO, numa declaração concertada antes da invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022. Concluimos que este acontecimento abre um novo capítulo no debate sobre a tendência *status quo versus* revisionismo da China. No entanto, a importância do *hard power* com vista à afirmação da China na atualidade, é

complementada com uma outra ferramenta, o *soft power* chinês, que ganhou expressão com a implementação da FRC.

Neste capítulo retomamos a discussão que envolve a dicotomia *status quo versus* revisionismo inerente à FRC. Concluímos que a FRC apresenta outras características para além do pendor *status quo* com que esta Iniciativa se exibiu na cena internacional. A este respeito, destacamos quatro indicadores representativos: a conectividade, mecanismos multilaterais, plataformas financeiras e, por último, a cooperação educacional e cultural. Não obstante a FRC promover o comércio, colocando para o efeito a China no centro da conectividade, concluímos que existe um revisionismo subjacente a esta Iniciativa, que coloca a China no âmago da conectividade. No que respeita aos aspetos que integram mecanismos multilaterais, incluindo plataformas financeiras, verificamos que a China da atualidade utiliza o multilateralismo para criar uma ordem paralela à do Ocidente. Por conseguinte, o neorrealismo ensina-nos que, quando o agente já não se revê num determinado sistema, ele procura, então, criar um sistema paralelo, condicionando para o efeito outros a pertencerem simultaneamente a dois sistemas. Dito de outro modo, verifica-se uma redundância de uma ordem paralela formada pela China que espelha o sentimento do agente que já não se revê em muitos aspetos no sistema Ocidental que não reflete o poder que todos os países representam na atualidade. As plataformas financeiras, são exemplificativas do cariz revisionista que assenta num multilateralismo que visa responder a lacunas no sistema de *Bretton Woods* e proporcionar a reemergência chinesa. Verificamos, também, que a Cooperação Educacional e Cultural, por traçar de um padrão educacional ao longo da FRC tem vindo a preparar novas gerações para a aceitação da CDC.

## 5. Conclusão

Esta dissertação teve como principal objetivo responder à seguinte questão de investigação: *Em que medida é a FRC reflexo de uma China revisionista ou, ao invés, do status quo?*

Secundados pela corrente neorrealista, procurámos investigar como o sistema internacional tem sido instrumentalizado pela China no quadro da sua reemergência. Para atingir os objetivos desta investigação, analisámos os contornos da política externa chinesa em função de cada liderança. Concluímos que a China de hoje não pretende continuar a ser um ator na retaguarda do progresso, embora oficialmente continue a não aspirar a hegemonia. A inserção da China num sistema marcadamente ocidental permitiu-lhe alcançar o estatuto de fábrica do mundo e o bom desempenho económico. No entanto, se numa primeira fase, após Mao Tsé-Tung, o bom relacionamento com o Ocidente beneficiou a economia chinesa, a China da atualidade admite que o sistema ocidental é cada vez mais um obstáculo para a sua reemergência.

Um dos fatores que leva a China a demarcar-se do sistema ocidental prende-se com a crescente dificuldade de compatibilizar a democracia ocidental com o regime político chinês, que não prescindiu do marxismo-leninismo. Com efeito, o liberalismo não operou as alterações políticas que o Ocidente perspectivava para a China. Essa consciencialização tem justificado a tentativa de os EUA isolarem a China, a nível do comércio e de influência internacional. Contudo, Pequim tem vindo a mitigar este isolamento, servindo-se de um multilateralismo assente na criação de instituições, como o Banco Asiático de Investimento e Infraestruturas, que incorporam, inclusive, países ocidentais. Ao fazê-lo, a China recorre a um multilateralismo sofisticado que tem vindo a conceber instituições paralelas às do Ocidente.

Outro fator resulta da insatisfação face às infraestruturas económicas ocidentais. Como consequência, Pequim tem vindo a criar uma alternativa à visão ocidental, exibindo um socialismo de características chinesas, com base em relações *win-win*. Esta conceção alternativa, invoca uma cooperação estratégica num contexto de economia de mercado e de respeito mútuo no plano político. Ao mesmo tempo, tem feito florescer um conjunto de instituições assentes num confronto de regras que opõem o Consenso de Pequim ao Consenso de Washington. Com base no neorrealismo, uma vez que os estados competem

num mundo anárquico, a China utiliza todos os meios à sua disposição para sublinhar o pendor altruísta do seu projeto para a humanidade, em contraste com o do Ocidente. Por conseguinte, a filosofia *win-win* enquadra-se nesta estratégia que realça a cooperação sem que esta esteja dependente de regras pré-estabelecidas, ao invés do que sucede com o chamado Consenso de Washington.

Neste contexto, a FRC surgiu em 2013 como um instrumento para manter Xi Jinping no poder, criando uma narrativa que encerra um destino comum para a humanidade. A nostalgia associada à prosperidade da antiga Rota da Seda tem sido o alicerce do Mundo Harmonioso que Xi Jinping quer construir, com base no Confucionismo e no conceito de *tianxia*. Contudo, concluímos que a FRC projeta a paz no mundo através do comércio, embora dotada de uma índole realista. Nesta dissertação, confrontámos o pendor altruísta da Iniciativa chinesa com os sinais revisionistas que a têm caracterizado. Constatamos que a essência da FRC é, por conseguinte, um misto de altruísmo e revisionismo. Com efeito, à medida que o poder da China aumenta na cena internacional, a FRC tem contribuído para dotar o sistema vigente, que ainda é marcadamente ocidental, cada vez mais com características chinesas.

Pese embora a FRC se baseie no pressuposto liberal de que a conetividade é facilitadora do comércio como fonte paz, a Iniciativa resvala para o revisionismo, ao querer colocar a China no centro da conetividade. A influência chinesa parte da periferia, embora se tenha expandido para outras partes do Mundo. Neste sentido, destacámos o papel da China como porta-voz do Sul Global, que lhe permite não ficar isolada na contestação de regras e preceitos estabelecidos pelo Norte desenvolvido.

A FRC utiliza a CDC para promover uma imagem de progresso que só faz sentido se repartido com o resto do mundo. Por isso, alguns países veem na pujança chinesa um modelo de desenvolvimento alternativo ao do Ocidente. A identificação de vários países com o chamado Consenso de Pequim tem, contudo, falhas. Concluímos que o motivo pelo qual o *soft power* chinês não tem contribuído para melhorar, significativamente, a imagem da China no mundo deve-se ao facto de ser ditado pelo PCC, ao invés, de emergir da sociedade civil. Com efeito, no interior da China a pobreza persiste, assim como práticas discriminatórias de minorias. Em toda a China, e até mesmo junto da diáspora, subsiste uma vigilância permanente e rigorosa. O partido encena a imagem de um país que não existe na realidade. Este exercício de manipulação – que em nada se confunde com a

atração do *soft power* – é, na verdade, uma outra forma de poder denominada de *sharp power* que, por sua vez, tem comprometido o pendor benéfico que a FRC procura evidenciar. Desde logo, o endividamento tem constituído uma armadilha para os países mais pobres que aderiram à FRC. Acresce uma ordem *made in China* que enfraquece a produção dos países membros da Iniciativa. Por sua vez, a procura de recursos naturais é considerada cada vez mais abusiva. Como consequência, a exploração de recursos e demais ativos dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento aproxima a China de antigas potências colonialistas. Deste modo, a realização da Comunidade de Destino Comum ainda permanece uma meta por realizar, já que os feitos da China nem sempre correspondem à ordem *win-win* que ela preconiza.

A vertente pacífica da FRC também tem sido questionada por um *hard power* chinês que se distancia quer do *low profile* quer do princípio da não-interferência. A China de hoje, não aspirando oficialmente à hegemonia, já não se resigna a ser um ator secundário. De facto, ela pretende alcançar a paridade militar face ao desenvolvimento das potências mais avançadas do mundo, como sejam os EUA. Concomitantemente, Xi Jinping insta o exército chinês a permanecer num estado de prontidão caso a soberania chinesa seja desafiada. Esta dissertação deteve-se na análise das consequências da demonstração militar que a China operou em torno de Taiwan, após a visita da terceira figura dos EUA à ilha, em agosto de 2022. Exibindo uma intensidade bélica nunca presenciada em crises anteriores, a China demonstrou não mais estar presa a um *status* que vinha sustentando a ambiguidade da sua resposta ao apoio dos EUA a Taiwan. A visita de Nancy Pelosi a Taiwan é importante porque abre um novo capítulo no debate sobre a tendência *status quo versus* revisionismo da China. De acordo com o neorrealismo, mais do que a ostentação de arsenal bélico, a capacidade de um Estado o utilizar é que indica o verdadeiro poder no sistema internacional.

Por sua vez, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia expõe as incongruências entre o mundo pacífico que a China preconiza e aquele que a prática da sua atuação evidencia. Este desfasamento traz informações complementares quanto à real propensão da China para envolver a humanidade num projeto benigno e pacífico, como a FRC. Com efeito, Pequim não condenou a posição da Rússia tendo, ao invés, manifestado a sua solidariedade e, reconhecendo inclusive as tendências expansionistas da NATO. Deste modo, mesmo que a posição de Pequim em relação a esta disputa permaneça indefinida,

concluimos que a sua postura tem fragilizado a retórica *win-win* e pacífica da FRC. Assim, a perspectiva neorrealista sobrepõe-se a teorias das Relações Internacionais chinesas que valorizam o pendor pacífico do desenvolvimento chinês e o seu contributo altruísta para o progresso mundial.

Pequim serve-se do nacionalismo para cimentar a adesão interna ao projeto político chinês. O recuperar a face após um Século de Humilhações tem agregado os chineses em torno deste objetivo. Por isso, o Covid-19 veio exaltar o nacionalismo, por ter sido apelidado pelos EUA como vírus chinês. A necessidade de a China demonstrar que é uma potência responsável, capaz de lidar com questões globais de saúde pública com maior zelo que o Ocidente, suportou uma política de Covid zero, penosa para a população e para a economia do país. O nacionalismo está também na base das disputas territoriais no Mar da China Meridional e no contencioso com o Japão, a respeito das Ilhas Senkaku. Deste modo, e de acordo com a perspectiva neorrealista, concluimos que o permanente clima de competição, em que não é indiferente à Guerra Comercial sino-americana, é inerente à natureza dos estados. Por conseguinte, os contornos que têm marcado a política externa chinesa, não raras vezes são justificados por acontecimentos internos relevantes.

Em suma, a FRC é reflexo da necessidade que a China tem em manter o progresso económico e, concomitantemente, o seu regime. Por isso, a FRC marca a mudança da atuação chinesa no sistema internacional. Assim, surgiu uma China mais ambiciosa que molda a ordem internacional por a considerar injusta, irracional, que oprime o seu desenvolvimento futuro e sua reemergência. De acordo com os preceitos neorrealistas, a China busca maior influência e poder no sistema internacional, o que ocasiona uma postura em que o respeito pelas regras vigentes coexiste com uma posição reivindicativa, quando estas normas deixam de servir os seus intentos. Por conseguinte, a FRC tem sido o reflexo de uma China simultaneamente reformista e revisionista, que nem sempre aceita integrar as instituições marcadamente ocidentais por as considerar obsoletas face à mudança do poder no mundo. Ainda de acordo com o neorrealismo, o sistema condiciona o comportamento do agente. No entanto, à medida que o agente já adquiriu influência para não mais ser condicionável, ele apresenta assim a propensão para sair do sistema e criar de um novo sistema que ele próprio concebeu. Em rigor, a China não saiu totalmente do sistema, apenas se afasta em alguns aspetos que prejudicam a sua reemergência. Por

consequente, se o interesse nacional chinês passou pela adaptação às regras internacionais vigentes, no momento que a China se sente confiante surge a FRC que procura recuperar o domínio regional, patente na reconstrução da antiga Rota da Seda.

Segundo Buzan, o sistema internacional - como estrutura que molda as relações políticas entre os seus membros - é também influenciado pela distribuição de capacidades entre os estados do sistema. Esta premissa justifica o facto de a China beneficiar na atualidade da fragilidade da Rússia. Com efeito, a Rússia, encontra-se economicamente mais dependente da China, por via do isolamento causado pelas sanções ocidentais, como consequência da guerra com a Ucrânia. Por isso, o desenvolvimento do conflito que opõe a Rússia ao Ocidente traz novos dados sobre o comportamento da China em circunstâncias que permitem maior assertividade. O impacto da guerra no projeto da FRC afigura-se, assim, pertinente acompanhar em futuras investigações sobre a assertividade *versus status quo* da China.

## Bibliografia

### Fontes Primárias

Agence France 24 (2020a). Mask diplomacy: China tries to rewrite virus narrative, 3 de março. Disponível em <https://www.france24.com/en/20200320-mask-diplomacy-china-tries-to-rewrite-virus-narrative>. Consultado em 23/04/2023

Agence France 24 (2020b). Covid-19 creates bumps in China's 'New Silk Road', 20 de maio. Disponível em <https://www.france24.com/en/20200520-covid-19-creates-bumps-in-china-s-new-silk-road>. Consultado em 12/04/2023.

Arquivo da Universidade de Pequim (1949). [Levantamento geral do currículo do departamento de ciência política da Universidade de Pequim]. Arquivo da Universidade de Pequim. Arquivo nº 30349010.

Arquivo da Universidade de Pequim (1965). [Peking University Manual for new students]. Pequim: Arquivo da Universidade de Pequim. Arquivo nº 30365006.

ASEAN-China Centre (2013). Speech by Chinese President Xi Jinping to Indonesian Parliament, 3 de outubro. Disponível em [http://www.asean-china-center.org/english/2013-10/03/c\\_133062675.htm](http://www.asean-china-center.org/english/2013-10/03/c_133062675.htm). Consultado em 17/03/2023.

BBC (2018). Como a Groenlândia pode se tornar uma base da China no Ártico, 21 de dez. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46608884>. Acesso em 24 de abril de 2023.

BBC (2020b). Jack Ma: The billionaire trying to stop coronavirus (and fix China's reputation). *BBC*, 26 de abril. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-52325269>. Consultado em 14/04/2023.

BBC (2020a). China launches final satellite in challenge to GPS. *BBC*, 23 de junho. Disponível em <https://www.bbc.com/news/business-53132957>. Consultado em 24/03/2023.

BBC (2021a). Antártida: os países que disputam a soberania do continente gelado. *BBC*, 5 de maio. Disponível <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55476499>.

BBC (2021c). O multimilionário plano dos EUA para competir com a China no campo tecnológico. *BBC News Brasil*, 11 de junho. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57429249>. Consultado em 24/03/2023.

BBC (2021b). Aukus: UK, US and Australia launch pact to counter China. *BBC*, 16 de setembro. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-58564837>. Consultado em 24/03/2023.

BBC (2022). A China está se aproveitando de países pobres com 'armadilha da dívida'?, By Wang, da *BBC Reality Check*, 8 de janeiro. Disponível em

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-9895468.2022.01.08>.  
Consultado em 24/03/2023.

Belt and Road Portal (2017). The Ministry of Culture released an action plan on Belt and Road culture development from 2016 to 2020. *Belt and Road Portal*, 22 de novembro. Disponível em <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/35973.htm>. Consultado em 01/06/2022.

CGTN (2020). Serbian president kisses Chinese flag as support team arrives. *CGTN*, 22 de março. Disponível em <https://news.cgtn.com/news/2020-03-22/Serbian-president-kisses-Chinese-flag-as-support-team-arrives--3FlpiEMBa/index.html>. Consultado em 28/05/2022

China-embassy (2015). Xi Jinping apresenta proposta de cinco pontos sobre o desenvolvimento do espaço cibernético. *China-embassy* 17 de dezembro. Disponível em [http://ao.china-embassy.gov.cn/por/sghd/201512/t20151217\\_7108410.htm](http://ao.china-embassy.gov.cn/por/sghd/201512/t20151217_7108410.htm). Consultado em 11/04/2023.

China.org. (1984). One country, two systems. *China.Org.*, 22-23 de junho. Disponível em <http://www.china.org.cn/english/features/dengxiaoping/103372.htm>. Consultado em 06/04/2023.

China Daily (2007). Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects. *Report to the 17th National Congress of the Communist Party of China*, 15 de outubro. Disponível em [https://www.chinadaily.com.cn/china/2007-10/25/content\\_6204663.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/2007-10/25/content_6204663.htm). Consultado em 15/03/2023.

China Daily (2010). Deng Xiaoping Theory. We must form a promising collective leadership that will carry out reform. *China Daily*, 15 de setembro. Disponível em [https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2010-09/15/content\\_29714559\\_2.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2010-09/15/content_29714559_2.htm). Consultado em 14/03/2023.

China Daily (2011). The 10th Five-Year Plan (2001-2005). *China Daily*, 23 de fevereiro. Disponível em [https://www.chinadaily.com.cn/china/2012npc/2011-02/23/content\\_14689665.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/2012npc/2011-02/23/content_14689665.htm). Consultado em 14/03/2023.

China Daily (2015). Web companies asked to support 'digital Silk Road'. Zhao Huanxin in Zhanjiang, Guangdong. *China Daily*, 18 de julho. Disponível em [https://www.chinadaily.com.cn/business/fourmoninternet/2015-07/18/content\\_21318225.htm](https://www.chinadaily.com.cn/business/fourmoninternet/2015-07/18/content_21318225.htm). Consultado em 24/03/2023.

China Daily (2017). WHO, China sign pact establishing 'health Silk Road'. *China Daily*, January, 19. Disponível em [https://www.chinadaily.com.cn/business/2017wef/2017-01/19/content\\_27993857.htm](https://www.chinadaily.com.cn/business/2017wef/2017-01/19/content_27993857.htm). Consultado em 29/05/2023.

China Daily (2019). A Rota dos investimentos segue para o sul. *China Daily*, 13 de setembro. Disponível em <http://www.chinahoje.net/a-rota-dos-investimentos-segue-para-o-sul/>. Consultado em 14/03/2023.

- China Diplomacy (2019). 构建中巴命运共同体 开辟合作共赢新征程 (Build a China-Pakistan community of shared future and open up a new journey of win-win cooperation). *China Diplomacy* 19 de outubro. Disponível em [http://cn.chinadiplomacy.org.cn/2019-09/23/content\\_75237010.shtml](http://cn.chinadiplomacy.org.cn/2019-09/23/content_75237010.shtml). Consultado em 23/04/2023
- China-Embassy (2021). Wang Yi Attends and Addresses the Opening Ceremony of the Conference on Celebrating the 30th Anniversary of ASEAN-China Dialogue Relations. *China-Embassy*, 28 de julho. Disponível em [http://ag.china-embassy.gov.cn/eng/zgxw/202107/t20210729\\_8982036.htm](http://ag.china-embassy.gov.cn/eng/zgxw/202107/t20210729_8982036.htm). Consultado em 23/04/2023.
- China usfocus (2013). China's Periphery Diplomacy Initiative: Implications for China Neighbors and the United States". *Chinausfocus*, 07 de novembro. Disponível em <https://www.chinausfocus.com/foreign-policy/chinas-periphery-diplomacy-initiative-implications-for-china-neighbors-and-the-united-states>. Consultado 27/05/2022
- Choice (2022) Story of a Chinese Airport in Albania. *Choice*, 19 de maio. Disponível em <https://chinaobservers.eu/a-story-of-a-chinese-airport-in-albania/>. Consultado em 24/04/2023.
- CNN (2020). US push to include 'Wuhan virus' language in G7 joint statement fractures alliance, by Por Alex Marquardt e Jennifer Hansler, *CNN*, 26 de março. Disponível em <https://edition.cnn.com/2020/03/25/politics/g7-coronavirus-statement/index.html>. Consultado em 12/04/2023.
- CNN Brasil (2020). Trump gera mal-estar ao usar termo 'vírus chinês' para se referir ao coronavírus. *CNN Brasil*, 17 de março. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-gera-mal-estar-ao-usar-termo-virus-chines-para-se-referir-ao-coronavirus/>. Consultado em 27/04/2023.
- CNN Portugal (2022). China quer apertar regras da internet e pode vir a aprovar lei que obriga à aprovação prévia de tudo o que é escrito nas redes sociais. *CNN Brasil*, 22 de junho. Disponível em <https://cnnportugal.iol.pt/videos/china-quer-apertar-regras-da-internet-e-pode-vir-a-aprovar-lei-que-obriga-a-aprovacao-previa-de-tudo-o-que-e-escrito-nas-redes-sociais/62b2bfce0cf2ea4f0a50d21d>. Consultado em 11/04/2023.
- Commission of the People's Republic of China, (2017). Beijing Communiqué of The Belt and Road Health Cooperation & Health Silk Road National Health. *Commission of the People's Republic of China*, 18 de agosto. Disponível em [http://en.nhc.gov.cn/2017-08/18/c\\_72257.htm](http://en.nhc.gov.cn/2017-08/18/c_72257.htm). Consultado em 11/04/2023.
- Conselho de Estado (2013). Guówùyuan guānyú huàjiě chǎnnéng guòshèng máodùn de zhǐdǎo yìjiàn (Guiding opinions of the Council of State on resolving the excess capacity contradiction). *State council*, 10 de outubro. Disponível em [http://www.gov.cn/zhengce/content/2013-10/18/content\\_4854.htm](http://www.gov.cn/zhengce/content/2013-10/18/content_4854.htm) Consultado em

- Conselho do Ártico (2015). Critérios para a admissão de observadores. *Arctic Council* Disponível em <https://arctic-council.org/about/observers/>. Consultado em 28/04/2023.
- Defense.Gov. EUA (2020). China Military Power Report. Office of the secretary of defense. *Defense Gov. EUA*, 1 de setembro. Disponível em <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>. Consultado em 23/04/2023.
- Diário de Notícias (2012). Hu Jintao quer novo modelo de crescimento para a China. *DN*, 9 de novembro. Disponível em <https://www.dn.pt/globo/asia/hu-jintao-quer-novo-modelo-de-crescimento-para-a-china-2875937.html>. Consultado em 15/03/2023.
- Diário de Notícias (2015). Presidente chinês diz que cada país deve controlar a sua internet. *DN*, 16 de dezembro. Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/presidente-chines-diz-que-cada-pais-deve-controlar-a-sua-internet-4932656.html>. Consultado em 31/03/2023.
- Diário de Notícias (2020b). Construído em 10 dias, novo hospital de Wuhan está pronto para receber doentes. *DN*, 2 de fevereiro. Disponível em <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/construido-em-10-dias-novo-hospital-de-wuhan-esta-pronto-para-receber-doentes-11777642.html>. Consultado em 09/03/2023.
- Diário de Notícias (2020a). O fim de "um país, dois sistemas"? China discute lei da segurança nacional de Hong Kong. *DN*, 22 de maio. Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/o-fim-de-um-pais-dois-sistemas-china-discute-lei-da-seguranca-nacional-de-hong-kong-12225882.html>. Consultado em 14/03/2023.
- Diário de Notícias (2020c). Saída oficial da OMS. Estados Unidos têm mais a perder do que a ganhar. *DN*, 8 de julho. Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/saida-oficial-da-oms-estados-unidos-tem-mais-a-perder-do-que-a-ganhar-12398703.html>. Consultado em 11/04/2023.
- Diário de Notícias (2021). O Acordo Comercial EUA-China e a retórica semântica americana, Oliveira. *DN*, 23 de junho. Disponível em <https://www.dn.pt/opiniao/o-acordo-comercial-eua-china-e-a-retorica-semantica-americana-13862495.html>. Consultado em 11/04/2023.
- Diário de Notícias (2022b). China anuncia cooperação com a Coreia do Norte tendo em conta "nova situação". *DN*, 26 de fevereiro. Disponível em <https://www.dn.pt/internacional/china-anuncia-cooperacao-com-a-coreia-do-norte-tendo-em-conta-nova-situacao-14628576.html>. Consultado em 01/05/2023
- Diário de Notícias (2022d). Japão apela a "paragem imediata" de exercícios militares chineses, 4 de agosto. *DN*, Disponível em <https://www.dn.pt/internacional/misseis-chineses-teriam-caido-na-zona-economica-exclusiva-do-japao-15070761.html>.
- Diário de Notícias (2022c). China considera lei dos EUA para semicondutores como ataque aos negócios chineses. *DN*, 10 de agosto. Disponível em

<https://www.dn.pt/internacional/china-considera-lei-dos-eua-para-semicondutores-como-ataque-aos-negocios-chineses-15083395.html>. Consultado em 11/04/2023.

Diário de Notícias (2022 a). Lavrov vê visita de Pelosi a Taiwan como uma demonstração de impunidade dos EUA. *DN*, 3 de novembro. Disponível em <https://www.dn.pt/internacional/lavrov-ve-visita-de-pelosi-a-taiwan-como-uma-demonstracao-de-impunidade-dos-eua-15067618.html>. Consultado em 11/04/2023.

Diário de Notícias(2023). Xi Jinping quer desenvolvimento "mais rápido" do Exército para "padrões mundiais". *DN*, 9 de março. Disponível em <https://www.dnoticias.pt/2023/3/9/351329-xi-jinping-quer-desenvolvimento-mais-rapido-do-exercito-para-padroes-mundiais/>. Consultado em 16/03/2023.

Ecf.eu (2017). China's "New Era" with Xi Jinping characteristics. European Council or Foreign Relations. *Ecf.eu*, 15 de dezembro. Disponível em <https://ecfr.eu/publication/chinas-new-era-with-xi-jinping-characteristics7243/>. Consultado em 16/03/2023.

El País (2021). O futuro que Xi Jinping vislumbra para a China. *El País Macarena Vidal Ly*, 10 de novembro. Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-10/o-futuro-que-xi-jinping-vislumbra-para-a-china.html>. Consultado em 05/04/2023.

Euronews (2016). Hague tribunal rejects Beijing's territorial claims in South China Sea. *Euronews*, 12 de julho. Disponível em <https://www.euronews.com/2016/07/12/hague-tribunal-rules-against-china-over-territorial-claims-in-disputed-south>. Consultado em 06/04/2023.

Euronews (2019b). Huawei ban clouds U.S.-China trade talks, tech sector. *Euronews*, 15 de maio. Disponível em <https://www.euronews.com/2019/05/16/china-warns-us-move-against-huawei-could-hurt-trade-talks>. Consultado em 06/04/2023

Euronews (2019a). Presidente russo reage a afastamento da Rússia do desporto mundial. *Euronews*, 10 de dezembro. Disponível em <https://pt.euronews.com/2019/12/10/presidente-russo-reage-a-afastamento-da-russia-do-desporto-mundial>. Consultado em 06/04/2023

Euronews (2021a). "We need more": UN joins criticism of G7 vaccine pledge. *Euronews*, 11 de junho. Disponível em <https://www.euronews.com/2021/06/11/us-g7-summit-vaccines>. Consultado em 06/04/2023.

Euronews (2021b). China downgrades relations with Lithuania over Taiwan 'embassy' spat. *Euronews*, 22 de novembro. Disponível em <https://www.euronews.com/2021/11/21/china-downgrades-relations-with-lithuania-over-taiwan-embassy-spat>. Consultado em 06/04/2023.

Euronews (2022a). Investigadores determinam que origem do surto de Covid-19 é o mercado de peixe de Wuhan. *Euronews*, 27 de setembro. Disponível em <https://pt.euronews.com/2022/07/27/investigadores-determinam-que>

origem-do-surto-de-covid-19-e-o-mercado-de-peixe-de-wuhan. Consultado em 09/03/2023.

Euronews (2022b). Vladimir Putin and China's Xi vow closer ties as Russia's war in Ukraine rages on. *Euronews*, 30 de dezembro. Disponível em <https://www.euronews.com/2022/12/30/vladimir-putin-and-chinas-xi-vow-closer-ties-as-russias-war-in-ukraine-rages-on>. Consultado em 09/03/2023.

Expresso (2019). Trump e a compra da Gronelândia. Uma loucura ou um contributo para a paz mundial? *Expresso*, 20 de agosto. Disponível em <https://expresso.pt/internacional/2019-08-20-Trump-e-a-compra-da-Gronelandia.-Uma-loucura-ou-um-contributo-para-a-paz-mundial-> Consultado em 24 de abril de 2023

Global Times (2020). Time for US to Learn from China to Deal with the Covid-19 Outbreak. *Global Times*, Chen Qingqing and Liu Caiyu, 17 de março. Disponível em <https://www.globaltimes.cn/content/1182820.shtml>. Consultado em 09/03/2023.

Global Times (2021). China to push forward international standard for 6G. *Global Times*, 16 de setembro. Disponível em <https://www.globaltimes.cn/page/202109/1234471.shtml>. Consultado em 11/04/2023.

Hu, J. (2005)- Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity, Nova Iorque: Discurso na 60ª Sessão Plenária das Nações Unidas, 15 de setembro. Disponível em <https://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf> Consultado em 25/03/2023.

Jiang, Z. (2002). Full Text of Jiang Zemin's Report at 16th Party Congress. China.org., 17 de novembro. Disponível em <http://www.china.org.cn/english/2002/Nov/49107.htm>. Consultado em 29/04/2023.

Jornal de Notícias (2020). China diz que militares dos EUA podem ter levado o Covid-19 para Wuhan. *JN*, 13 de março. Disponível em <https://www.jn.pt/mundo/china-diz-que-militares-dos-eua-podem-ter-levado-o-covid-19-para-wuhan-11925115.html>. Consultado em 30/03/2023.

Jornal de Notícias (2021). Lituânia abandona grupo de cooperação com a China. *JN*, 22 de maio. Disponível em <https://www.jn.pt/mundo/lituania-abandona-grupo-de-cooperacao-com-a-china-13754863.html>. Consultado em 30/03/2023

Kremlin (2022). Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development. *Kremlin*, 2 de fevereiro. Disponível em <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>. Consultado em 23/04/2023.

Lusa (2021). Ruas de Budapeste renomeadas em protesto contra universidade chinesa na Hungria. *Lusa*, 21 de junho. Disponível em <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/ruas-de-budapeste-renomeadas-em->

protesto-contr-a-universidade-chinesa-na-hungria\_n1325149. Consultado em 30/03/2023.

Lusa (2022). EUA querem maior presença no Pacífico para combater influência chinesa. Lusa, 13 de julho. Disponível em [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/eua-querem-maior-presenca-no-pacifico-para-combater-influencia-chinesa\\_n1419340](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/eua-querem-maior-presenca-no-pacifico-para-combater-influencia-chinesa_n1419340). Consultado em 30/03/2023.

Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China (2015). Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. *Foreign Affairs, the People's Republic of China*, Mar, 28. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics\\_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328\\_705553.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html) Consultado em 24/04/2023

MFA (2004). President Hu Jintao Answers Questions from Honored Guests of the Boao Forum for Asia on the Spot. *Foreign Affairs People's Republic of China*, 24 de abril. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/zzjg\\_663340/yzs\\_663350/dqzzywt\\_663588/200404/t20040424\\_509094.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/yzs_663350/dqzzywt_663588/200404/t20040424_509094.html). Consultado em 30/03/2023

MFA (2016a). Build a New Type of International Relations Featuring Win-Win Cooperation - China's Answer to the Question "Where Are the International Relations of the 21st Century" Wang Yi Minister of Foreign Affairs People's Republic of China, 20 Junho. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/wjbz\\_663308/2461\\_663310/201607/t20160701\\_468628.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/201607/t20160701_468628.html). Consultado em 29/04/2023.

MFA (2016b). Xi Jinping Meets with Prime Minister Alexis Tsipras of Greece. *Foreign Affairs People's Republic of China*, July 5. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/gjhq\\_665435/3265\\_665445/3301\\_664560/3303\\_664564/201607/t20160708\\_576491.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhq_665435/3265_665445/3301_664560/3303_664564/201607/t20160708_576491.html). Consultado em 29/04/2022.

MFA (2020a). Geng Shuang: Chinese Government Sent Epidemic Response Experts to Italy. *Foreign Affairs People's Republic of China*, 12 de março. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xwfw\\_665399/s2510\\_665401/2535\\_665405/202003/t20200312\\_697018.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xwfw_665399/s2510_665401/2535_665405/202003/t20200312_697018.html). Consultado em 11/04/2023.

MFA (2020b). Study and Implement Xi Jinping Thought on Diplomacy Conscientiously and Break New Ground in Major-Country Diplomacy with Chinese Characteristics. Speech by H.E. Wang Yi State Councilor and Minister of Foreign Affairs. At the Inauguration Ceremony of The Xi Jinping Thought on Diplomacy Studies Centre. *Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China*, 20 July. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/202007/t20200721\\_678873.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202007/t20200721_678873.html)

MFA (2021). Strive to Build a China-Africa Community with a shared future In the New Era-Address by H.E. Ambassador LIU Yuxi at the Topping Out Ceremony of ACDC Headquarters Building. *Foreign Affairs People's Republic of China*, 27 de novembro. Disponível em

[https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb\\_663304/zwjg\\_665342/zwbd\\_665378/202111/t20211127\\_10454129.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/202111/t20211127_10454129.html). Consultado em 11/04/2023.

NDRC (2021). Outline of the People's Republic of China 14th Five-Year Plan for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives for 2035. *A New Journey to Build a Modern Socialist Country*, 20 de outubro. Disponível em <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202203/P020220315511326748336.pdf>. Consultado em 16/03/2023.

Nihaoportugal (2020). Nova Rota da Seda: China aumenta investimento. *Nihaoportugal*, 22 de dezembro. Disponível em <https://nihaoportugal.pt/2020/12/22/nova-rota-da-seda-china-aumenta-investimento-nova-rota-da-seda/>. Consultado em 16/03/2023.

News China (2022). 北约轰炸中国使馆23周年将至 外交部：中国人民永远不会忘记 北约这一野蛮暴行 (The 23rd anniversary of NATO's bombing of the Chinese embassy is approaching. The Ministry of Foreign Affairs: The Chinese people will never forget this barbaric atrocity by NATO). *News China*, 6 de maio. Disponível em [http://news.china.com.cn/txt/2022-05/06/content\\_78204057.htm](http://news.china.com.cn/txt/2022-05/06/content_78204057.htm). Consultado em 11/04/2023.

O Jornal Económico (2018). O mais inquietante na China é não saber como as decisões são tomadas. António Caeiro. *Jornal Económico com Lusa*, 30 de novembro. Disponível em <https://jornaleconomico.pt/noticias/antonio-caeiro-o-mais-inquietante-na-china-e-nao-se-saber-como-as-decisoes-sao-tomadas-383806>. Consultado em 15/03/2023.

O Jornal Económico (2022). Manobras militares chinesas terminaram, tensão mantém-se. Ferreira, R. *Jornal Económico*, 14 de agosto. Disponível em <https://jornaleconomico.pt/noticias/manobras-militares-chinas-terminaram-tensao-mantem-se-926012>. Consultado em 15/03/2023.

Observador (2019). Edward Snowden: a privacidade dos dados e uma geração "que já não é dona de nada". *Observador*, 4 de novembro. Disponível em <https://observador.pt/2019/11/04/edward-snowden-a-privacidade-dos-dados-e-uma-geracao-que-ja-nao-e-dona-de-nada/>. Consultado em 15/03/2023.

Portuguese.china.org.cn (2017). Cooperação Económica da Sub-região do Grande Mekong (FRC). *China Org*, 25 de abril. Disponível em [http://portuguese.china.org.cn/china\\_key\\_words/2017-04/25/content\\_40688444.htm](http://portuguese.china.org.cn/china_key_words/2017-04/25/content_40688444.htm). Consultado em 29/04/2023.

Público (2020). Covid-19: Austrália pede investigação à origem do surto em Wuhan e China diz: "Nem pensar!". *Fernandes, R., Público* 20 de abril. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/04/20/mundo/noticia/australia-pede-investigacao-origem-surto-wuhan-china-pensar-1913073>. Consultado em 15/09/2022.

Público (2022) Sem deixar cair a máscara da ambiguidade, China oferece-se para mediar o conflito na Ucrânia. Lima, A., *Público*, 7 de março. Disponível em <https://www.publico.pt/2022/03/07/mundo/noticia/deixar-cair-mascara->

[ambiguidade-china-oferecese-mediatar-conflito-ucrania-1997869](#). Consultado em 15/09/2023.

Reuters (2019). Timeline: From reform hopes to brutal crackdown - China's Tiananmen protests. *Reuters*, 27 de maio. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-china-tiananmen-timeline-idUSKCN1SX0IB>. Consultado em 14/03/2023.

Reuters (2022). China to send troops to Russia for 'Vostok' exercise. *Reuters*, 17 de agosto. Disponível em <https://www.reuters.com/world/china/chinese-military-will-send-troops-russia-joint-exercise-2022-08-17/>. Consultado em 06/04/2023.

SCMP Reporters (2022) China's ideology tsar Wang Huning tipped to head the National People's Congress. *SCMP*, 18 de outubro. Disponível em <https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3196399/chinas-ideology-tsar-wang-huning-tipped-head-national-peoples-congress>. Consultado em 17/03/2023.

State Council Information Office the People's RPC (2017). IT majors praise plan for a digital silk road. SCIO, May 15. Disponível em [http://english.scio.gov.cn/beltandroad/2017-05/15/content\\_40817363.htm](http://english.scio.gov.cn/beltandroad/2017-05/15/content_40817363.htm). Consultado 01/06/2022

State Council of the People's RPC (2018). "China's Arctic Policy". *State Council of the People's RPC*, Jan 26. Disponível em [https://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2018/01/26/content\\_281476026660336.htm](https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm). Acesso em 29/05/2023.

The Antarctic Treaty (1959). *Secretariat of Antarctic Treaty*. Disponível em <https://www.ats.aq/e/antarctic treaty.html>. Consultado em 15/02/2022.

The Washington Post (2014). 5 reasons China has no friends, Ali Wyne. *WP*, 8 de julho. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2014/07/08/5-reasons-china-has-no-friends/>. Consultado em 14/03/2023.

The Washington Post (2019). China adds Washington Post, Guardian to 'Great Firewall' blacklist. Gerry Shih. *WP*, 8 de junho. Disponível em [https://www.washingtonpost.com/world/china-adds-washington-post-guardian-to-great-firewall-blacklist/2019/06/08/5ae4fb76-8a56-11e9-b1a8-716c9f3332ce\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/china-adds-washington-post-guardian-to-great-firewall-blacklist/2019/06/08/5ae4fb76-8a56-11e9-b1a8-716c9f3332ce_story.html). Consultado em 11/04/2023.

The Wall Street Journal (2020). Internet Shutdowns Become a Favorite Tool of Governments: 'It's Like We Suddenly Went Blind'. *Feliz Solomon. WSJ*, 25 de fevereiro. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/internet-shutdowns-become-a-favorite-tool-of-governments-its-like-we-suddenly-went-blind-11582648765>. Consultado em 11/04/2023.

The White House (2017). National Security Strategy of the United States of America. *The White House*, Dezembro. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Consultado em 25/03/2021.

- The White House (2022b). Fact Sheet: Chips and Science Act Will Lower Costs, Create Jobs, Strengthen Supply Chains, and Counter China. *The White House*, 9 de agosto. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/08/09/fact-sheet-chips-and-science-act-will-lower-costs-create-jobs-strengthen-supply-chains-and-counter-china/>. Consultado em 25/03/2021.
- The White House (2022a). Biden-Harris Administration's National Security Strategy *The White House*, 12 de outubro. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Consultado em 25/04/2023.
- Truman, Harry S. (1949). Truman's inaugural address. *Harry S. Truman Library & Museum*. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>.
- United Nations (2018). Promoting mutually beneficial cooperation in the field of human rights : resolution. *Human Rights Council*, 23 Março. ONU – Conselho de Direitos Humanos (37ª sessão: 2018: Genebra). Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/1629630>. Consultado em 23/04/2023.
- Xi, J. (2021). Keeping up the Momentum and Working Together for A New Chapter in China-CEEC Cooperation. Keynote Speech by Xi Jinping. *China-CEEC Summit. Beijing, 9 February*. Disponível em [http://english.scio.gov.cn/m/topnews/2021-02/10/content\\_77206702.htm](http://english.scio.gov.cn/m/topnews/2021-02/10/content_77206702.htm).
- Xinhua (2013a). 习近平在纳扎尔巴耶夫大学的演讲 (全文) (Speech by Xi Jinping at Nazarbayev University (full text)). *Xinhua*, 8 de setembro. Disponível em [http://www.xinhuanet.com//politics/2013-09/08/c\\_117273079.htm](http://www.xinhuanet.com//politics/2013-09/08/c_117273079.htm). Consultado em 21/03/2023.
- Xinhua (2013b). 习近平在周边外交工作座谈会上发表重要讲话 (Xi Jinping Delivers Important Speech at Symposium on Neighboring Diplomatic Work). *Xinhua*, 10 de outubro. Disponível em [http://www.xinhuanet.com//politics/2013-10/25/c\\_117878897.htm](http://www.xinhuanet.com//politics/2013-10/25/c_117878897.htm). Consultado em 13/04/2023.
- Xinhua (2015). Towards a Community of Common Destiny and A New Future for Asia. Full text of the keynote speech given by Chinese President Xi Jinping at the Boao Forum for Asia Annual Conference. *Xinhua*, 28 de março. Disponível em [http://www.xinhuanet.com//english/2015-03/29/c\\_134106145.htm](http://www.xinhuanet.com//english/2015-03/29/c_134106145.htm).
- Xinhua (2016b). 携手打造绿色、健康、智力、和平的丝绸之路(Xi Jinping: Join hands to build a green, healthy, intellectual, and peaceful Silk Road). *Xinhua*, 22 de junho. Disponível em [http://www.xinhuanet.com/world/2016-06/22/c\\_1119094645.htm](http://www.xinhuanet.com/world/2016-06/22/c_1119094645.htm). Consultado em 11/04/2023.
- Xinhua (2016a). 工信部发布五年规划中小企业发展开启“新窗口”(The Ministry of Industry and Information Technology released the five-year plan for the development of small and medium-sized enterprises to open a "new window"). *Xinhua*, 6 de julho. Disponível em [http://www.gov.cn/xinwen/2016-07/06/content\\_5088616.htm](http://www.gov.cn/xinwen/2016-07/06/content_5088616.htm). Consultado em 07/03/2023.

- Xinhua (2016c). China e Grécia buscam maior cooperação em Cinturão e Rota através do porto de Pireus. *Xinhua*, 6 de julho. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2016-07/06/c\\_136222751.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2016-07/06/c_136222751.htm). Consultado em 11/04/2023.
- Xinhua (2016d). Começam testes da primeira estação terrestre receptora de sinais de satélite da China no exterior. *Xinhua*, 16 de dezembro. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2016-12/16/c\\_135909896\\_3.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2016-12/16/c_135909896_3.htm). Consultado em 23/04/2023.
- Xinhua (2017a). Presidente chinês pronuncia discurso no fórum de Davos pela primeira vez para governança global. *Xinhua*, 18 de janeiro. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2017-01/18/c\\_135992053.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2017-01/18/c_135992053.htm). Consultado em 03/04/2023.
- Xinhua (2017d). China e OMS construirão Rota da Seda "saudável". *Xinhua*, 19 de janeiro. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2017-01/19/c\\_135994881\\_2.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2017-01/19/c_135994881_2.htm). Consultado em 11/04/2023.
- Xinhua (2017b). Estatuto do PCC consagra pensamento de Xi como parte do guia de ação. *Xinhua*, 24 de outubro. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2017-10/24/c\\_136702564.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2017-10/24/c_136702564.htm). Consultado em 16/03/2023.
- Xinhua (2017c). Íntegra do Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China., *Xinhua*, 3 de novembro. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2017-11/03/c\\_136726423.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2017-11/03/c_136726423.htm). Consultado em 17/03/2023.
- Xinhua (2018b). Terceira sessão plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China emite comunicado. *Xinhua*, 1 de março. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2018-03/01/c\\_137006797.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2018-03/01/c_137006797.htm). Consultado em 04/02/2021.
- Xinhua (2018c). Full text of Chinese Premier Li Keqiang's speech at China - ASEAN Summit. *Xinhua*, 15 de novembro. Disponível em [http://www.xinhuanet.com/english/2018-11/15/c\\_137607654.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-11/15/c_137607654.htm). Consultado em 07/03/2022.
- Xinhua (2018a). 关于“中国梦”，习近平总书记是这样描绘的(Regarding the "Chinese Dream", Xi Jinping described it like this). *Xinhua*, 30 de novembro. Disponível em [http://www.xinhuanet.com/zgix/2018-11/30/c\\_137641470.htm](http://www.xinhuanet.com/zgix/2018-11/30/c_137641470.htm)
- Xinhua (2019b). Porto de Pireu, na Grécia, alivia depressão económica e ilumina o futuro. Yu shuaishuai. *Xinhua*, 18 de abril. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2019-04/18/c\\_137987332.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2019-04/18/c_137987332.htm). Consultado em 23/04/2023.
- Xinhua (2019a). Livro Branco sobre a defesa nacional da China, Gabinete de Informação do Conselho de Estado, República Popular da China. *Xinhua*, 24 de julho. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2019-07/24/c\\_138254057.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2019-07/24/c_138254057.htm). Consultado em 23/04/2023.

- Xinhua (2020c). China Acted Responsibly in Global Fight Against Coronavirus: Greek Expert. *Xinhua*, 14 de março. Disponível em [www.xinhuanet.com/english/2020-03/14/c\\_138875830.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2020-03/14/c_138875830.htm). Consultado em 12/04/2023.
- Xinhua (2020a). 央行：数字人民币封闭测试不会影响人民币发行流通 (Central Bank: Closed test of digital renminbi will not affect the circulation of renminbi). *Xinhua*, 17 de abril. Disponível em [http://www.gov.cn/xinwen/2020-04/17/content\\_5503711.htm](http://www.gov.cn/xinwen/2020-04/17/content_5503711.htm). Consultado em 24/03/2023.
- Xinhua (2020b). Número de internautas da China atinge 904 milhões. *Xinhua*, 28 de abril. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2020-04/28/c\\_139014655.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2020-04/28/c_139014655.htm). Consultado em 11/04/2023.
- Xinhua (2020d). Education Action Plan for the Belt and Road Initiative. *Xinhua*, 16 de junho. Disponível em <https://en.imsilkroad.com/p/314241.html>. Consultado em 11/04/2023.
- Xinhua (2021c). Keynote address by Xi Jinping at CPC and World Political Parties Summit. *Xinhua*, 7 de julho. Disponível em [http://www.xinhuanet.com/english/2021-07/07/c\\_1310048196.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2021-07/07/c_1310048196.htm). Consultado em 24/03/2023.
- Xinhua (2021a). Comércio China - ASEAN cresce 85 vezes em três décadas. *Xinhua*, 30 de julho. Disponível em [http://portuguese.xinhuanet.com/2021-07/30/c\\_1310096473.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2021-07/30/c_1310096473.htm). Consultado em 11/04/2023.
- Xinhua (2021b). 习近平出席并主持中国 - 东盟建立对话关系30周年纪念峰会 正式宣布建立中国东盟全面战略伙伴关系 (China, ASEAN form comprehensive strategic partnership as Xi chairs summit). *Xinhua*, 22 de novembro. Disponível em [http://www.gov.cn/xinwen/2021-11/22/content\\_5652491.htm](http://www.gov.cn/xinwen/2021-11/22/content_5652491.htm).
- Xinhua (2022a). Cooperação Lancang-Mekong se transformou em "modelo de ouro" de cooperação regional, diz chanceler chinês. *Xinhua*, 5 de julho. Disponível em <https://english.news.cn/20220705/852e9a595b0745b5b11fa1c50d79f772/c.html>. Consultado em 11/04/2023.
- Xinhua (2022b). Porta-voz chinês comenta livro branco sobre questão de Taiwan e reunificação da China na nova era. *Xinhua*, 10 de agosto. Disponível em <http://portuguese.xinhuanet.com/20220810/7a18e3188471419bb52a43598967a5ef/c.html>. Consultado em 14/03/2023.

## Fontes Secundárias

- Acharya, A. & Buzan, B. (2017). "Why is there no non-Western RI Theory? Ten years later". *Asia Pacific International Relations*. 17(3): 341-370.
- Agnew, J. (2010). "Emerging China and Critical Geopolitics: Between World Politics and Chinese Particularity". *Eurasian Geography and Economics*, 51(5): 569-582.
- Allison, G. (2019). "Escaping The Thucydides Trap". *China US Focus*, 29 de março. Disponível em <https://chinausfocus.com/foreign-policy/escaping-the-thucydides-trap>. Consultado em 27/04/2023.
- Acioly, L. (2019). *Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9154/1/TD\\_2463.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9154/1/TD_2463.pdf)
- Almeida, H.(2019). "A Nova Rota da Seda e a Expansão Marítima da República Popular da China (2013-2019)". Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Área de Especialização em RI. *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa*. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/101132/1/Helder Almeida 48900 DCPRI.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/101132/1/Helder%20Almeida%2048900%20DCPRI.pdf).
- Amin, S. (2015). "From Bandung (1955) to 2015: Old and New Challenges for the States, the Nations and the Peoples of Asia, Africa and Latin America". *International Critical Thought*. 5(4). Disponível em <https://doi.org/10.1080/21598282.2015.1102117>
- Anand, D. (2019). "Colonization with Chinese Characteristics: Politics of (in) Security in Xinjiang and Tibet." *Central Asian Survey*, 38 (1): 129-47.
- Arruda, R. E. e Silva, T.R. (2019). "Implicações éticas do Sistema de Crédito Social chinês no cotidiano das cidades". *VIRUS- 19*. Disponível em <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=9&lang=pt>.
- Avdaliani, E. (2021). "China Seeks to Boost its Role in the Arctic". *China Observers in Central and Eastern Europe (CHOICE)*. Disponível em <https://chinaobservers.eu/china-seeks-to-boost-its-role-in-the-arctic/>.
- Bary, W. (1983). *A tradição liberal na China*. Hong Kong: Imprensa universitária chinesa.
- Berlie, J. (2020). "China's globalization and the Belt and Road Initiative. Xinjiang and Central Asia's pivot of history for the Belt and Road Initiative". *The Education University of Hong Kong*. Disponível em <https://repository.eduhk.hk/en/publications/xinjiang-and-central-asias-pivot-of-history-for-the-belt-and-road>
- Black, S. e Morrison, A.(2021). "The Strategic Challenges of Decoupling". *Harvard Business Review Magazine-May-June*. Disponível em <https://hbr.org/2021/05/the-strategic-challenges-of-decoupling>

- Brady, Anne-Marie (2010). "China's Rise in Antarctica?" *University of California Press. Asian Survey*, 50(4): 759-785
- Brady, Anne-Marie (2012). "Polar Stakes: China's Polar Activities as a Benchmark for Intentions". *The Jamestown Foundation*, 12(14). Disponível em <https://jamestown.org/program/polar-stakes-chinas-polar-activities-as-a-benchmark-for-intentions/>.
- Brady, Anne-Marie (2017). "China's Expanding Antarctic Interests Implications for Australia". *Australian Strategic Policy Institute*, 17 de agosto. Disponível em [https://s3-ap-southeast-2.amazonaws.com/ad-aspi/2017-08/SR109%20Chinas%20expanding%20interests%20in%20Antarctica.pdf?L\\_qDGafveA4ogNHB6K08cq86VoEzKQc\\_](https://s3-ap-southeast-2.amazonaws.com/ad-aspi/2017-08/SR109%20Chinas%20expanding%20interests%20in%20Antarctica.pdf?L_qDGafveA4ogNHB6K08cq86VoEzKQc_=)
- Bresnick, S. e Haenle, P. (2020). "Amid Coronavirus Pandemic, China Seeks Larger Role on World Stage". *Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy*. Disponível em <https://carnegieendowment.org/2020/04/09/amid-coronavirus-pandemic-china-seeks-larger-role-on-world-stage-pub-81515>
- Brinsã, A. (2021). "How China's 17+1 Became a Zombie Mechanism". *The Diplomat*, February 10. <https://thediplomat.com/2021/02/how-chinas-171-became-a-zombie-mechanism/>
- Brown, K. (2017). *China's World: What Does China Want?* London: I.B. Tauris
- Brzezinski, Z. (2004). *The Choice: Global Domination or Global Leadership*. New York: Basic Books
- Buckley, P.(2020). "China's Belt and Road Initiative and the Covid-19 crisis". *Journal of International Business Policy*.3: 311-314
- Bukovansky, M. (2016). "The responsibility to accommodate. Ideas and change", in T. Paul (ed.) *Accommodating rising powers: Past, Present, and Future-Cambridge: Cambridge University Press*.(1): 87-107.
- Buzan, B. (2007). *People, States and Fear*. Essex: Colchester: 237-246
- Buzan, B. (2010). "China in International Society: Is "Peaceful Rise" Possible?" *China's Journal of International Politics*. 3 (1): 5-36.
- Caixeta, M.(2022). "A contribuição da China para a Cooperação Sul-Sul: o socialismo de mercado". *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife. 47(255):186-217.
- Calabrese, J. (2022). "China's Health Silk Road and the BRI Agenda in the Middle East". *The Middle East Institute*. Disponível em <https://www.mei.edu/publications/chinas-health-silk-road-and-bri-agenda-middle-east>
- Callahan, W. (2008). "Chinese Visions of World Order: Post-hegemonic or a New Hegemony?" *International Studies Review*. 10 (4): 749-761.
- Callahan, W. (2012). "Sin-speak: Chinese exceptionalism and the politics of history". *The Journal of Asian Studies*, 77(1): 33-55.

- Callahan, W. (2015). "History, Tradition, and the China Dream: socialist modernization in the World of Great Harmony." *Journal of Contemporary China*. 24(96):983-1001.
- Callahan, W. (2016)). "China's "Asia Dream": The Belt Road Initiative and the new regional order". *Asian Journal of Comparative Politics*.1(3): 226-243.
- Carminati, D. (2020). "The State of China's Soft Power in 2020". *E-International Relations*. Disponível em <https://www.e-ir.info/2020/07/03/the-state-of-chinas-soft-power-in-2020/>
- Cathcart, A.(2020). "Chinese and South Korea strategy". *An Emerging Chine-Centric Order China's Vision for a New World Order in Practice*(19-33). Rolland, N. *The Nacional Bureau of Asian Research. NBR Special Report 87*.Agust 2020. Disponível em <https://www.nbr.org/publication/an-emerging-china-centric-order-chinas-vision-for-a-new-world-order-in-practice/>.
- Chen, X.(2017). "Win-Win Cooperation: Formation, Development and Characteristics". China Institute of International Studies, Nov, 17. Disponível em [https://www.ciis.org.cn/english/ESEARCHPROJECTS/Articles/202007/t20200715\\_3604.html](https://www.ciis.org.cn/english/ESEARCHPROJECTS/Articles/202007/t20200715_3604.html).
- Williamson, J. (2012). Is the "Beijing Consensus" Now Dominant? *Asia Policy, National Bureau of Asian Research (NBR)*.13:(1-16). <https://relooney.com/NS3040/Washington-Consensus-Chapter.pdf>
- Charmelot, J. (2009). "Le "smart power" américain, un défi pour l'Europe". *Question d'Europe, Fondation Robert Schuman*. 127: 1-26.
- Chaves, A. (2020). "De la Fábrica del Mundo al Gran Poder: el misterio Chino". *Research, Society and Developmen*.9(8). Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5389/4891>.
- Chellaney, B. (2017). "Imperialismo credor da China". *Jornal de Negócios*, 31 de dezembro. Disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/economistas/detalhe/o-imperialismo-credor-da-china>.
- Chung, J.H. (2009). "China's "Soft" Clash with South Korea: The History War and Beyond". *Asian Survey*. 49(3): 468-483.
- Cintra, M & Pinto, E. (2017). "China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento". *Revista de Economia Política*, abril-junho. 37 (2): 381-400.
- Cohen, B (2019). *Currency statecraft: Monetary rivalry and geopolitical ambition*. Chicago: Chicago press
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2018). "Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject". *SAGE Journals Home*. 20(4): 336-349.
- Creemers, R. (2020). "China's Conception of Cyber Sovereignty: Rhetoric and Realization". *Broeders D. & Berg B. van den (Eds.) Governing Cyberspace: Behavior, Power, and Diplomacy. Digital Technologies and Global Politics* Lanham: Rowman & Littlefield. 107-142. Disponível em

<https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=512022013088065069022097065023072022002044041012003011006097098102065015087085099099117039054020044048107091070089011017080115061011091079018122099090126092082107064050092037081005088083067071113118097002025102090010071102124064115122011106089013114120&EXT=pdf&INDEX=TRUE>.

Da Silva, J. (2021). *Xi Jinping. A ascensão do novo timoneiro da China. O homem, a política e o mundo*. Faro: Sílabas & Desafios.

Da Silva, J. (2022a). “Quanto vale a Ucrânia para a China?” *Público*, 16 de março. Disponível em <https://www.publico.pt/2022/03/16/opiniaopublico/opiniaopublico/vale-ucrania-china-1998946>

Da Silva, J. (2022b). “A Ucrânia é aprendizagem para Pequim. A China está atenta à lição”. *Renascença*, 25 de março. Disponível em <https://rr.sapo.pt/especial/mundo/2022/03/25/a-ucrania-e-aprendizagem-para-pequim-a-china-esta-atenta-a-licao/277896/>.

Da Silva, J.(2022c). “China vai tentar que Taiwan continue isolado internacionalmente”. *CNN Portugal*, 2 de agosto. Disponível em <https://cnnportugal.iol.pt/videos/china-vai-tentar-que-taiwan-continue-isolado-internacionalmente-a-analise-de-jorge-tavares-da-silva/62e859670cf2f9a86eafba89>

Da Silva e Varela, (2020). “O quadro de cooperação sino-cabo-verdiano na era de Xi Jinping”. *Relações Internacionais*, março. 65:71-86. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/343570278\\_The\\_Sino-Cape\\_Verdean\\_cooperation\\_framework\\_in\\_the\\_era\\_of\\_Xi\\_Jinping/fulltext/5fd0f85f299bf188d405cdf8/The-Sino-Cape-Verdean-cooperation-framework-in-the-era-of-Xi-Jinping.pdf](https://www.researchgate.net/publication/343570278_The_Sino-Cape_Verdean_cooperation_framework_in_the_era_of_Xi_Jinping/fulltext/5fd0f85f299bf188d405cdf8/The-Sino-Cape-Verdean-cooperation-framework-in-the-era-of-Xi-Jinping.pdf).

Dams, T., Schaik, L. & Stoetman, A. (2020). *Presence before power: China's Arctic strategy in Iceland and Greenland*. Hague: Clingendael Institute. Disponível em <https://www.clingendael.org/sites/default/files/2020-06/presence-before-power.pdf>.

Dan, X. (2004). “State-Building, The Original Push for Institutional Changes in Modern China, 1840-1950”. *Department of Economic History London School of Economics*, Working Paper nº 01/04. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/22491/1/wp01.pdf>

Davidson, J. (2006). *The origins of revisionist and status quo states*. London: Palgrave.

Dilthey, W. (1894). *Ideias acerca de uma Psicologia Descritiva e Analítica*. *Monde de L'Esprit*, I, trad. de M. Remy, Paris, Aubier

Ding, S. (2010). “Analyzing rising power from the perspective of soft power: a new look at China's rise to the status quo power”, *Journal of Contemporary China*, 19(64):255–272.

Doshi, R.(2021).*The Long Game- China's Grand Strategy to Displace American Order*. Oxford: Oxford University Press.

- Dreyer, J.T.(2015). "The 'Tianxia Trope': will China change the international system?" *Journal of Contemporary China*. 24(96):1-1724.
- Drinhausen, K. & Legarda, H.(2022). *CONFIDENT PARANOIA Xi's "comprehensive national security" framework*. Berlin: MERICS CHINA MONITOR shapes China's behavior at home and abroad
- Duarte, P. (2012). "Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa". Rio de Janeiro: *SciELO*. 34(2): 501-529. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cint/a/CgWRgLTS7fcY6Tjw7mYKWYL/?lang=pt&format=pdf>
- Duarte, P. (2014). *Metamorfoses no Poder: rumo à hegemonia do dragão?* Lisboa: Chiado Editora.
- Duarte, P. (2017). *Pax Sinica*. Lisboa: Chiado Editora.
- Duarte, P. (2019). "A Faixa e Rota e o Caráter Cíclico da História.". *Janus 2018-19. Observare-Universidade Autónoma de Lisboa*. (2019): 56-57. Disponível em <https://www.almedina.net/indices/9772183481006.pdf>.
- Duarte, P. (2020). "Portugal na Faixa e Rota: Impacto, Oportunidades e Desafios". *Brotéria*.190(4): 419-427.
- Duchâtel, M.; Godement, F& Zhu V. (2020). "Fighting Covid-19: East Asian Responses to the Pandemic". *Institut Montaigne*. Disponível em <https://www.institutmontaigne.org/en/publications/fighting-covid-19-east-asian-responses-pandemic>
- Feal, A.O. (2022). "China en el Ártico". *Global Strategy*, 26 nov. Disponível em <https://global-strategy.org/china-en-el-artico/>
- Fishman, D. (2019). "China's Advance into the Antarctic". *Lawfare*, 27 de outubro. Disponível em <https://www.lawfareblog.com/chinas-advance-antarctic>.
- Flint, C & Zhu, C. (2019). "The geopolitics of connectivity, cooperation, and hegemonic competition: The Belt and Road Initiative". *Science Direct .Geoforum*. February. 99: 95-101. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718518303634>.
- Flint, C e Xiaotong, Z. (2019). "Historical–Geopolitical Contexts and the Transformation of Chinese Foreign Policy". *Oxford. The Chinese Journal of International Politics*.12(3) 295–331.
- Flouzat, D. (2021). "Chine : la construction de sa puissance économique". *Vie & sciences de l'entreprise*. 1-2 (N° 211-212):256- 284.
- Forsby, A. B. (2011). *The non-western challenger? the rise of a sino-centric China*. Copenhaga: Institute para os Estudos Internacionais
- Fukuyama, F. (2014). *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*, New York: Farrar, Straus, and Giroux.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: Simon & Schuster.

- Ganshina, G.I.(2016). "The history of development of the "soft power" policy in China". *RUDN Journal of World History*. (3) 63-72. Disponível em <https://journals.rudn.ru/world-history/article/view/14364>.
- Gaspar, C. (2020). *O Mundo de Amanhã- Geopolítica Contemporânea*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- Gilpin, R.(1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gladun, H.(2018). " BRICS Development Through Socially Responsive Economy." *BRICS Law Journal*. 5(3): 152-159. Disponível em <https://international.vlex.com/vid/brics-development-through-socially-849689977>.
- Gupta, A. (2020). "Global Strike vs. Globalization: The US-China Rivalry and the BRI". *The Belt and Road Initiative: An Old Archetype of a New Development Model*, Francisco José B. S. Leandro e Paulo Afonso B. Duarte. 45-60. Palgrave Macmillan
- Ha, H. T. (2019). "Understanding China's Proposal for an ASEAN-China Community of Common Destiny and ASEAN's Ambivalent Response". *Contemporary Southeast Asia*, 41(2):223-254.
- Harrell, P., Rosenberg, E., & Saravalle, E. (2018). "China's use of coercive Economic measures." *Center for a New American Security*. JUNE 11. Disponível em <https://www.cnas.org/publications/reports/chinas-use-of-coercive-economic-measures>.
- Hayton, B. (2019). "The Modern Origins of China's South China Sea Claims: Maps, Misunderstandings, and the Maritime Geobody". *Modern China*.45 (2):127-170.
- He, F. (1992). jianli zhongguo de guoji guanxi lilun [Constrói a teoria de RI da China]. shijiejingjiyuzhengzhi [Economia e Política Mundial]. (1) 36-39.
- Heijmans, O. & Putten, F.(2018). "A United Nations with Chinese characteristics?" *Clingendael Repor* December. Hague: Netherlands Institute of International Relations. Disponível em [https://www.clingendael.org/sites/default/files/2018-12/China in the UN 1.pdf](https://www.clingendael.org/sites/default/files/2018-12/China%20in%20the%20UN%201.pdf)
- Heath, T. (2013) "Diplomacy work forum: Xi steps up efforts to shape a China-centered regional order". *Jamestown. China Brief*. 13(22). Disponível em [http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=41594&cHash=a803315cd93291ad8b1043771111270b#.VxfpaKulb8s](http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=41594&cHash=a803315cd93291ad8b1043771111270b#.VxfpaKulb8s)
- Hillman, J.(2020). "A 'China Model?' Beijing's Promotion of Alternative Global Norms and Standards." *Reconnecting Asia Project*, CSIS, March 13. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/china-model-beijings-promotion-alternative-global-norms-and-standards>
- Holslag, J. (2021). *World Politics since 1989*. Cambridge: Polity Press.
- Holsti, K. J. 2010. "Exceptionalism in American Foreign Policy: Is It Exceptional?" *European Journal of International Relations* 17(3), 381-414.

- Homerin, L. (2003). "Unipolarité ou multipolarité du système international après les événements du 11 septembre 2001". *Pierre Vercauteren. FUCAM Université catholique de Louvain*,
- Hong, Y. (2017). "Reading the 13th Five-Year Plan: Reflections on China's ICT policy". *International Journal of Communication* 11:1755-1774. Disponível em <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6366/2007>.
- Hortan, C. (2020). "China's Engagement with Cambodia: Developing a Strategic Foothold in Southeast Asia". An Emerging China-Centric Order China's Vision for a New World Order in Practice" *Edited by Rolland. N. The National Bureau of Asian Research. NBR Special Report.87(1):1-17. Disponível em [https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/sr87\\_aug2020.pdf](https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/sr87_aug2020.pdf)*
- Houtart, F. (2016). "Rapports Nord-Sud ou la rigueur des concepts". *Alternatives Sud*. 23 (2): 157-178.
- Hoxha, E. (1979). *O Eurocomunismo é Anticomunismo*. Trad: Aníbal Jardim. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. Disponível em [http://www.enverhoxha.ru/Archive\\_of\\_books/enver\\_hoxha\\_imperialism\\_and\\_revolution\\_rus.pdf](http://www.enverhoxha.ru/Archive_of_books/enver_hoxha_imperialism_and_revolution_rus.pdf)
- Hu, W. (1994). "Clash of civilizations : Paradigm or myth? Exploration and Discussion". (9), 45-46.
- Huang, P e Liu, Z.(2018). *16+1 Cooperation": Status Quo Prospects and Policy Suggestions*. Pequim: *China Social Sciences Press*. Disponível em: <https://sha.static.vipsite.cn/media/thinktank/attachments/0fce825df010436d7fd203d82c495d6b.pdf>
- Huang, Yanzhong (2022). "The Health Silk Road: How China Adapts the Belt and Road Initiative to the Covid-19 Pandemic". *American Journal of Public Health Electronic*. April Disponível em <https://ajph.aphapublications.org/author/Huang%2C+Yanzhong?startPage=&sortBy=ContribSort>.
- Huang, Yiping. (2016). "Understanding China's Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment." *China Economic Review*, September. *Sciencedirect* 40:314-321 314-321.
- Hung, Ho-fung (2017). "A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. Revista de Economia Contemporânea". *Journal of Contemporary Economics*. 22 (1):1-26. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPj/?format=pdf&lang=pt>
- Huntington, S. (1993). *The Clash of Civilizations: And the Remaking of World*. New York: Simon & Schuster.
- Huntington, S. (1999). "The lonely superpower", *Foreign Affairs*. 78( 2) 35-49 .
- Hurrell, A. (2013), "Narratives of emergence: rising powers and the end of the Third World?" *Brazilian Journal of Political Economy*, June. 33(2).

- Ilhéu, F. (2020). "BRI-Sustainable, Inclusive Growth, and Financial Sources". Belt and Road Initiative, An Old Archetype of a New Development Model. 7 (149-172). Leandro, F. and Duarte, P., *Palgrave, Macmillan, London*.
- Ikenberry, J. (2008). "The rise of China and the future of the West: can the liberal system survive?" *Foreign Affairs*.87(1): 23-37 .
- Ikenberry, J. (2011). *Liberal leviathan: the origins, crisis, and transformation of the American world order*. Chicago: Princeton: Princeton University Press.
- Ikenberry, J. (2014). *The Rise of China and the Future of Liberal World Order*. London-The Royal Institute of International Affairs. Disponível em [https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field\\_document/20140507RiseofChina.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20140507RiseofChina.pdf)
- Jabbour, E. et Gabriele, A.(2021). *China: O socialismo do século XXI*. São Paulo : Boitempo Editorial.
- Jafar, S.J (2021). "Relações económicas sino-africanas na era global: dragão devora elefante com pauzinhos". *RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar*. 5 (1): 552-601. Disponível em <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/%20view/8531/6104>.
- Johnston, A. (2019). "The Belt and Road Initiative: What is in it for China?". *Asia & the Pacific Policy Studies*. 6 (1): 1-124. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/app5.265>.
- Johnston, A. (2003). "Is China a Status Quo Power?" *International Security. The MIT Press*. 27(4): 5-56.
- Johnston, A. & Ross, R.(2006). *New Directions in the Study of China's Foreign Policy*. Stanford , CA: Stanford University Press.
- Johnston, A. (2008). *Social States: China in International Institutions, 1980-2000*. Princeton:Princeton University Press.
- Johnston, A. (2021). "World Trade, E-Commerce, and COVID-19: Role of and Implications for China's Electronic World Trade Platform (eWTP)". *China Review*. The Chinese University of Hong Kong Press. 21(2): 65-86.
- Jones, L. A. (2020). "Does China's belt and road initiative challenge the liberal, rules-based order?" *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, 13(1): 113–133.
- Junqueira, E. (2021). "A diplomacia global de saúde chinesa: Histórico e evolução em tempos de pandemia". Seminário Pesquisar China Contemporânea, Campinas. 4: 14–15. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/3510>
- Kai,W.(2022). "China: Is it burdening poor countries with unsustainable debt?" BBC Reality Check. Disponível em <https://www.bbc.com/news/59585507>

- Karásková, I. ; Matura, T.; Turcsányi R. & Richard Q. (2018). "Central Europe for Sale: The Politics of China's Influence". *Chininfluence. CEIAS* Apr 16. Disponível em [https://ceias.eu/sk/central\\_europe\\_for\\_sale/](https://ceias.eu/sk/central_europe_for_sale/)
- Kastner e Saunders. (2012). "Is China a Status Quo or Revisionist State? Leadership Travel as an Empirical Indicator of Foreign Policy Priorities". *International Studies Quarterly*. 56(1):163–177. Disponível em <https://academic.oup.com/isq/article/56/1/163/1936753?login=false>.
- Keane, M. & Yu, H. (2019). A Digital Empire in the Making: China's Outbound Digital Platforms. *International Journal of Communication*. 13:4624-4641. Disponível em <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/10995/2803>.
- Kennedy, P. (1989). *Naissance et Déclin des Grandes Puissances*. Paris: Éditions Payot.
- Keohane, R.(1990). "Multilateralism: An Agenda for Research". *International Journal*. 45(4):731-764.
- Kim, W., & Gates, S. (2015). "Power transition theory and the rise of China". *International Area Studies Review*, 18(3): 219–226.
- King, A. (2022). "Power, shared ideas and order transition: China, the United States, and the creation of the Bretton Woods order". *European Journal of International Relations*. 28(4): 910-933. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/13540661221118787>.
- Kissinger, H.(2011). *Da China*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Kotz, D. M. (2022). "On the New Cold War Promoted by the US Government Against China—Interview with Professor David M. Kotz". *Taylor & Francis Online*. *International Critical Thought*. 2 (3) 337-348.
- Kowalski, B. (2017). "China's foreign policy towards Central and Eastern Europe: The "16+1" format in the South-South cooperation perspective. Cases of the Czech Republic and Hungary." - *Cambridge Journal of Eurasian Studies*.1(1). Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/315976212\\_China's\\_foreign\\_policy\\_towards\\_Central\\_and\\_Eastern\\_Europe\\_The\\_161\\_format\\_in\\_the\\_South-South\\_cooperation\\_perspective\\_Cases\\_of\\_the\\_Czech\\_Republic\\_and\\_Hungary](https://www.researchgate.net/publication/315976212_China's_foreign_policy_towards_Central_and_Eastern_Europe_The_161_format_in_the_South-South_cooperation_perspective_Cases_of_the_Czech_Republic_and_Hungary)
- Kupchan, C. A. (2014). "The Normative Foundations of Hegemony and The Coming Challenge to Pax Americana". *Taylor & Francis Online*. *Americana Security Studies*. 23(2):219-257.
- Kun Tang, Zhihui Li, Wenkai Li & Lincoln Chen (2017). "China's Silk Road and Global Health". *The Lancet Journal*. Review.390 (10112): 2595-2601. Disponível em [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(17\)32898-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(17)32898-2/fulltext)
- Kurlantzick, J.(2007). *Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World*, New Haven: Yale University Press

- Kynge, J. 2015. "China renminbi goal needs open markets". *The Financial Times*, July 29. Disponível em <https://www.ft.com/content/ee74deea-15d1-11e5-be54-00144feabdc0>
- Lancaster, R. & Rubin M. & Hooper, M. (2020). Mapping China's Silk Road. *Council on Foreign Relations*, April 10. Disponível em <https://www.cfr.org/blog/mapping-chinas-health-silk-road>
- Lanjian, C. & Wei, Z. (2015). "China OBOR in Perspective of High-speed Railway (HSR) - Research on OBOR Economic Expansion Strategy of China". *Advances in Economics and Business*. 3(8): 303-321.
- Leandro, F. & Duarte, P. (2020). *The Belt and Road Initiative: An old archetype of a new development model*. Singapore: Palgrave Macmillan.
- Lee, H. C. (2022). "Is China's presence the key destabilizing factor within ASEAN?" Final Year Project (FYP), *Nanyang Technological University, Singapore*. <https://hdl.handle.net/10356/157138>.
- Lemke, D. (1997). "The continuation of history: power transition theory and the end of the cold war", *Sage Publications. Journal of Peace Research*. 34 (1): 23-36.
- Letwin, O. (2021). *China versus América Um Alerta*. Tradução Chine vs America: A Warning (2021). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Li, B. (2020). *Tutorial for Outline of the Healthy China 2030. Plan National Health Commission of the People's Republic of China*. Singapore: Springer Nature Singapore Pte Ltd. and People's Medical Publishing House. Disponível em <https://link.springer.com/content/pdf/bfm:978-981-32-9603-9/1?pdf=chapter%20toc000086349.pdf> (mne.gov.pt).
- Li, J. (2020). "A conspiracy theory linking the US army to the coronavirus now has official Chinese endorsement". *Quartz*, March 13. Disponível em <https://qz.com/1817736/china-fuels-coronavirus-conspiracy-theory-blaming-us-army/>
- Li, S. (1999). *The Peaceful Orientation of Chinese Civilization: From Tradition to Reality: A Response to 'China Threat Theory'*. *Pinglun*. (19):30-33.
- Liang, D. (1994). "Lun guoji zhengzhi xue de Zhongguo tese" [On Chinese Characteristics of International Politics Studies], *Guoji zhengzhijianjiu*. (1): 15-21
- Lim, K.S., Ju, H., & Li, M. (2017). "China's Revisionist Aspirations in Southeast Asia and the Curse of the South China Sea Disputes". *China: An International Journal*. 15(1): 187-213.
- Lin, C. (2011). "The New Silk Road China's Energy Strategy in the Greater Middle East". *Policy Focus*, 109, April. *Washington: Institute for Near East Policy*. Disponível em <https://www.washingtoninstitute.org/media/3369>
- Liu, D. R. (1941). *waijiao kexue gailun* [Introduction of diplomatic science]. Xangai: Zhonghua Book Company .
- Liu, J. H. (1994). *lengzhanhou shijie chongtu wenti- ping heng ting dun de wenming chongtulun* [Conflitos mundiais pós-guerra fria - observações sobre o choque de

civilizações de Huntington]. *shijie jingji yu zhengzhi* [Economia e Política Mundial]. (2): 48-54.

- Liu, L.(2021). “Beyond the status quo and revisionism: an analysis of the role of China and the approaches of China’s Belt and Road Initiative (BRI) to the global order” *Routledge. Asian Journal of Political Science*. 29 (1):88-109. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/02185377.2020.1837193?nedAccess=true&role=button>.
- Liu, M. (2015). *The China Dream: Great Power Thinking and Strategic Posture in the Post-American Era*. CN Times Beijing Media Time United Publishing.
- Liu, Z. (2017). “China-CEEC Cooperation: China’s Building of a New Type of International Relation”. *CIRR* 23 (78):19-34. Disponível em <https://cirrj.org/index.php/cirrj/article/view/362/357>
- Long, T, Hiep, T & Binh, N.(2022). “Segurança marítima na região do Indo-pacífico: uma perspectiva geoestratégica do estreito de Malacca” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*.11(21):116-133.
- Lu, P.(2018). “The Chinese tradition of Sino-centrism IR and its influence on the Chinese School Movement”. *Taylor & Francis Group. The Pacific Review*.32 (2):150-167.
- Mações, B. (2018). *Corredor e Rota- Uma Ordem Mundial Chinesa*. Lisboa: Relógio D’Água
- Maizland, L.(2021).”Hong Kong’s Freedoms: What China Promised and How It’s Cracking Down”. *Council on Foreign Relations*. Disponível em <https://www.cfr.org/backgrounder/hong-kong-freedoms-democracy-protests-china-crackdown>
- Mahan, A (1897). *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*. Boston: Little, Brown and Company.
- Mahbubani, K. (2020). *A China já ganhou?* (P. Tavares, & S. Felício, Trads.) Lisboa: Bertrand.
- Mahbubani, K. (2022). *The Asian 21st Century*. Singapore : Springer Nature Singapore
- Manfredi, J. (2021). “El impacto de COVID-19 en la narrativa estratégica internacional”. *Madrid: IEEE*. 15 de enero (4). Disponível em [http://www.ieee.es/publicaciones-new/COVID-19/DIEEE004\\_2021\\_JUAMAN\\_NarrativaEstrategica.htm](http://www.ieee.es/publicaciones-new/COVID-19/DIEEE004_2021_JUAMAN_NarrativaEstrategica.htm)
- Mazarr, M., Priebe, M., Radin, A.& Cevallos, A.(2016). *Understanding the Current International Order*. Santa Monica, Cali: RAND Corporation
- Mazzi, D(2020). “O projeto da Nova Rota da Seda: uma possível reordenação dos fluxos comerciais internacionais”. *Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil*. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28535>
- Mastro, O. (2019). *The Stealth Superpower How China Hid Its Global Ambitions. Foreign Affairs January/February*. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/china-plan-rule-asia>.

- McBride, J, Berman, N. e Chatzky. A (2023). China's Massive Belt and Road Initiative. Council Foreign Relations. Disponível em <https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-massive-belt-and-road-initiative>.
- Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York- W.W Norton &Company
- Mearsheimer, J. (2013). "Structutral Realism". *Tim Dunne, Mija Kurki, and Steve Smith, eds., International Relations Theories: Discipline and Diversity, 3<sup>rd</sup> Edition. Oxford: Oxford University Press.* Disponível em [https://www.comackschools.org/Downloads/8\\_mearsheimer-\\_structural\\_realism.pdf](https://www.comackschools.org/Downloads/8_mearsheimer-_structural_realism.pdf)
- Mearsheimer, J. (2021).The Inevitable Rivalry America, China, and the Tragedy of Great-Power Politics. *Foreign Affairs.* Disponível em [https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-10-19/inevitable-rivalry-cold-war?utm\\_medium=promo\\_email&utm\\_source=lo\\_flows&u](https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-10-19/inevitable-rivalry-cold-war?utm_medium=promo_email&utm_source=lo_flows&u)
- Mei, R. (2000). "该不该有国际政治理论的中国学派?——兼评美国的国际政治理论 ('Should There Be a Chinese School of International Political Theory? A Discussion of American Political Theory')." *Studies of International Politics*, 2000, 63-67.
- Mendes, C. (2020). *China Contemporânea*. Coimbra: *Imprensa Universidade de Coimbra*
- Mierzejewski, D.(2018). "Chine-CEE Maritime Cooperation\_Polish Intermarium Project and "16+1". "16+1" Cooperation: Status quo, Prospects and Policy Suggestions. *Huang Ping & Liu Zuokui . China Social Sciences Press.* 8: 95-105. Disponível em <https://sha.static.vipsite.cn/media/thinktank/attachments/0fce825df010436d7fd203d82c495d6b.pdf>.
- Montenegro, R.(2019). Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. *Contemporary Chinese Foreign Policy: Strategies, Actors, and Instruments. Br. Jor. Int. Rel.* 8 (2): 297-329. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8931/5869>.
- Mooney, P.(2018)."O projeto do século". *T. Chan, P. Mooney, P. G. Figueiredo & J. L. S. Marques. Faixa e Rota, uma iniciativa da China: O papel de Macau e dos países de língua portuguesa.*(2):47-72. Macau: Fundação Macau.
- Mora, F. T. F. G. (2022). "Consenso de Washington versus Consenso de Pequim: Uma análise aos direitos civis e políticos em Angola". *Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Repositório do ISCTE.*
- Murray, M.F. & Keifer. (2022). "Russia's Gamble on China: Strategic Implications of a Sino-Russian Energy Economy". *Military Review*, First Quarter. Disponível em <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/2022/Primeiro-Trimestre/Murray/Murray-POR-Q1-2022.pdf>
- Nel, P. (2010). "Redistribution and recognition: What emerging regional powers want". *Review of International Studies.* 36(4):951-974. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Philip-Nel->

4/publication/232013907\_Redistribution\_and\_Recognition\_What\_Emerging\_Regional\_Powers\_Want/links/54f9fdd90cf2ca428fc425ed/Redistribution-and-Recognition-What-Emerging-Regional-Powers-Want.pdf

- Ni, S. & Xu, J. (1997). "Chinese Theoretical Studies of IR: Historical Review and Reflection". *Chinese Journal of European Studies*. (6): 11- 15.
- Nawab, Q. (2022). "The cultural relevance of BRI". *China Daily*, 27 de dezembro. Disponível em <https://global.chinadaily.com.cn/a/202212/27/WS63aaa7efa31057c47eba6713.html>.
- Nye, J & Donahue, J. (2000). *Governance in a Globalizing World*. Visions of Governance for the 21 Century.1-40. Cambridge, Massachusetts: Brookings Institution Press
- Nye, J. (2004). *Soft Power – the means to success in World Politics*. New Iorque: Public Affairs,
- Nye, J. (2005). "The Rise of China's Soft Power". *Wall Street Journal Asia*, December 29. Disponível em <https://www.belfercenter.org/publication/rise-chinas-soft-power>
- Nye, J. (2013). "Hard, Soft, and Smart Power". Andrew Cooper, Jorge Heine, and Ramesh Thakur (eds), *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy* .
- Nye, J. (2018 a)."How Sharp Power Threatens Soft Power-The Right and Wrong Ways to Respond to Authoritarian Influence". *Foreign Affairs*, jan.2018 Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-01-24/how-sharp-power-threatens-soft-power>.
- Nye, J. (2018b). "Does China Have Feet of Clay?" *Project Syndicate*. Apr 4. Disponível em <https://www.project-syndicate.org/commentary/five-key-weaknesses-in-china-by-joseph-s--nye-2019-04>
- Nye, J. (2021). "Soft power: the evolution of a concept". *Journal of Political Power the Changing Faces of Power*. 14 (1): 196-208. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2158379X.2021.1879572?scroll=top&needAccess=true&role=tab&aria-labelledby=full-article>.
- Organski, K. & Kugler, J. (1980). *The war ledger*. Chicago: University of Chicago Press.
- Pães, S.(2019). "A ascensão da China e seu impacto na América Latina". *Celag.org*, 19 Marzo. Disponível em <https://www.celag.org/ascensao-china-e-impacto-america-latina/>
- Paiva, M. (2022). "China-EUA: uma leitura da trajetória da disputa pela hegemonia". *CEBRI-Revist*.1(2): 53-69. Disponível em <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/29/40>.
- Pardo, R. (2020). *Preventing the next pandemic: lessons from east Asia* London: Faculty of Social Science & Public Policy. Disponível em <https://bit.ly/3gM7SB3>>.
- Pareja-Alcaraz, P. (2016). "Chinese investments in Southern Europe's energy sectors: Similarities and divergences in China strategies in Greece, Italy, Portugal and Spain." *Energy Policy* . 101: 700-710. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301421516305006>

- Paulino, L.(2019). “A economia chinesa como alternativa ao Consenso de Washington”. Entrevista com Luis António Paulino. *Wagner Fernandes de Azevedo. Edição: Patricia Fachin*. 08 Mai. *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/588928-a-economia-chinesa-como-alternativa-ao-consenso-de-washington-entrevista-especial-com-luis-antonio-paulino>.
- Pautasso, D. (2019). “Desenvolvimento e Poder Global da China: A Política Made In China 2025”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. 8(16):183-198. Disponível em [file:///C:/Users/Amelia%20Tavares/Downloads/88779-Article%20Text-401540-2-10-20191114%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Amelia%20Tavares/Downloads/88779-Article%20Text-401540-2-10-20191114%20(1).pdf)
- Pautasso, D., Nogara, T & Ribeiro, E. (2020). “The New Silk Road and Sino-Indian relations: the “string of pearls” challenge”. *Mural Internacional, Rio de Janeiro*. 11. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/50594/35475>.
- Pautasso, D. & Nogara, T. (2021). “Cooperação de Xangai, elefante na sala do Ocidente”. *Outras Palavras*. Publicado 07 de outubro. Disponível em <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/cooperacao-de-xangai-elefante-na-sala-do-ocidente/>
- Pearson, M., Rithmire, M.& Tsai, K. (2019). “Party-State Capitalism in China”. *CURRENT HISTORY* September. Disponível em [https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/CURH120827\\_01\\_Pearson\\_4ea34a0b-21d5-45af-a51a-c938eeeb6380.pdf](https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/CURH120827_01_Pearson_4ea34a0b-21d5-45af-a51a-c938eeeb6380.pdf)
- Peyrefitte, A.(1973). *Quand La Chine S Éveillera*. Le Monde Tremblera. Paris: Fayard.
- Pimenta, I. (2014). “Entre a concertação e o conflito no extremo oriente: as relações entre ASEAN e China no contexto das disputas territoriais no Mar do Sul da China.” Monografia (*Bacharelado em Relações Internacionais*)—*Universidade de Brasília, Brasília, 2014*. Acesso em [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10212/1/2014\\_IzabelaDamascenoPimenta.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10212/1/2014_IzabelaDamascenoPimenta.pdf).
- Pornet, A. (2020). “Every Step Makes a Footprint: China’s Aid and Development as Incremental Policies”. *An Emerging Chine - Centrie Order China’s Vision for a New Word Order in Practice*. 101-119. *Rolland. N. The Nacional Bureau of Asian Research. NBR 87. Agust*. Disponível em [https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/sr87\\_aug2020.pdf](https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/sr87_aug2020.pdf)
- Prisque, E.D. (2020). “O sistema de crédito social chinês. Como Pequim avalia, recompensa e pune a sua população”. *Fundação FHC*. Sep 17. Disponível em <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/o-sistema-de-cr%C3%A9dito-social-chin%C3%AAs-da933a6dd406>.
- Propper, H. (2020). “The “Chinese Dream”: An Analysis of the Belt and Road Initiative”. *International Social Science Review*.96 (1):1-24.

- Qin, Y. (2005). guoji guanxi de hexin wenti yu zhongguo xuepai de shengcheng [Problema central da teoria das relações internacionais e da construção de uma escola chinesa]. *zhongguo shehui kexue* [Ciências Sociais na China]. (3): 165-176.
- Qin, Y. (2010). “Non-western international relations theory?” Perspectives on and beyond Asia. 26-50. Londres: Routledge, In A . Acharya & B. Buzan (Eds.).
- Qin, Y. (2015). guoji zhengzhi de guanxi lilun [Uma teoria relacional da política mundial]. *shijie jingji yu zhengzhi* [Economia e Política Mundial]. (2): 4-10.
- Qin, Y. (2016). guoji zhengzhi guanxi lilun de jige jiading [Suposições para uma teoria relacional da política mundial]. *shijie jingji yu zhengzhi* [Economia e Política Mundial]. (10): 19-28.
- Ramadhani, S. & Mutia. R. (2021). “The Strategy of Jiang Zemin to Restore China's Economy (1989-2002)”. *Contemporary Chinese Political: An International Journal*. 7(1):325-373 Disponível em [https://icaps.nsysu.edu.tw/static/file/131/1131/img/CCPS7\(1\)-Ramadhani-Mutia.pdf](https://icaps.nsysu.edu.tw/static/file/131/1131/img/CCPS7(1)-Ramadhani-Mutia.pdf).
- Ramo, J. (2014). “China has discovered its own economic consensus, in The Beijing Consensus”. *The Foreign Policy Centre. The European Thinktank with a Global Outlook*, May 2004. Disponível em <https://fpc.org.uk/wp-content/uploads/2006/09/240-1.pdf>.
- Rato, V. (2020). *De Mao a Xi- O Ressurgimento da China*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Reeves, J.(2016). “China's reliance on economic exchange with its peripheral states”. *Chinese Foreign Relations with Weak Peripheral States*. (2): 39-58. *Asymmetrical Economic Power and Insecurity*. London: Routledge.
- Reis, L. (2016). *A Construção do Ator Securitário Europeu: A Hora das Escolhas*. Lisboa: Chiado.
- Ren, X. (2000). lilun yu guoji guanxi lilun:Yixie sikao [Teoria e teoria de RI: Alguns pensamentos]. *ouzhou yanjiu* [Jornal Chinês de Estudos Europeus]. (4): 19-25.
- Repucci, S. (2020). “A Leaderless Struggle for Democracy”, *Freedom House*, 2020. Disponível em [www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2020/leaderless-struggle-democracy](http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2020/leaderless-struggle-democracy).
- Richet, X.(2018). “The 16+1 Format: Chinese presence in fragmented markets on the periphery of Europe”. *Budapest: Chine -CEE Institute June 21*. Disponível em <https://china-cee.eu/wp-content/uploads/2018/07/Xavier-Richet.pdf>.
- Rieger, M. O., Wang, M. & Ohlberg, M.(2020). “What Do Young Chinese Think About Social Credit? It’s Complicated.” *China Monitor, Mercator Institute of China Studies*, March 26. Disponível em [https://merics.org/sites/default/files/2020-04/200326%20MERICS%20China%20Monitor%20What%20do%20young%20Chinese%20think%20about%20social%20credit\\_final.pdf](https://merics.org/sites/default/files/2020-04/200326%20MERICS%20China%20Monitor%20What%20do%20young%20Chinese%20think%20about%20social%20credit_final.pdf).
- Violante, A; Marroni, A.& Maia, A.(2020). “Estados Unidos da América e China? Revisionismo no Sistema Internacional”. *Relações Internacionais no Mundo*. 4(29): 121-145. Disponível em

<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/4837/371373001>.

- Rolland, N. (2017). "China's "Belt and Road Initiative": Underwhelming or Game-Changer?" *The Elliott School of International Affairs. The Washington Quarterly*. 40(1):127-142. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0163660X.2017.1302743>
- Rolland, N. (2018b). "Drivers of the Belt and Road Initiative." *China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative*. Chap 3. *National Bureau of Asian Research*. Disponível em <https://www.nbr.org/publication/chinas-eurasian-century-political-and-strategic-implications-of-the-belt-and-road-initiative/>.
- Rolland, N. (2018a). "Beijing's Vision for a Reshaped International Order." *Realclear World*. Disponível em [https://www.realclearworld.com/articles/2018/02/28/beijings\\_vision\\_for\\_a\\_reshaped\\_international\\_order\\_112728.html](https://www.realclearworld.com/articles/2018/02/28/beijings_vision_for_a_reshaped_international_order_112728.html)
- Rolland, N. (2019). "Beijing's response to the belt and road initiative's "pushback": a story of assessment and adaptation." *Asian Affairs*. 50(2): 216-235.
- Rolland, N. (2020a). "An Emerging China - Centric Order: China's Vision for a New World Order in Practice". Conclusion. Nadège Rolland. *The National Bureau of Asian Research. NBR Special Report 87, August*. Disponível em <https://www.nbr.org/publication/an-emerging-china-centric-order-chinas-vision-for-a-new-world-order-in-practice/>
- Rolland, N. (2020b). "China's Pandemic Power Play. *Journal of Democracy*." 31(3), 25-38.
- Rolland, N.; Lucas, E.& Wright, D. (2021). "Full-spectrum response to sharp power: the vulnerabilities and strengths of open societies". Disponível em <https://www.ned.org/events/report-launch-a-full-spectrum-response-to-sharp-power-the-vulnerabilities-and-strengths-of-open-societies/>
- Romeo, F. (2019). "The Hard Side of CCP's Soft Power: Confucius Institute" *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations*. 5 (2): 793-798. Disponível em <https://www.proquest.com/openview/9b1d0037c7331210a8735f5d0cec55ce/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2042768>
- Rozman, G. (2011). "Chinese National Identity and Its Implications for International Relations in East Asia." *Asia-Pacific Review*., 18(1): 84-97.
- Rozman, G. (2012). "Invocations of Chinese Traditions in International Relations." *Journal of Chinese Political Science*. 17 (2): 111-124.
- Saavedra, G.(2023). "China Pressures Argentina to Build Naval Base". *Diálogo Américas*, January 03. Disponível em <https://dialogo-americas.com/articles/china-pressures-argentina-to-build-naval-base/#.ZFq96xHMK3A>.
- Shahbaz, A. (2018). "The Rise of Digital Authoritarianism: Fake news, data collection and the challenge to democracy". *Freedom House*, October 31. Disponível em

<https://freedomhouse.org/article/rise-digital-authoritarianism-fake-news-data-collection-and-challenge-democracy>. Consultado em 09/03/2023.

- Santiago, A.(2021). "The Health Silk Road and the People's Republic of China's 14th Five-Year Plan". *Rotas a Oriente*. 07 de fevereiro de 2022.(2):113-126. Disponível em <https://proa.ua.pt/index.php/rotasaoriente/article/view/27811/20005>
- Santos, M.C. (2017). "Cooperação Sul-Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento: os caminhos da cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil". *Tese de Doutorado, Universidade de Brasília*. Disponível em [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24490/1/2017\\_MariadoCarmoReboucasdaCruzFerreiradosSantos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24490/1/2017_MariadoCarmoReboucasdaCruzFerreiradosSantos.pdf)
- Sasaoka, Y.(2018)."China, Japan, and Global Governance: Contested Ideas and Regimes." *Contested Ideas and Regimes*, October. Disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3269657](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3269657)
- Schwarcz, V. (1990). *The Chinese Enlightenment Intellectuals and the Legacy of the May Fourth Movement of 1919*. Oakland: Universidad of California Press.
- Segal, A. 2018. "When China Rules the Web". *Foreign Affairs*. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-08-13/when-china-rules-web>.
- Segal, A(2020). "China's Vision for Cyber Sovereignty and Global Governance of Cyberspace." *An Emerging Chine-Centric Order China's Vision for a New World Order in Practice*. August, Edited by Rolland. N. *The Nacional Bureau of Asian Research*. NBR Special Report 87. 85-101. Disponível em <https://www.nbr.org/publication/chinas-vision-for-cyber-sovereignty-and-the-global-governance-of-cyberspace/>
- Schweller, R. (1999). "Managing the rise of great powers: history and theory." *Engaging China, The management of an emerging power*.(1) 1-32. Alastair Iain Johnston and Robert S. Ross. London: Routledge
- Schweller, R. (2015). "Rising powers and revisionism in emerging international orders". *Valdai Papers*, 16 May. Disponível em <http://valdaiclub.com/files/11391/>
- Seoane, M. (2019). "Alibaba's speech for the digital Silk Road". *Chinese Journal of Communication*. 13(1): 68-83. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/17544750.2019.1606838?scroll=top&needAccess=true&role=tab&aria-labelledby=cit>
- Service, J. (1974). *Lost Chance in China*. New York: Joseph W. Esherick.
- Shambaugh, D. (2006). *Power Shift: The New Dynamics of China and Asia*. Berkeley, CA: Universidade de Imprensa da Califórnia.
- Shen, H. (2018). "Building a Digital Silk Road? Situating The Internet in China's Belt and Road in International." *Journal of Communication*. 12(2018).
- Shirk, S. (2007). *China: Fragile Superpower*. Nova Iorque: Imprensa da Universidade de Oxford.

- Silva, R. (2020). "O papel da China na governança e desenvolvimento mundial: o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura como alternativa ao Banco Mundial". *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*. 19(37): 63-83.
- Snowden, E. (2019). *Mass Surveillance Permanent Record*. New Iorque: Metropolitan Books.
- Sørensen, C. (2015). "The Significance of Xi Jinping's "Chinese Dream" for *Journal of China and International Relation*. *JCIR*: 3(1). Disponível em <https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/1146/967>
- Stiglitz, J. (2003). *Globalization and its Discontents*. New York: W. W. Norton & Company.
- Stoessinger, J. (1963). "Discord and Collaboration: Essays on International Politics." *American Political Science Review*. 57(2): 451-452.
- Stokes, J. (2020). "China's Periphery Diplomacy: Implications for Peace and Security in Asia". *U.S. Institute of Peace*. Disponível em <https://www.usip.org/publications/2020/05/chinas-periphery-diplomacy-implications-peace-and-security-asia>
- Streeck, W., & Thelen, K. (2005). "Introduction: institutional change in advanced political economies." W. Streeck, & K. Thelen (Eds.), *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies* (1-39).
- Souza, H. (2019). "The Sino-Japanese relationship in the early 21st century: oscillating between dissent and pragmatism". Disponível em [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191034/souza\\_hp\\_dr\\_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191034/souza_hp_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y)
- Su, C. H. (2014). "Building the world order with a new universalism - thinking more about the issue of symbiosis". *Exploration and Discussion*, (11): 35-38.
- Swaine, M.D. (2018). "Chinese views of foreign policy in the 19th party congress." *China Leadership Monitor*, nº55. Disponível em <https://carnegieendowment.org/files/clm55-ms-final.pdf>.
- Swielande, T. & Vandamme, D. (2020). "The New Silk Roads: Defining China's Grand Strategy." 3-22. *The Belt and Road Initiative- An Old Archetype of a New Development Model* by Leandro and Duarte (eds). Singapore: Palgrave Macmillan.
- Szczudlik, J. (2019). "Seven Year of the 16+1. An Assessment of China's "Multilateral Bilateralism". *Central Europe. Asie. Visions* 107. Disponível em [https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/szczudlik\\_161\\_2019.pdf](https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/szczudlik_161_2019.pdf)
- Szczudlik, J. (2020). "Chinese-Led Multilateralism: The Case of the 17+1 Format". *An Emerging Chine-Centric Order. Chinas Vision for a New World Order in Practice*, 49-69. Rolland. N. *The Nacional Bureau of Asian Research. NBR Special Report 87*. August. Disponível em <https://www.nbr.org/publication/china-led-multilateralism-the-case-of-the-171-format/>
- Tang, Y. J. (1994). "Comments on Huntington's Clash of Civilization." *Philosophical Research* (3), 17-21.

- Telhami, S, (2002). “ Kenneth Waltz, Neorealism, and Foreign Policy,” *Security Studies*, 11(3): 158-170. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Shibley-Telhami/publication/233298349\\_Kenneth\\_Waltz\\_Neorealism\\_and\\_Foreign\\_Policy/links/5bfc115d458](https://www.researchgate.net/profile/Shibley-Telhami/publication/233298349_Kenneth_Waltz_Neorealism_and_Foreign_Policy/links/5bfc115d458)
- Thuy, T. (2015). “The rise of China and the 'Chinese dream' in international relations theory”. *Global Change, Peace & Security*, 27(1): 21-38.
- Tianlong, Y. & Romero, M. (2022). “China’s borderlands in the post-globalization era.” *China Information*. 36(3): 309-317.
- Tillman H., Ye, Y., & Jian, Y. (2021). “Health Silk Road 2020: A Bridge to the Future of Health for All”. (March 31). *China Investment Research*. Disponível em: <file:///C:/Users/Amelia%20Tavares/Downloads/SSRN-id3830380.pdf>.
- Turcsányi, R.Q. (2020). “China and the Frustrated Region: Central and Eastern Europe’s Repeating Troubles with Great Powers.” *China Report*. 56 (1): 60–77. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0009445519895626>
- Turner, O. (2014). *American images of China: identity, power, policy*. London: Routledge.
- Turner, O & Nymalm, N. (2019). “Morality and progress: IR narratives on international revisionism and the status quo.” *Cambridge Review of International Affairs*, 32(4): 407-428 .
- Walker, C. & Ludwig. (2017). “Sharp Power - Rising Authoritarian Influence.” *International Forum for Democratic Studies*. Disponível em <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>.
- Walker, C. (2022). “Rising to the Sharp Power Challenge.” *Journal of Democracy*. 33(4): 119-132.
- Waltz, K. (1990). “Realist Thought and Neorealist Theory.” *Journal of International Affairs*. 44(1): 21-37.
- Waltz, K. (2000). “Structural Realism after the Cold War.” *International Security*. 25(1):5-41.
- Wang, Chao. (2022). “In search of the intrinsic value of one country two systems: from selective adaptation to normative consensus”. *Asian Education and Development Studies*.12(1):103-112 Disponível em <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AEDS-08-2021-0185/full/html>.
- Wang, J (1995). Wenming Chongtu Lunzhan Pingshu [Comentário sobre o debate do choque de civilizações]. *Tai pingyang xuebao* [Jornal do Pacífico], (1), 51-69.
- Wang, J. (2011). “A Rising Great Power Finds Its Way ”. *Foreign Affairs*. 90(2): 68–79.
- Wang, J. (2017). “How Chinese international relations scholars are addressing Asia’s current power transition”. *D. Walton & E. Kavalski, Power transition in Asia: 59–74*. Oxon: Routledg Wang,

- Wang, J. & Tiang, H. (2017). *Periphery Diplomacy: Moving to the Center of China's Foreign Policy*. Acesso [https://books.google.pt/books?id=c-aWDwAAQBAJ&pg=PA25&lpg=PA25&dq=%E2%80%9CChina%E2%80%99s+d+iplomatic+efforts+pay+off+with+peripheral+nations,%E2%80%9D+December+25,+2017&source=bl&ots=ugvMAi\\_-1J&sig=ACfU3U0uNT9guQQ-KA3tE5OoA8H18vM1fQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi7nIecv7T-AhVWTKQEHf\\_YBxIQ6AF6BAglEAM#v=onepage&q=%E2%80%9CChina%E2%80%99s%20diplomatic%20efforts%20pay%20off%20with%20peripheral%20nations%2C%E2%80%9D%20December%2025%2C%202017&f=false](https://books.google.pt/books?id=c-aWDwAAQBAJ&pg=PA25&lpg=PA25&dq=%E2%80%9CChina%E2%80%99s+d+iplomatic+efforts+pay+off+with+peripheral+nations,%E2%80%9D+December+25,+2017&source=bl&ots=ugvMAi_-1J&sig=ACfU3U0uNT9guQQ-KA3tE5OoA8H18vM1fQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi7nIecv7T-AhVWTKQEHf_YBxIQ6AF6BAglEAM#v=onepage&q=%E2%80%9CChina%E2%80%99s%20diplomatic%20efforts%20pay%20off%20with%20peripheral%20nations%2C%E2%80%9D%20December%2025%2C%202017&f=false)
- Wang, M.(2012). "Ali under Heaven (tianxia)' Cosmological perspectives and political ontologies in pre-modern China". *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 2(1): 342-343. Disponível em <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau2.1.015>.
- Wang, Y. H. (2005). "Youguan shijutu de jige wenti" [Vários problemas sobre o Shi Ju Tu]. *Lishi jiaoxue* (Ensino de História). 9:(71-75).
- Wang, Y. (2016). "Yidaiyilu: Chongsu jingji quanqiu hua huayuquan" [The Belt and Road Initiative: Restructuring the economic globalization]. *Red Flag Manuscript*, 21.
- Wang, Y. Z.(1999). "zhongguo de guoji guanxi lilun yanjiu: Huigu yu qianzhan" [estudo teórico chinês das relações internacionais: Retrospecto e perspectiva]. *gaige [Reforma]* (1): 76-81.
- Wang, Y. Z. (2003). *zhongguo guojiguanxilun : Dui chengji yu queshide jidi anganshou* [Teorias das relações internacionais na China: Vários pontos de vista sobre realizações e deficiências]. *shijie jingji yu zhengzhi [Economia e Política Mundial]*, (4): 10-12.
- Walt, S. (1985). "Alliance Formation and the Balance of World Power", *International Security*. 9(4).
- Wang, Z. Y. (2013). " zhongguo jueqi : Sijie tixi fazan de zhongjie haishi yanxu" [A ascensão da China: O fim ou a continuidade do desenvolvimento do sistema mundial]. *guoji anquan yanjiu* [Journal of International Security Studies]. (3), 3-22.
- Wanyuan, S.(2021). "Covid-19 vaccines: Has China made more than other countries combined?". *BBC, Reality Check 10 October*. Disponível em <https://www.bbc.com/news/58808889>.
- Weaber, C. (2008). *Hypocrisy trap. The World Bank and the Poverty of Reform*. Princeton: Princeton University Press.
- Weinhardt, C. & Brink, T.(2019). Varieties of contestation: China's rise and the liberal trade order. Contribution to forum: China's rise in a liberal world order in transition. *Review of International Political Economy*, 27(2). Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/09692290.2019.1699145?needAccess=true&role=button>
- Weirich, E.(2022). "De parceiros a rivais: a evolução das relações entre Estados Unidos e China sob a perspectiva do poder estrutural". *Lisboa, ISCSP - Instituto Superior de*

*Ciências Sociais e Políticas*. Disponível em [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/27233/2/Disserta%  
%c3%a3o%20-%20Eduardo%20Weirich.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/27233/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Eduardo%20Weirich.pdf).

- Wheeler, A. (2020). "China's Digital Silk Road (DSR): the new frontier in the Digital Arms Race?". *Silk Road Briefing*. Disponível em <https://www.silkroadbriefing.com/news/2020/02/19/chinas-digital-silk-road-dsr-new-frontier-digital-arms-race/>
- Williams, R. & Bouzarovski. (2019). "China's Belt and Road Initiative and the emerging geographies of global urbanization". *The Geographical Journal*.186(1):128-140.
- Wilson, J. (2017). "The evolution of China's Asian Infrastructure Investment Bank: from a revisionist to status-seeking agenda". *International Relations of the Asia Pacific*, 19(1): 147-176.
- Woon, C. (2017). "China's Contingencies: Critical Geopolitics, Chinese Exceptionalism and the Uses of History". *Geopolitics*. 23(1): 67-95.
- Worden, A. (2020). "The 2019 South-South Human Rights Forum: China Gathers Steam in Its Bid to Redefine the Concept of Human Rights". *China Change*, February 19, Disponível em <https://chinachange.org/2020/02/19/the-2019-south-south-human-rights-forum-china-gathers-steam-in-its-bid-to-redefine-the-concept-of-human-rights/>
- Wu, B. Z. (1934). "bupingdeng e'yue xiaojian qi" [O período de extinção dos tratados desiguais]. In *T. Y. Wang (Ed. ), guoji guanxi lunwenxuan* [Ensaio selecionado sobre relações internacionais]. Pequim: Instituto de Investigação sobre Direito Internacional e Relações Internacionais.
- Wu, H. (2018). "A Confucian Holistic World Order and China's Vision of a Shared Future." *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*. 20(2). Disponível em <https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3232&context=clcweb>
- Yan, X. T. (2006). "Guoji guanxi lilun shi pushixingde" (A Teoria de Relações Internacionais é Universal). *Shijie jingji yu zhengzhi* (Economia e Política Mundiais), 2.
- Yan, X. T. (2009). "jiejian xianqin sixiang chuangxin guoji guanxi lilun" [Use o pensamento pré-qin para inovar a teoria de RI] . *Guoji zhengzhi kexue* [Jornal Trimestral de Política Internacional], (3), 150- 167.
- Yan, X. T. (2011). *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. New Jersey: Princeton University Press.
- Yan, X. T. (2014). "From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement". *The Chinese Journal of International Politics*, 7(2): 153-184.
- Yang, J., Tillman, H., Zheng, J. & Ye, Y. (2021). "Addressing the Vaccine Gap: Goal-based Global Governance and Health Silk Road". China Investment Research (CIR). Shanghai University of Finance and Economics (SUFEC). Disponível em [https://www.silkroadbriefing.com/news/wp-content/uploads/2021/10/Envision-a-World-Taming-COVID-19\\_0928\\_final.pdf](https://www.silkroadbriefing.com/news/wp-content/uploads/2021/10/Envision-a-World-Taming-COVID-19_0928_final.pdf).

- Yu, Z. L., & Chen, Y. G. (1999). zhongguo guoji guanxi de zhanlue zhuanxing yu lilun yanjiu er'shinian [A transição estratégica das IR chinesas e os estudos teóricos de IR chineses nos últimos vinte anos]. *fudan xuebao* [Revista Universitária Fudan], (1): 12-17.
- Yuan, T. L. (1961). *A guide to doctoral dissertations by Chinese students in America: 1905-1960*. Washington, DC: The Sino-American Cultural Society.
- Vadell, J. & Staiano, M. (2020). "China en los intersticios de la crisis del multilateralismo y la globalización neoliberal: La Franja y la Ruta en Europa y el caso italiano (us.es)". *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*. 45: 433-455. Disponível em <https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/125454/13503-Texto%20del%20art%C3%ADculo-45962-1-10-20201106.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- Vaz-Pinto, R. (2014). "Ascensão pacífica e os limites do excecionalismo chinês". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Special Edition, 57: 210-224.
- Yoshikazu, K. (2019). "What Is Xi Jinping's Major Power Diplomacy?" Asia Global online March 7. Disponível em <https://www.asiaglobalonline.hku.hk/xi-jinping-china-major-power-diplomacy>
- Xiangning Wu & You Ji (2020). "The Military Drivers of China's Belt and Road Endeavor". *China Review* 20(4): 223-244.
- Xiao, R. (2015). "A reform-minded status quo power? China, the G20, and reform of the international financial system". *Third World Quarterly*, 36(11): 2023-2043
- Xiao, X. & Men, H. (2021). *Chinese Diplomacy in the New Era*. Singapore: Springer.
- Xing, L., & Zheng, X. (2020). "Understanding China's "One Belt and One Road" Initiative: An "International Public Goods" Approach." 85-110. In *The Belt and Road Initiative- An Old Archetype of a New Development Model*, edited by Leandro & Duarte. Singapore: Palgrave Macmillan.
- Xing, L.; Duarte, P. (2019). "The One Belt One Road in the Politics of Fear and Hope." 279-289. *Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative*. International Political Economy Series. Singapore: Palgrave Macmillan.
- Xing, L. (2019). "China's Pursuit of the "One Belt One Road" Initiative: A New World Order with Chinese Characteristics?" 1-29. *Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative*. International Political Economy Series. Palgrave.
- Zhao, B. X. (2004). "guanyu jiaqiang waiguo wenti yanjiu de yixie shiliao" [Alguns materiais históricos sobre o reforço dos estudos de problemas estrangeiros]. *guoji zhengzhi yanjiu* [The Journal of International Studies]. (3): 142-143.
- Zhao, T. (2006). "Rethinking Empire from a Chinese Concept of 'All-Under-Heaven (Tian-xia)'" , *Social Identities*. 12 (1): 29-41.
- Zhao, T. (2009). "A political world philosophy in terms of All-Under-Heaven (Tian-xia)". *Diogenes*. 221: 5-18

- Zhao, T. (2012). "All-Under-Heaven and methodological relationism: An old story and new world peace". *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives* edited by Fred R Dallmayr & Zhao Tingyang. Lexington: Kentucky University Press).
- Zhao, Y. L., Zhao, X. C. & Chu, S. L. (1987). guanyu jianli you zhongguo tese de guoji guanxixue tixi shanghai guoji guanxi lilun taolun hui jiyao [On establishing an IR system with Chinese characteristics -summary of Shanghai conference on IR theory]. xiandai guoji guanxi [Contemporary International International Relations]. (4): 3.
- Zhang, F. (2009). "Rethinking the Tribute System: Broadening the Conceptual Horizon of East Asian Historical Politics". *Chinese Journal of International Politics*, 2(4): 545-574.
- Zhang, F. (2010). "The tianxia system: world order in a Chinese utopia". *Global Asia Book Review*. <http://fengzhang.net/wp-content/uploads/2017/05/The-Tianxia-System-World-Order-in-a-Chinese-Utopia.pdf>
- Zhang F. (2012). "Rethinking China's Grand Strategy: Beijing's Evolving National Interests and Strategic Ideas in the Age of Reform". *International Politics*, 49(3): 337-416.
- Zhang, F. (2013). "The Rise of Chinese Exceptionalism in International Relations". *European Journal of International Relations*, 19(2): 305-328.
- Zhou, A. (2021). "Health Silk Road' Gives the BRI a Rebranding". *The China Guys*, Disponível em <https://thechinaguys.com/health-silk-road-gives-the-bri-a-rebranding/>.